



CATÓLICA

UNIVERSIDADE CATÓLICA PORTUGUESA | PORTO
Faculdade de Educação e Psicologia

Trajetórias de Vulnerabilidade: Perceção Subjetiva e Objetiva da Condição do «Novo Pobre»

Dissertação apresentada à Universidade Católica Portuguesa
para obtenção do grau de Mestre em Ciências da Educação

— Especialização em Pedagogia Social —

Por

Ana Cláudia Rodrigues Camões

(Porto, fevereiro de 2012)

*“Os **frágeis** caracterizam-se por uma precariedade económica ligada, na maioria dos casos, a estatutos jurídicos inferiorizados: estágios de formação; empregos temporários ou «pequenos trabalhos» ocasionais; desemprego; (...) Os **frágeis** beneficiam de uma intervenção social pontual devido a dificuldades essencialmente financeiras”.*

Serge Paugam, 2003

“A relação entre benefícios sociais e a pobreza é tão forte que alguns não distinguem a pessoa pobre e a pessoa assistida”.

Bruto da Costa; Isabel Baptista; Pedro Perista; Paula Carrilho, 2008

“(...) a solidariedade é apresentada como um ideal humanista capaz de sedimentar uma colectividade, em nome dos bons interesses de cada um.”

Maria Engrácia Leandro, 2011



CATÓLICA

UNIVERSIDADE CATÓLICA PORTUGUESA | PORTO
Faculdade de Educação e Psicologia

Trajetórias de Vulnerabilidade: Perceção Subjetiva e Objetiva da Condição do «Novo Pobre»

Dissertação apresentada à Universidade Católica Portuguesa
para obtenção do grau de Mestre em Ciências da Educação

— Especialização em Pedagogia Social —

Sob a orientação do
Professor Doutor Joaquim Azevedo
e coorientação do Mestre José Luís Gonçalves

(Porto, fevereiro de 2012)

Agradecimentos

Várias pessoas contribuíram para que eu realizasse o trabalho que ora apresento.

Aqui ficam pois expressos os agradecimentos a quem de direito e as devidas desculpas por alguma omissão ou esquecimento.

A DEUS, por me iluminar e me dar uma segunda oportunidade de vida!

Ao Professor Doutor Joaquim Azevedo, presidente da Universidade Católica do Porto, muito obrigado por ter aceitado ser meu orientador, pela disponibilidade e ensinamentos, pelo exemplo e referência que é na área da educação.

Gostaria de expressar a minha profunda gratidão ao Mestre José Luís Gonçalves, pelo estímulo, disponibilidade, generosidade, e apoio científico. O encorajamento, o esclarecimento indispensável de dúvidas nos momentos mais difíceis, as sugestões e as críticas oportunas. As palavras amigas levaram-me a continuar e a terminar esta caminhada.

À Professora Doutora Isabel Baptista, Coordenadora Científica do Mestrado em Ciências da Educação – Especialização de Pedagogia Social, um muito obrigada pela amizade e chamamento para esta área da Pedagogia Social. Sem o seu incentivo, não teria sido possível ingressar no Mestrado. Obrigada por acreditar em mim.

Ao meu marido, Carlos Ferreira, pelo encorajamento, pela ajuda, disponibilidade e pelo seu AMOR incondicional, que me ajudou a lutar para viver e assim realizar este estudo. AMO-TE!

Aos meus pais, Fernando Camões e Conceição Rodrigues, irmãs, Madalena Camões e Marília Camões, cunhados, Vítor Magalhães, Nuno Marques, Fernando Diogo e Paula Ferreira, aos meus sogros, Delfim Ferreira e Maria Glória Sousa, pelo amor, apoio e incentivo que sempre demonstraram e pela presença marcante neste ano de luta.

À minha amiga Marta Monteiro, pelos belos momentos que me proporcionou e pela sua presença incondicional, apoio, carinho e AMIZADE verdadeira.

À Filomena Amorim, que esteve sempre presente, nos bons e nos maus momentos desta caminhada. Foi uma “irmã”, grande AMIGA e COMPANHEIRA!

À Patrícia Carolina e à Ana Ferreira, pela presença, motivação, partilha e amizade.

Ao meu amigo, Engenheiro Vítor Carvalho, que aceitou ser “Amigo Crítico” e sempre esteve disponível para ler, reler, opinar e corrigir.

Às colegas do mestrado, que me apoiaram, incentivaram e não me deixaram desistir, obrigada pela vossa solidariedade, pelos encontros e conversas, em especial à Filomena Amorim, Patrícia Carolina, Ana Ferreira, Sofia Vilhena e Cândida de Jesus.

Aos meus colegas de trabalho, Dr. Rui Santos, que contribuiu para que fosse possível fazer algumas leituras, à Adelina Nogueira, Teresa Pereira, Susana Sousa e Ana Silvério, pelo encorajamento e incentivo.

Ao Presidente da Junta de Freguesia de Rio Tinto, Marco Martins e à Dra. Mónica Babo, Assistente Social na Junta de Freguesia de Rio Tinto, bem como à Dra. Isabel Lencastre da Deco Proteste, Dra. Ana Paços e Dra. Marta do Gabinete de Apoio ao Sobreendividado da DECO do Porto, pela disponibilidade e empenho que tiveram e contribuíram para a realização das entrevistas.

Às famílias que participaram como sujeitos deste estudo, pela sua disponibilidade e partilha de vida.

A todos aqueles que direta ou indiretamente, contribuíram para a realização deste estudo, um muito obrigado.

Resumo

No presente estudo, realizado no âmbito do curso de Mestrado em Ciências da Educação, especialização em Pedagogia Social, na Faculdade de Educação e Psicologia da Universidade Católica Portuguesa, procuramos conhecer as trajetórias negativas percorridas por um conjunto de pessoas e famílias que se encontram em situação de pobreza e de assistência.

Foi nosso objetivo ampliar a reflexão, na perspectiva da Pedagogia Social, sobre a problemática de um fenómeno social denominado de “nova pobreza” e recolher a perceção subjetiva e objetiva de algumas pessoas que se encontram em situação de mudança social negativa, bem como a interpretação que têm desta situação as técnicas que apoiam ou mais diretamente trabalham com estes sujeitos. Pretendemos também indagar os problemas e vulnerabilidades que estes sujeitos experimentam nestas situações de precariedade, assim como compreender as aptidões e capacidades que as pessoas mobilizam ou não para saírem desta situação em que se encontram sem meios próprios para satisfação das suas necessidades básicas de sobrevivência.

O processo de investigação que sustentou a pesquisa foi desenvolvido durante os anos de Setembro de 2010 a Outubro de 2011.

Palavras-Chave: *Novos Pobres, Exclusão social, Vulnerabilidade, Apoios Sociais, Pedagogia Social*

Abstract

In the present study, carried out under the Masters Course in Educational Sciences, specialization in Social Pedagogy at the School of Education and Psychology of the Portuguese Catholic University, we seek to know the negative trajectories covered by a group of people and families who are in a situation poverty and assistance.

It was our goal to expand the reflection in the perspective of Social Pedagogy, on the issue of a social phenomenon called "new poverty" and collect the subjective perception and objective of some people who find themselves in a situation of negative social change, and the interpretation that have this situation, the techniques that more directly support or work with these subjects. We also intend to investigate the problems and vulnerabilities that these subjects experience in these precarious situations, as well as understand the skills and abilities that people mobilize or not to get out of this situation where they are without means to meet their basic survival needs.

The investigation process that supported the research was developed during the years, September 2010 and October 2011.

Keywords: *New Poor, Social Exclusion, Vulnerability, Social Support, Social Pedagogy*

Índice Geral

Agradecimentos	i
Resumo	iii
Abstract.....	iv
Índice Geral	v
Índice de Tabelas	vii
Siglário.....	vii
Introdução	1
Iª PARTE – PRESSUPOSTOS TEÓRICOS.....	5
1 Trajetórias de vulnerabilidade: do ser ao «ser para o outro»	5
1.1 Ser vulnerável: da pobreza à exclusão social.....	8
1.2 Do ser ao parecer: os não lugares	16
2 Precarização, assistencialismo e desprestígio social: um olhar sobre o outro	19
2.1 Das políticas assistencialistas à criação de laço social	19
2.2 Novas modalidades de apoio social: intervenção para a cidadania	30
3 Pedagogia social, solidariedade e educabilidade	35
3.1 Emergência da pedagogia social como resposta às questões sociais	35
3.2 A solidariedade e a subsidiariedade como matriz teórico-prática de intervenção.....	38
3.3 Educabilidade esperançosa e pedagogia social.....	41

IIª PARTE: ESTUDO EMPÍRICO	44
1 Metodologias de investigação.....	44
1.1 Questões e objetivos de investigação.....	44
1.2 Planificação e <i>design</i> de investigação.....	44
2 Recolha de informação e construção da amostra.....	55
IIIª PARTE: ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS.....	58
1 Nova pobreza e apoios sociais	58
1.1 As novas trajetórias da pobreza	58
1.2 Resultados das políticas de assistência aos “Novos Pobres”	64
1.3 Características associadas aos “Novos Pobres”	70
2 Conclusões.....	74
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	88
BIBLIOGRAFIA	91
ANEXOS.....	96
Anexo 1. Guião de entrevista Semi-Estruturada às Famílias.....	96
Anexo 2. Transcrição das entrevistas às famílias	100
Anexo 3. Programa DÁ – Directo.....	140
Anexo 4. Boletim estatístico do GAS da DECO	141
Anexo 5. Quadro de análise de conteúdo das famílias entrevistadas.....	154
Anexo 6. Guião de entrevista semiestruturada às técnicas	168

Anexo 7. Transcrição das entrevistas às técnicas	171
Anexo 8. Quadro de análise de conteúdo das entrevistas às técnicas	180

Índice de Tabelas

Tabela 1 – As três fases da desqualificação.....	21
Tabela 2 – Quadro teórico para as famílias	47
Tabela 3 – Quadro teórico para as técnicas	52
Tabela 4 – Caracterização das famílias entrevistadas.....	56
Tabela 5 – Caracterização das técnicas entrevistadas.....	57

Siglário

ARTES	Associação Rio Tinto para a Evolução Social
DECO	Associação Portuguesa para a Defesa do Consumidor
DSP	Diagnóstico Social do Porto
E/Q	Entrevista/Questionário
GAI	Gabinete de Apoio Integrado
GAS	Gabinete de Apoio ao Sobreendividado
GASE	Gabinete de Ação Social Escolar
PNAI	Plano Nacional de Ação para a Inclusão
Programa DÁ	Direto Apoio a Famílias
REAPN	Rede Europeia Anti Pobreza/Portugal

Introdução

O presente trabalho corresponde a uma dissertação académica subordinada ao tema “Trajetórias de Vulnerabilidade: Perceção subjetiva e objetiva da condição do «novo pobre»” e foi desenvolvida no âmbito do Mestrado em Ciências da Educação com Especialização em Pedagogia Social na Faculdade de Educação e Psicologia da Universidade Católica Portuguesa, tendo sido orientado pelo Professor Doutor Joaquim Azevedo e Coordenado pelo Mestre José Luís Gonçalves.

O fenómeno da crescente precarização económica dos cidadãos e das famílias ligada à perceção da crescente fragilidade dos laços sociais, situações que se repercutem nos números recentes de desemprego em Portugal, fazem suspeitar que possa estar em curso um processo designado por “nova pobreza”. “Assumimos a expressão de «novos pobres», *para designar pessoas tradicionalmente situadas fora dos quadros de ajuda social mas que, em consequência da recente crise socioeconómica, se encontram em situação de privação*” (Diagnóstico Social do Porto, 2009:184). Ampliar a reflexão sobre as problemáticas associadas a esta “nova pobreza”, indagar os problemas e vulnerabilidades, as aptidões e capacidades e de que forma estas podem ajudar na sua inserção na sociedade, constitui o desafio do nosso estudo.

Ao iniciar este trabalho destacamos a importância que atribuímos à reflexão da problemática anunciada a partir da Pedagogia Social, na medida em que esta é uma área de saber científico capaz de olhar “*para as questões sociais de forma construtiva, onde o trabalho com pessoas se torna parte central e fundamental do objectivo final*” (Azevedo, 2011:24).

A motivação e escolha subjacente ao tema devem-se, em primeiro lugar, a razões académicas. Enquanto estudante do curso de especialização em *Pedagogia Social* e em que esta apresenta uma “*matriz conceptual e metodológica iluminada por valores de humanismo relacional, elege os valores da hospitalidade interdisciplinar e interprofissional como esteios de racionalidade científica e como eixos de uma prática comprometida com as exigências de humanidade, de cidadania e de desenvolvimento*”

humano”¹. Acreditamos que é necessário (re)pensar os problemas da nossa cidade de modo fundamentado, para se agir com propriedade.

Neste estudo, consideramos pertinente saber qual a percepção subjetiva e objetiva de pessoas que se encontram em situação de mudança social negativa em direção à pobreza², sem meios próprios para satisfação das suas necessidades básicas de sobrevivência.

Em segundo lugar, a pertinência deste estudo surge na medida em que nos dias de hoje falamos e vivemos a partir de uma ótica de austeridade e de pobreza, tendo sido 2010, inclusivamente, o Ano Europeu do Combate à Pobreza e à Exclusão Social. É urgente desenvolver formas de estar na vida em que prevaleça o respeito pela singularidade e a aceitação do outro, enquanto «Pessoa» com direitos e deveres.

A afirmação permanente dos direitos humanos é pertinente para aqueles que são considerados pobres, porque a pobreza e a exclusão estão ligadas, muitas vezes, à discriminação, a um acesso distinto a bens e serviços e, com isso, abrem portas ao estigma coletivo e cultural desta condição de pobre. Os estudos indicam que os pobres têm mais dificuldades na integração no mercado de trabalho e no acesso aos serviços e recursos de primeira necessidade. Isto aplica-se a variadíssimos campos, por exemplo, no direito à educação, à saúde, à habitação, impedindo-os de participar de forma activa e qualificada na sociedade. Cabe a cada um de nós olhar o outro no sentido ajudar a alterar esta situação, uma vez que é importante perceber que no outro o “eu” revê a sua própria vulnerabilidade. Se não vejamos, o que está a acontecer nos dias de hoje em que muitos daqueles que ajudavam e se associavam ao combate da exclusão associada à pobreza se veem eles próprios com problemas económicos e, por isso, sujeitos a cair na pobreza e a serem integrados no grupo dos “Novos Pobres”.

Por último, repensando a minha atividade profissional, enquanto Técnica de Ação Social Escolar apaixonada pela partilha, pela igualdade de oportunidades e pela ajuda ao

¹ Ver Guia do Mestrado de Ciências da Educação – Especialidade Pedagogia Social, Edição 2009-10

² (...) *Pobreza como uma situação de privação por falta de recursos.*” Cf. COSTA, Alfredo Bruto (coord); BAPTISTA, Isabel; PERISTA, Pedro & CARRILHO, Paula (2008). Um Olhar sobre a Pobreza. *Vulnerabilidade e Exclusão Social no Portugal contemporâneo. 1ª Edição, p.62.*

“outro”, e trabalhando diariamente com um apoio social direto, seria impossível ficar indiferente às alterações familiares que estão na origem de dificuldades económicas e que “batem” à porta do Gabinete de Ação Social Escolar - GASE. A este compromisso diário acresce a convicção que temos de que a política social terá de ser a verdadeira vanguarda de um grande movimento de mudança, para os problemas da Nova Pobreza, da Pobreza em geral e da Exclusão Social.

Tendo como pano de fundo recentes trajetórias de vulnerabilidade que as pessoas têm trilhado, e assumindo como certo que *“a vulnerabilidade constituiu um traço comum da condição humana e que, em rigor, todos somos sujeitos de ajuda, (...)”* (Diagnóstico Social do Porto, 2009: 184), o que este trabalho pretende também analisar, é se as medidas (sociais, políticas, económicas, etc.) existentes estão à altura de travar o risco de pobreza que a vulnerabilidade da natureza antropológica da pessoa e a fragilidade dos laços sociais contemporâneos potencia. Assim surgiram as seguintes questões de investigação:

1. Nas condições socioeconómicas atuais, existem novas trajetórias de pobreza?
2. As políticas de assistência a estes “novos pobres” estão a resultar?
3. Podemos falar numa “nova pobreza”?

Para tentar responder a estas questões, definimos que os objetivos do estudo se podem resumir nos seguintes pontos:

- ✓ Identificar semelhanças nas causas dos percursos que conduziram pessoas e famílias a situações de pobreza;
- ✓ Compreender criticamente se os apoios sociais vigentes são os mais eficazes e conduzem a soluções duradouras;
- ✓ Encontrar e destacar algumas características deste novo fenómeno de pobreza a partir de trajetórias de vida de pessoas com rosto e nome;
- ✓ Recolher a perceção subjetiva e objetiva que as pessoas em condições de privação e assistência fazem da sua situação de “pobreza”.

A nossa hipótese de trabalho baseia-se na convicção de que, face aos fatores que conduzem à “nova pobreza”, as políticas sociais contemporâneas são demasiado assistencialistas e distantes da pessoa ou família pobre e que, na ótica da Pedagogia

Social, as políticas de solidariedade vigentes deviam apoiar-se no princípio da subsidiariedade e em relações de proximidade.

Neste sentido, o nosso trabalho divide-se em três partes fundamentais: a primeira refere-se aos pressupostos teóricos, com a respetiva revisão bibliográfica, onde abordamos teoricamente o conceito de vulnerabilidade, pobreza, exclusão social, Pedagogia Social, entre outros; a segunda parte refere-se ao estudo empírico desenvolvida no Distrito do Porto; na terceira parte apresentamos a discussão dos resultados e conclusões seguidas das considerações finais.

1 Trajetórias de vulnerabilidade: do ser ao «ser para o outro»

Tendo em conta a linha de pensamento de Claude Dubar (1998), não é possível analisar trajetórias sociais sem ter em conta dois aspetos do processo biográfico de um sujeito. Para o autor existem duas formas de trajetórias: a objetiva e a subjetiva. A primeira é explicada tendo em conta as posições sociais que as pessoas vão ocupando ao longo da sua vida, ou seja, “*Chamaremos de «trajetória objetiva» a sequência de posições sociais ocupadas por um indivíduo ou sua linhagem*”. (*idem, ibidem*: 3), relaciona-a com a “mobilidade social” e defende que é necessário fazer uma análise por categorias “*de modo a podermos distinguir «trajetórias ascendentes», «descendentes» e «estagnantes»*.” (*idem, ibidem*: 3). Valoriza a relação entre as posições sucessivas e promove “*os quadros sociais da identificação (...)*” (*idem, ibidem*: 4). O termo «quadros sociais da identificação», ou, «quadros de socialização», surgiram, segundo Dubar (1998), com Kaufman, sendo considerada uma das faces dos processos identitários, “*e envolve as categorias utilizadas para identificar um indivíduo num dado espaço social (...)*” e “*(...) as categorias do discurso do indivíduo definindo-se do ponto de vista de outrem (...)*” (*idem, ibidem*: 1), ao qual Dubar lhe atribui os termos de «identidade estrutural» ou «identidade para outrem».

Por oposição, Dubar, entende que a «trajetória subjetiva» apadrinha os “*processos identitários individuais, no sentido em que seu ponto de partida está no relato do próprio «percurso» por um indivíduo (...) e dos motivos pelos quais o sujeito está numa situação em que ele mesmo está se definindo (...)*” (1998:4). Podemos assim dizer, que a «trajetória subjetiva» está relacionada com o processo «identitário individual», segundo Kaufman, sendo também considerada uma outra face dos processos identitários, e que “*(...) diz respeito às diversas maneiras pelas quais indivíduos tentam dar conta de suas trajetórias (familiares, escolares, profissionais...) por meio de uma «história», no intuito, por exemplo, de justificar sua «posição» em dado momento e, às vezes, antecipar seus possíveis futuros.*” (1998:1). Para Dubar trata-se de um processo onde o indivíduo se tenta autodefinir, ao qual o autor sugere chamar de «identidade biográfica» ou «identidade para si». (1998:1). As trajetórias contemporâneas de

vulnerabilidade nascem de um contexto de vida social, económica, cultural e política completamente diferente daquela que existiu há poucos anos.

Eduardo Marandola Jr. e Daniel Joseph Hogan (2006), no texto “As Dimensões da Vulnerabilidade” (pp.33-43), procuram apresentar a vulnerabilidade como fenómeno intrínseco à modernidade tendo em conta conceitos de “risco”, “perigo” e “incerteza” enquadradas no espaço e no tempo.

O que se pretende é entender que a *“vulnerabilidade envolve uma gama de fenómenos de natureza multidimensional e multifacetada”* (*idem, ibidem*: 35), que engloba a natureza, o social, e o homem situado em determinado espaço e tempo.

A ambientes naturais cada vez mais degradados juntou-se a deterioração dos ambientes sociais, sobrepondo perigos potenciando outros riscos e/ou ampliando os seus efeitos. Assistimos a uma crise de valores, quer religiosos e familiares, quer morais e cívicos, quer mesmo *“dos sistemas políticos, económicos, jurídicos e sociais (...)”* (*idem, ibidem*: 34). Até o campo da razão e da ciência não escapam a esta crise de confiança motivada pela sua incapacidade de responder às expectativas da sociedade.

Assim, o conceito de vulnerabilidade surge como *“«idée force» condutora das ações, análises e propostas.”* (*idem, ibidem*: 34). E esta “ideia” não é fruto de propostas ideológicas ou constitui um método de análise da modernidade, mas antes porque o tecido social se alterou e as relações *“segurança/insegurança no atual estágio da modernidade”* (*idem, ibidem*: 34) “passaram” para o próprio tecido social e para sua própria reprodução. No entanto, na chamada *Sociedade de Risco* (Ulrich Beck)³, os riscos e perigos não têm um carácter *“homogeneizador dos lugares e regiões, muito menos das pessoas”* (*idem, ibidem*: 34), uma vez que as diversas sociedades possuem mecanismos diferentes que absorvem, em parte, os impactos e danos causados pelos riscos, *“a vulnerabilidade aparece como conceito promissor para operacionalizar a compreensão desta situação vivida em toda a parte.”* (*idem, ibidem*: 34). Assim, estes

³ O sociólogo alemão Ulrich Beck analisou as mudanças ocorridas nas sociedades ocidentais e concluiu que houve a passagem de uma modernidade segura fundada na sociedade industrial para uma modernidade fluida assente numa sociedade de risco. As mudanças geraram “uma nova forma de capitalismo, uma nova forma de economia, uma nova forma de ordem global, uma nova forma de sociedade e uma nova forma de vida pessoal” in BECK, Ulrich (1992). *Risk society. Towards a new modernity*. Londres: Sage Publications.

mecanismos, entendidos como capacidade de resposta de uma determinada sociedade, são parte integrante da vulnerabilidade.

Este conceito de *Sociedade de Risco* transforma o conceito de sociedade moderna, na qual o normal seria viver uma “vida normal”. Esta vivência regulada pela normalidade, pela certeza e pela confiança nas instituições e na capacidade humana, quando “*era interrompida bruscamente por eventos externos*” (*idem, ibidem*: 34), como, por exemplo, a ocorrência de desastres e acidentes, provocavam surpresa e causavam a desordem no seio da sociedade. A *Sociedade de Risco* veio alterar este “*«status quo» de normalidade*” (*idem, ibidem*: 34) e diz-nos que viver é estar em risco permanente e esta é a realidade da “vida normal” nas sociedades contemporâneas. E “*muitos dos elementos que configuram a vulnerabilidade*” (*idem, ibidem*: 35), derivam desta nova “vida normal”, como resultado do estilo de vida dos indivíduos, “*atitudes, condutas e valores, região ou outras esferas coletivas nas quais a pessoa está inserida*” (*idem, ibidem*: 35) e da sua própria percepção do risco.

Daqui, surge a ideia de que vulnerabilidade deve ser analisada recorrendo a uma interdisciplinaridade que englobe a esfera natural, social, humana, entendidas numa escala espaço-tempo.

Bauman (2001), na sua obra “Modernidade líquida”, explica em que medida as transformações que a sociedade contemporânea tem vindo a sofrer nas suas várias vertentes, nomeadamente na vida pública e privada, relacionamentos humanos, trabalho, têm contribuído para instaurar uma mentalidade do provisório, até do efémero, nas relações, nas convicções e nos afetos. Servindo-se da metáfora da liquefação, o autor aborda a diluição das instituições sociais, do seu progressivo desmembramento e consequente passagem de um estado firme e sólido a uma sociedade indiferente e sem valores.

A flexibilidade, fluidez e capacidade de adaptação do homem têm provocado nos seus relacionamentos uma dissolução de laços sociais e afetivos, que transformaram a nossa vida em algo desprovido de sentido, sem raízes, provisório e descomprometido. O (falso) sentimento de liberdade que este descomprometimento nos proporciona leva-nos não à exaltação de valores sólidos e duradouros, mas à precariedade e ao desamparo

social, transformando-nos em “indivíduos individuais”, sós, descaracterizados e deprimidos.

A cultura do “EU” tem transformado as relações humanas em meras trocas comerciais, facilmente anuladas e abandonadas, “permitindo” ao Homem atual um descompromisso para com tudo e com todos. Se no plano individual estamos a tornar-nos cada vez mais relativistas e simplistas, na esfera social esta forma de pensar e de agir tem-nos conduzido à exclusão social por via da perda do laço social e de relações de proximidade, em que a perda de normas impera e em que prevalece a lei do mais forte.

Para o autor, a essência da vida humana prende-se agora com futilidades, sendo mais importante a forma do que o conteúdo. A curiosidade mórbida pela vida privada é cartaz nos meios de comunicação e o interesse privado prevalece sobre o público. Por outro lado, o que conta é “Ter”, poder viajar, consumir, numa louca correria de busca de mais e mais, que nos esvazia e não satisfaz. Ao perder o rumo, deixamos a felicidade fugir e, inconscientes da nossa humanidade, não somos capazes de parar para refletir, de ver o outro como igual e de sonhar.

Deixamos cair valores sólidos, desprezamos a honra, desvalorizamos o sofrimento e o sacrifício, tornando-nos seres de momento, insatisfeitos e voláteis. Bauman (2001) afirma que “ser é consumir” e os que não o podem fazer tornam-se “vagabundos”, seres amovidos, a viver em guetos, num processo de tribalização social.

1.1 Ser vulnerável: da pobreza à exclusão social

No contexto de mudança caracterizado por Bauman (2001), as pessoas sentem-se inseguras e estão mais vulneráveis. A pobreza e a exclusão social, que nunca foram totalmente erradicadas, são hoje uma realidade pública, conhecida por todos nós, omnipresente no nosso dia-a-dia.

A pobreza, enquanto objeto de estudo, tem ocupado um lugar de referência no campo das ciências sociais. Tem vindo a ser estudada e questionada ao longo dos anos, não sendo só um problema dos dias de hoje.

Segundo Bruto da Costa (2008), *“uma definição de pobreza é apenas um ponto de partida indispensável para que se possa distinguir o pobre do não-pobre”* (idem, *ibidem*:31). Assim, neste estudo, consideremos que a pobreza, no seu sentido lato, pode ser entendida como a carência de bens e serviços essenciais, tais como a alimentação, vestuário, alojamento e cuidados de saúde, bens e serviços essenciais para o desenvolvimento das pessoas e para a sua sobrevivência.

Para Gilbert Clavel (2004), a *“pobreza refere-se à participação dos indivíduos na actividade económica e à distribuição dos rendimentos. (...) é caracterizada (...) pela insuficiência dos recursos, não permitindo participar no conjunto dos modos de vida reconhecidos socialmente (...) remete para uma análise de desigualdades sociais”* (idem, *ibidem*: 139). O problema da desigualdade social leva à existência de indivíduos considerados favorecidos e outros desfavorecidos.

Serge Paugam (2003) acredita que nas *“sociedades modernas, a pobreza não é somente o estado de uma pessoa que tem falta de bens materiais, corresponde igualmente a um estatuto social específico, inferior e desvalorizado que marca profundamente a identidade dos que a experimentam”* (idem, *ibidem*: 23). Na atualidade, a pobreza é vista de forma negativa. Como o autor salienta, *“a pobreza é o símbolo do fracasso social e traduz-se, muitas vezes, em termos da existência humana, por uma degradação moral”* (idem, *ibidem*: 24).

Bruto da Costa (2008), define pobreza *“como uma situação de privação resultante de falta de recursos”* (idem, *ibidem*: 26). Distingue ainda privação de falta de recursos, onde a primeira é uma *“situação de carência, ou seja, de não satisfação de necessidades básicas”* (idem, *ibidem*: 27) e a segunda resolve-se quando *“a pessoa em causa deixa de estar dependente de formas extraordinárias de ajuda e passa a ter como meio de vida um rendimento proveniente de uma das fontes consideradas como normais e correntes na sociedade em que vive”* (idem, *ibidem*: 26). O autor defende também que são *“dois problemas distintos, embora interligados”* (idem, *ibidem*: 27) e que a *“solução para o problema da pobreza”* passa pela resolução da privação e da falta de recursos. Diz ser possível *“resolver a privação sem resolver a pobreza”* (idem, *ibidem*: 63), através da satisfação das necessidades básicas por intermédio de apoio monetário (subsídios, transferências sociais, etc.) e, quem não tiver recursos para esta satisfação,

não conseguirá tornar-se “*pessoa auto-suficiente em matéria de recursos.*” (*idem, ibidem*: 26), o que poderá conduzir à exclusão social.

Bruto da Costa conclui “*que a pobreza representa uma forma de exclusão, ou seja, que não existe pobreza sem exclusão social. O contrário, porém, não é válido. Com efeito, existem formas de exclusão social que não implicam pobreza*” (2008: 63). Existem vários “olhares sobre a pobreza”, e, num deles, ela pode ser entendida como uma forma de exclusão social. No entanto, não se podem confundir e não podem ser consideradas um mesmo fenómeno, apesar de se encontrarem proclamadas.

Após a leitura do Diagnóstico Social do Porto (DSP), verificamos que há recomendações no sentido de conhecer a realidade das famílias e pessoas consideradas como “*Novos Pobres*”, uma vez que estes estão a viver uma fase da vida de grandes transformações sociais e económicas. Esta fase pode caracterizar-se por dificuldades que se refletem “*no atraso ou suspensão de pagamentos de jardim-de-infância, serviços de saúde e cuidados e apoio domiciliário (...)*” (DSP, 2009:239), interferindo com todas as pessoas que compõem o agregado familiar e aumentando o número de sujeitos inseridos nos grupos vulneráveis que, segundo o DSP, são constituídos por crianças e jovens, pessoas idosas, pessoas com deficiência e/ou incapacidade, sem abrigo, imigrantes, minorias étnicas e “*Novos Pobres*”, e, “*em termos de identificação de grupos vulneráveis, optou-se por seguir a linha de prioridades actualmente assumida no âmbito do Plano Nacional de Acção para a Inclusão (PNAI) (...)*” (DSP, 2009:184).

É preocupante saber, segundo o DSP (2009), que a população envelhecida, devido ao isolamento, desconhece muitas vezes os benefícios sociais a que tem direito e que grande parte da população (sobre)vive com pensões de valor inferior ao ordenado mínimo nacional⁴.

Por último, sabe-se que as “*novas formas de pobreza têm vindo a afectar, essencialmente, famílias da classe média que, por perda de salário, deixam de conseguir fazer face às despesas do seu agregado familiar.*” (DSP, 2009:236).

⁴ Tendo em conta o Decreto-Lei n.º 5/2010 o salário mínimo em 2010 foi fixado em 475€.

Os dados fornecidos pelo Gabinete de Apoio ao Sobreendividado - GAS da DECO para o DSP (2009) revelam o aumento de famílias sobreendividadas no período entre 2000 a 2008. A mesma fonte faz referência às causas que estão na origem das dificuldades económicas, mencionando as principais, tais como: a) Desemprego (53%); b) Problemas de saúde (18%); c) Alterações no agregado familiar (15%).

As recomendações são muitas: *“temos que ser capazes de disponibilizar o acesso a serviços sociais de qualidade a todos os cidadãos e famílias, em especial os mais vulneráveis. (...) Temos que ser capazes de nos afirmarmos colectivamente como um povo solidário.”* (Programa Nacional:3⁵).

Segundo a linha de pensamento de Bruto da Costa (2008), quando falamos dos vários conceitos de pobreza, destacam-se três: a) conceito normativo; b) conceito relativo; c) conceito subjetivo. Estes três conceitos *“aparecem agrupados em duas classes: a classe dos conceitos objectivos, que abrange o conceito normativo (também designado por absoluto) e o conceito relativo, e a classe que inclui o conceito subjectivo.”* (*idem, ibidem*:31), isto é, a pobreza pode ser conceptualizada em termos absolutos, relativos e subjetivos.

Verificamos situações de pobreza absoluta quando os indivíduos não têm as necessidades básicas de sobrevivência preenchidas, como por exemplo, alimentos em quantidade suficiente, habitação, vestuário, medicamentos, etc., ou seja, quando não têm recursos disponíveis para que possam garantir a sua subsistência física.

A pobreza relativa traduz-se na incapacidade que as pessoas têm de participarem plenamente em termos económicos na sociedade em que vivem, devido à inviabilidade que têm face aos recursos que lhes permitam viver dignamente de acordo com os padrões de vida, costumes e atividades estabelecidos pela sociedade onde se encontram inseridos.

Uma outra visão é o conceito de pobreza subjetiva. Para Bruto da Costa, este conceito *“é uma ferramenta complementar, para se ter em conta o conceito que grupos*

⁵ Documento enviado a Comissão Europeia e ainda não validado pela mesma – 2010 Ano Europeu do Combate à Pobreza e à Exclusão Social. Consultado a 15/06/2010 em: <http://www.2010combateapobreza.pt>

relevantes da sociedade, e a sociedade em geral, têm da pobreza e a sua noção de necessidades básicas” (2008:52). Refere-se às apreciações da população de uma determinada sociedade, em relação ao estatuto de pobre, ou dos pareceres dos pobres sobre a sua própria situação (Capucha, 2005).

Independentemente do conceito *“absoluto, relativo ou subjectivo, a pobreza relaciona-se com as condições que têm de ser satisfeitas, ou os recursos necessários, para se ter acesso a um dado padrão de vida”* (Bruto da Costa, 2008:53). Cabe a cada um de nós tentar resolver esta situação na nossa sociedade.

O termo “exclusão social” teve origem em França, onde se associava a pessoas ou grupos desfavorecidos. Robert Castel⁶ (1990) defendeu que a exclusão social passava por ser um ponto máximo no campo da marginalização, caracterizando-se como um processo no qual o indivíduo se ia afastando progressivamente da sociedade, através de ruturas consecutivas com a mesma⁷. Esta expressão passou a ser utilizada para assinalar o fenómeno social de marginalização, mais ou menos involuntária, de alguém ou de um grupo de pessoas, em posição de vulnerabilidade resultante das práticas sociais.

Carvalho e Baptista (2004) defendem que a exclusão, nos dias de hoje, está balizada *“pela ideia de que é o reverso negativo da inclusão enquanto protótipo social humanamente autêntico”* (*idem, ibidem*: 25). O conceito torna-se relevante após o aumento do desemprego e de transformações económicas, entre outras, que proliferam nas crises sociais. Deste modo, a exclusão pode ser entendida como o afastamento de indivíduos, voluntário ou imposto, das suas funções ou das funções de um grupo específico.

Trabalha-se, assim, um conceito que não é novo no dicionário das ciências sociais nem do senso comum. Apenas passou a ser mais aplicado a partir da década de 1990. Quando alguns conceitos passam a ser mais usados, dependendo das circunstâncias em que uma sociedade se encontra, poderá significar que há necessidade de realçar alguns

⁶ Sociólogo francês

⁷ Consultado a 28/06/2010 em: <http://pt.wikipedia.org>

problemas e dilemas emergentes nessa sociedade e que se tornam mais evidentes. O conceito da exclusão é um deles.

Exclusão social pode implicar privação, falta de recursos ou, de uma forma mais ampla, ausência de cidadania, se por esta se entender a participação plena da pessoa na sociedade, em termos ambientais, culturais, económicos, políticos e sociais.

Na linha de pensamento de Gilbert Clavel (2004), situações de pobreza levam ao desenvolvimento de exclusão, *“são um momento deste processo, na maioria das vezes, uma primeira etapa”* (idem, *ibidem*: 146). Contudo, Clavel também defende que há outros fatores que levam a situações de exclusão e que esta apresenta sinais materiais e quantificáveis, tais como a pobreza de recursos, a precariedade do emprego e financeira, a habitação, o capital cultural, a saúde e o direito de cidadania.

Podemos dizer que a situação de exclusão faz parte de um processo de falta de integração ou participação na sociedade em vários domínios: no domínio económico, significa carência de recursos económicos, ou seja, de uma remuneração mensal, para que sejam satisfeitas todas as necessidades básicas para sobreviver e sustentar-se; o domínio político-legal refere-se às relações que se estabelecem com a proteção social (por exemplo) e, por fim, o domínio relacional identifica a falta de relacionamento e integração numa rede sociocomunitária de suporte, ou seja, a falta de relacionamento com os vizinhos, com a comunidade onde está inserido.

Os indivíduos afetados pela exclusão social encontram-se impossibilitados de *“usufruírem dos direitos sociais sem assistência, bem como em risco face a processos de marginalização durável e sentimentos de desvalorização pessoal, anomia, conformismo ou confirmação perante as suas condições de existência”* (Ferreira, 2000:58). Os excluídos sentem dificuldade em se integrarem e participarem na sociedade. Capucha (2005) acrescenta que *“estar em situação de exclusão, não é ser um «não membro» da sociedade, mas sim um (pelo menos tendencialmente) «não cidadão», isto é, um membro da sociedade a quem foram retirados, objectivamente, direitos de cidadania.”* (idem, *ibidem*: 91). Os excluídos veem-se privados de algo que outros (os incluídos) usufruem.

O livro «Desigualdades Sociais 2010 - Estudos e Indicadores», lançado pelo Observatório das Desigualdades, destacam que Portugal apresenta o segundo valor mais alto no índice de desigualdade social da União Europeia. Situações de pobreza e exclusão social continuam a espalhar-se pelo país. Empregando dados de 2007, os investigadores concluíram que 18% da população estava em risco de pobreza, em 2007, em especial os jovens até aos 17 anos e os idosos com mais de 65 anos. O desemprego, os baixos salários e a baixa formação profissional são fatores que contribuem para aumentar o risco de pobreza e que ajudam a compor esta realidade. Segundo a União Europeia, Portugal é um país de poucas oportunidades, socialmente instável e onde a segregação tem um peso importante na medida em que nascendo numa família de uma confinada classe social, dificilmente se sai dela.

A equipa do Observatório das Desigualdades conclui que em Portugal a população trabalhadora apresenta baixas qualificações e que há escassez de oferta de emprego para qualificados intermédios. As desigualdades sociais são perceptíveis nos rendimentos, nas profissões e qualificações, nos modos de vida e nos hábitos de consumo.

Gilbert Clavel (2004) afirma que é possível identificar a exclusão social em diversas latitudes, tais como em situações de desigualdade e de desvinculação, que levam os indivíduos ao afastamento da sociedade. Acrescenta ainda que *“os sinais da exclusão podem, pois, identificar-se numa série de indicadores (...) constituindo no seio da sociedade, uma linha divisória que atravessa o conjunto de campos sociais”* (*idem, ibidem*: 51), tais como: o campo histórico, o jurídico, o campo do espaço e do alojamento, o económico, o da população, *“através da família enquanto lugar de rupturas e de perda da relação social”* (*idem, ibidem*: 51), o campo da saúde, o escolar, o dos serviços públicos, o das ideologias e das práticas sociais e, por último, o campo das lutas sociais. A firmeza dos campos sociais que o autor nos indica não é profunda, mas pode ser *“condição suficiente para confirmar ou infirmar a hipótese de uma linha divisória específica da exclusão social, assim como para demonstrar os mecanismos da sua produção.”* (*idem, ibidem*: 52).

Existem diferentes tipos de exclusão social. Na linha de pensamento de Bruto da Costa (2008), encontramos cinco formas de exclusão social: a social, a cultural, a económica, a patológica e os comportamentos autodestrutivos.

Bruto da Costa (2008) evidencia que os fatores de natureza social “*conduzem à exclusão, afectando grupos, que devido ao modelo de organização da sociedade e dos estilos de vida dominantes, não têm lugar na sociedade em geral*” (*idem, ibidem: 73*). A este respeito, dá como exemplo o caso de algumas pessoas idosas, que, apesar de não terem falta de recursos, são excluídas pela sociedade devido ao facto de viverem totalmente isoladas. Denomina, a este propósito, uma exclusão ao nível dos laços sociais, de privação de relacionamento.

Outro fator importante que conduz à exclusão social é de natureza cultural. Como sabemos, “*o racismo, a xenofobia, os preconceitos diversos são factores que originam este tipo de exclusão e que, frequentemente, se configuram em rupturas simultâneas com vários outros sistemas: o económico (pobreza), o territorial (guetização e degradação habitacional), o emprego (insegurança laboral) e o simbólico (referências identitárias em conflito)*” (*idem, ibidem: 73*). Trata-se, nestes casos, de fenómenos que podem só por si dar origem à exclusão social.

No que diz respeito aos fatores económicos, como a própria palavra indicia, estes têm que ver com os rendimentos dos indivíduos. Caracterizam-se pelas más condições de vida, pelos baixos níveis de instrução e qualificação profissional e pelo emprego precário instável e mal remunerado.

Fatores patológicos e comportamentos autodestrutivos são outras formas que “*podem estar na origem de processos de exclusão*” (*idem, ibidem: 73*). Contam-se entre estes os sujeitos toxicodependentes, os alcoólicos ou com doenças psiquiátricas, constituindo “*factores que estão muitas vezes na origem de rupturas que surgem por exemplo ao nível das redes de sociabilidade*” (*idem, ibidem: 73*) e que se alargam a outros sistemas, como o emprego, habitação, saúde, etc. Entre os fatores patológicos, encontramos a exclusão devido a razões de natureza psicológica e mental, enquanto os comportamentos autodestrutivos estão relacionados com grupos de indivíduos que, por alguma razão, se colocaram numa situação prejudicial para si próprios.

Identificam-se assim os conceitos mais significativos de exclusão social, que se verificam nas sociedades atuais.

1.2 Do ser ao parecer: os não lugares

Na perspectiva antropológica, ao analisarmos a noção de vulnerabilidade dos sujeitos, podemos verificar que esta passa sobretudo por duas manifestações: pela perda de identidade pessoal e na quebra de laços sociais.

Em “Não Lugares”, Marc Augé⁸ analisa a relação do homem com o espaço, a questão da identidade e da coletividade. Chama a atenção para o facto de a organização e a constituição de lugares serem uma das modalidades das práticas coletivas e individuais. Segundo o autor um *Lugar Antropológico*, em geral, passa por ser um princípio de sentido para aqueles que o habitam e princípio de compreensão para os que o observam.

A antropologia moderna tende a identificar os Homens que estuda com a paisagem (meio ambiente) onde os encontra ou descobre. Há uma tentação de ver a totalidade, ao estudar sociedades precisamente localizadas no espaço e no tempo e, portanto, identitárias, relacionais e históricas. Assim, todos os Homens são meios representativos dessa totalidade local.

Os lugares antropológicos reúnem três características comuns: albergam identidades (pessoais e coletivas), exprimem relações entre pessoas por via da comunicação e traduzem uma história-memória dessas mesmas relações entre os sujeitos. Cada espaço deste corresponde a um conjunto de possibilidades, de prescrições e de interditos cujo conteúdo é, ao mesmo, tempo espacial e social. Para o ser, um *lugar antropológico* é identitário porque é referido, por exemplo, ao lugar de nascimento ou de residência de alguém. Estas referências compartilhadas, que funcionam como fronteiras, marcam a relação com os seus “vizinhos” e com os outros, daí ser relacional.

⁸ Marc Augé, antropólogo, presidente da École des Hautes Études en Sciences Sociales (EHESS), Marc Augé coordenou estudos na área de lógica simbólica e ideologia, entre 1985 a 1995. A partir dos anos 1980, diversificou os seus estudos, realizando pesquisas na América Latina e voltando o seu interesse para as realidades do mundo contemporâneo. Em 2002 coordenou o Centro de Antropologia dos Mundos Contemporâneos. Apresenta uma bibliografia que se tornou referência nas ciências sociais - são mais de trinta livros publicados, sobre diversos temas. Além disso, foi organizador das seguintes obras: “La construction du monde” e “Les domaines de la parenté”, dentre outras.

Os *Não Lugares*, por oposição aos lugares, são espaços de passagem, incapazes de dar forma a qualquer identidade. “*espaço que não pode definir-se nem como identitário, nem como relacional, nem como histórico*” (Augé, M. 2005:67). Os não-lugares são representados pelos espaços de transição, onde o homem perde a sua identidade e se afasta dos lugares antropológicos. No entanto, Lugares e Não Lugares misturam-se, interpenetram-se e, eventualmente, uns tenderão para os outros.

Augé (2005) lança a noção de Sobremodernidade para compreender o nosso tempo. Esta é “produtora de não lugares” e defende que ela resulta de três fatores de excesso: I. Excesso ou Aceleração do Tempo (superabundância factual), por via da qual tudo se tornou acontecimento e por haver tanto acontecimento já nada é acontecimento; “*A «aceleração» da história corresponde de facto a uma multiplicação de acontecimentos (...) É a superabundância dos acontecimentos que constitui problema (...)*” (*idem, ibidem*: 27); II. Excesso ou Aceleração do Espaço (superabundância espacial) - devido à constante mobilidade de pessoas, bens, informação, imagens, o mundo parece que encolheu e nós sentimo-nos implicados e comprometidos em tudo, mesmo que seja em sítios distantes. “*Do excesso de espaço poderíamos começar por dizer, uma vez mais tanto ou quanto paradoxalmente, que é correlativo do estreitamento do planeta*” (*idem, ibidem*: 30); III. Excesso ou superabundância de individualismo, por causa de falta de referências coletivas e porque o singular (os objetos, os grupos) organizam cada vez mais o nosso mundo.

“Esta individualização dos modos de proceder, devemos notá-lo, deixa de parecer tão surpreendente quando nos reportamos às análises anteriores: nunca as histórias individuais foram tão explicitamente implicadas pela história colectiva, mas nunca também os pontos de referência da identificação colectiva foram tão flutuantes. A produção individual de sentido é portanto mais necessária do que nunca.” (*idem, ibidem*: 35).

A sociedade contemporânea, mercê destes fatores, criou os não-lugares (autoestradas, aeroportos, hipermercados, centros comerciais, campo de refugiados), que acolhem provisoriamente, em trânsito, os viajantes, os solitários. É um mundo provisório, efêmero e individualista.

Segundo Carvalho & Baptista (2004), *“A cidade precisa, antes de mais, de gente com ternura pelos sítios e as coisas, passadas e presentes, que corporizam o espírito dos lugares.”* (idem, ibidem: 72). Nos dias hoje, falando da questão da mobilidade, as pessoas ocupam espaços e têm dificuldade em refazer o seu estatuto identitário. São pessoas de passagem.

Deste modo, surge a necessidade da construção, segundo Baptista, dos terceiros lugares (espaços alternativos), lugares identitários que só serão possíveis através de uma dinâmica sociocomunitária fundamentada na Pedagogia Social. *“Instituir lugares de hospitalidade significa investir na criação de espaços que funcionem como verdadeiros laboratórios de laços sociais”* (idem, ibidem: 74). É urgente a criação de espaços que incentivem a construção de identidades pessoais, locais e coletivas, de redes sociais, onde possam partilhar, em harmonia, espaços, valores, ideias e que sejam edificadas comunidades onde impere o bem-estar social.

Numa perspetiva antropológica, a Pedagogia Social torna-se importante, na medida em que tem como um dos objetivos fomentar a construção de lugares antropológicos por via dos laços sociais, *“Porque são as pessoas que fazem os lugares, as terras, as cidades (...) que enchem os espaços de odores, de sabores, de sons, de memórias, de sonhos, de amores e de desamores.”* (Baptista, 2005:71), essas mesmas pessoas têm de estar, deste modo, preparadas para as mudanças – sociais, familiares, profissionais, etc.

2 Precarização, assistencialismo e desprestígio social: um olhar sobre o outro

2.1 Das políticas assistencialistas à criação de laço social

Ao longo dos últimos anos e em especial depois de o processo de globalização das economias ter sido implementado, as transformações sofridas no mundo do trabalho têm implicado, para os trabalhadores e, especialmente, para os menos qualificados, um sério obstáculo à sua sobrevivência económica, financeira, familiar e social.

As relações laborais, caracterizadas cada vez mais pela precariedade, pelo trabalho parcial, pelo trabalho da máquina em detrimento do humano, têm contribuído para a desqualificação social, para o desemprego e para a deterioração das relações familiares e sociais dos trabalhadores.

Esta nova realidade tem sido objeto de análise de diversos académicos, entre os quais Paugam (2003), sociólogo francês que designou como desqualificação social este processo de transformações laborais e respetivas consequências para as pessoas por ele abrangidas.

Para Paugam (2003), estas populações não são herdeiras de gerações de trabalhadores miseráveis da era industrial ou mesmo pré-industrial, mas apontam para uma nova pobreza muito mais complexa e abrangente, que deve ser encarada não só como o não ter recursos, mas, sobretudo, como uma desqualificação globalizante na vivência pessoal (física, psicológica e mental), familiar, económica e nas relações com o outro.

Na medida em que é desqualificante, num mundo em que o sucesso e a riqueza material são vistos como capacidades positivas do indivíduo, tidas como exemplos a seguir numa sociedade que se pretende (teoricamente, diga-se) igualitária e triunfante, a pobreza aparece como uma ameaça à coesão social e como negação deste ideal de triunfo.

Ora, esta nova realidade tende a ser escondida, levando à criação de bairros sociais onde são despejados estes indivíduos encarados economicamente como

desnecessários, inúteis e incapazes. Repare-se que os mesmos são construídos na periferia das cidades, com fracas acessibilidades e com construção precária. Face a esta situação, o trabalhador pode enveredar por uma vivência conjugal instável e fraturante da coesão familiar, por uma baixa participação na vida em sociedade e por um sentimento de vergonha perante o outro, desembocando em exclusão.

Esta percepção de que estão excluídos, quando passam a residir em habitações de bairros cuja conotação da população em geral é pouco favorável e muito negativo, leva a que as pessoas se consciencializem de que atingiram o “fundo do poço”. A esta consciencialização de desqualificação social, Paugam (2003) chama “identidade negativa”, pois os indivíduos passam a rever-se nesta conotação, assumindo-a e revêem-se, por isso, num estatuto desvalorizado. São vistos pelo exterior como desqualificados, é-lhes colocada uma etiqueta, um carimbo, que os caracteriza e identifica negativamente. Esta etiquetagem é fruto de uma construção social, quantas vezes injusta, arbitrária, generalista e, quase sempre, elaborada com pouco ou nenhum conhecimento da realidade. Mas, pela persistência no tempo, ela é adquirida e interiorizada, levando a que os indivíduos se conformem.

Aprofundando melhor o pensamento do autor, começa por referir que a desqualificação social se refere àqueles que têm dificuldade em participar plenamente na vida social e económica. Ao analisarmos a desqualificação social dos indivíduos, estamos a analisar “*as identidades pessoais, (...), os sentimentos subjectivos da própria situação que vivem no decurso de várias experiências sociais, (...) as relações sociais que mantêm entre si e com os outros*” (*idem, ibidem: 24-25*). Ou seja, o estudo da desqualificação social significa, antes de mais, encetar um esforço por analisar os sentimentos subjetivos dos indivíduos que experimentam esta situação, quer em termos pessoais, quer nas relações sociais com o outro e entre si.

Assim, ao longo deste processo, existem, segundo Paugam (2003), três fases principais de desprestígio social, que são identificadas pelas tipologias de intervenção social, as quais, por sua vez, se subdividem em tipologias dos beneficiários, mais setorizadas, conforme a experiência vivida pelos sujeitos.

Estas tipologias são apresentadas como categorias analíticas cujos conjuntos de pessoas têm características comuns e situações idênticas perante a assistência social, tendo sido definidas para facilitar a compreensão sociológica deste fenómeno.

Tabela 1 – As três fases da desqualificação

Tipologias		
Intervenções Sociais	Beneficiários da Ação	Experiências Vividas
A – Intervenção pontual	Os frágeis	A1 – Fragilidade interiorizada
		A2 – Fragilidade negociada
B – Intervenção regular	Os assistidos	B1 – Assistência diferida
		B2 – Assistência instalada
		B3 – Assistência reivindicada
C – Infraintervenção	Os marginais	C1 – Marginalidade conjurada
		C2 – Marginalidade organizada

(Fonte: Camões, Ana 2012)

Num primeiro patamar, temos a categoria dos frágeis, pessoas que se caracterizam pela precariedade económica, frequentam estágios, que só têm trabalho a tempo parcial e que veem e sentem o desemprego como uma experiência humilhante. Beneficiam de uma intervenção social pontual, regra geral de âmbito financeiro, uma vez que alternam a incerteza e a inconstância dos seus rendimentos com eventuais períodos de trabalho, o “*que leva a uma participação reduzida na vida económica e social*”. (*idem, ibidem*: 35). Não estão totalmente dependentes da ajuda dos serviços sociais. Os indivíduos nela caracterizados têm “*um sentimento de inferioridade social*” (*idem, ibidem*: 51), pois veem no trabalho uma segurança material e financeira e um meio de se relacionarem socialmente, com colegas e com outros membros da sociedade. O trabalho é identificado com uma honra, ao contrário do desemprego, que tem uma conotação de incapacidade e preguiça. Por outro lado, o trabalho permite-lhes uma organização espaço-temporal sem a qual se sentem abandonados e inferiorizados. Perante o desemprego, dois tipos de experiências são conhecidas: a fragilidade interiorizada e a fragilidade negociada.

A fragilidade interiorizada é revelada por quem sente o desemprego como uma inferioridade social que leva à humilhação, à vergonha, ao isolamento, à desordem mental e a conflitos conjugais, repercutindo-se estes no ambiente familiar, que se

deteriora. São indivíduos “*cuja inferioridade social se traduz pelo fechamento sobre si e pelo ressentimento, até mesmo pela condenação a uma posição que lhes parece injusta*” (idem, *ibidem*: 54). O recurso à assistência social é por eles visto como algo degradante, o que acentua ainda mais o seu isolamento, sentindo-se constantemente julgados pelos outros.

A fragilidade negociada é revelada por pessoas que não têm vergonha em recorrer à assistência social. São indivíduos que “*tentam conjurar o insucesso elaborando projectos e multiplicando os procedimentos para «saírem dele»*. Neste caso, a inferioridade social é considerada como sendo uma situação temporária” (idem, *ibidem*: 54). Acreditam que podem melhorar a sua situação e tudo fazem para alcançar um emprego estável, se possível, bem remunerado e que lhes permita atingir um escalão social mais elevado.

A categoria dos assistidos resulta da persistência na situação de desemprego, que se vai arrastando no tempo sem perspectivas de solução. Começam a ter problemas de saúde, o que, muitas vezes, os impede de trabalhar e os leva a solicitar a ajuda dos serviços sociais, dos quais passam a depender de uma forma muito acentuada, “*quer por causa da sua deficiência física ou psicológica, quer por causa das suas dificuldades em prover à educação e ao sustento dos filhos*” (idem, *ibidem*: 35). Viram-se para os cuidados da casa e dos filhos e interiorizam a assistência como um direito, sem que deixem de ter uma forte motivação para o emprego (numa primeira fase, pois vão perdendo essa motivação à medida que a situação de dependência se prolonga). Sentem que a culpa pela situação que atravessam não é deles e começam a justificar e racionalizar a ajuda de que são alvo.

Numa primeira fase, a da assistência diferida, os indivíduos “*ficam, geralmente, motivados para a busca de um emprego. Apesar de uma dependência bastante forte em relação aos serviços da acção social e aos trabalhadores sociais – o que não é o caso dos frágeis –, aceitam dificilmente o acompanhamento social regular e a orientação assistencial do conjunto das suas dificuldades ou das suas deficiências. E não se consideram assistidos*” (idem, *ibidem*: 75). Embora dependendo de forma acentuada dos serviços sociais, têm com eles um relacionamento distante, não aceitando facilmente um acompanhamento social.

Numa segunda fase, a da assistência instalada, esta motivação torna-se fraca e o estatuto de assistido é progressivamente assimilado e interiorizado. Como nos revela o autor, os indivíduos sentem uma *“progressiva identificação com o estatuto de assistido. Tal não significa, por isso, uma submissão aos serviços de acção social, mas importa sublinhar os seguintes traços: uma motivação para o emprego mais fraca, a elaboração de racionalizações para justificar a assistência e estratégias lineares de relação com o trabalhador social”* (idem, *ibidem*: 80). Começam a conformar-se com a sua situação. Continuam a depender fortemente da assistência mas de uma forma racional, uma vez que já têm uma longa experiência de assistido e conhecem os mecanismos dos serviços, tendo uma relação pessoal com os seus funcionários.

Na fase da assistência reivindicada, a motivação para a procura de emprego desaparece, passando a depender totalmente da assistência, para viver. Nestes indivíduos *“nenhuma motivação para o emprego é observável e a dependência relativamente aos serviços de acção social torna-se muito forte. Constata-se, igualmente, o nascimento de conflitos, passageiros ou duráveis, na relação com os trabalhadores sociais”* (idem, *ibidem*: 91). Conhecendo a fundo todos os mecanismos, iniciam a reivindicação da sua assistência que, quando não é satisfeita, dá lugar a protestos e conflitos mais ou menos passageiros com os funcionários dos serviços sociais. Estes conflitos podem levar a uma situação de rutura com os serviços, pois os assistidos, geralmente mais velhos, pretendem usufruir dos benefícios de forma permanente, sem oferecerem contrapartidas. Ora, tal atitude não é bem aceite pelos serviços, que se recusam a perpetuar situações de oportunismo e desleixo. Constitui-se assim o *“último estágio da carreira de assistido”* (idem, *ibidem*: 91), o último patamar desta categoria, o dos marginais, que são aqueles que não têm qualquer fonte de rendimento, quer do trabalho, quer da assistência social. Sobrevivem à custa de ajudas financeiras pouco significativas e de apoio alimentar. Paugam salienta que, no decurso do processo de marginalização, os indivíduos, *“sabendo-se desacreditados, chegam a resistir ao estigma”* (idem, *ibidem*: 98). Dentro desta categoria, distingue-se a marginalidade conjurada e a organizada. Na primeira, os indivíduos são apáticos e sem vontade para lutar, mas, quando tomam consciência do seu estatuto de marginais, anseiam sair do buraco em que se encontram, mas, muitas vezes, não recorrendo mais do que à droga e ao álcool. Agem como forma de fuga à realidade. Contudo, como não conseguem encontrar a solução por estes meios, voltam a cair no fosso e procuram

“conjurar este modo de vida que consideram, simultaneamente, inseguro, instável e aviltante” (idem, ibidem: 106). Esta incapacidade arrasta-os para um ciclo vicioso: miséria – droga/álcool – mais miséria. Isto afunda-os cada vez mais e deixa-os entregues a si mesmos, indiferentes e insensíveis aos juízos da sociedade, fechando-se no seu pequeno mundo. Para poderem suprir as suas necessidades, caem muitas vezes no roubo e fogem para outros lugares, procurando a “cura” para a sua desgraça. São estigmatizados pela sociedade e só com ajuda caridosa conseguem sair desta situação. Mas são poucos os que o conseguem.

A marginalidade organizada é constituída por indivíduos que se adaptaram à sua condição mas que procuram resistir à estigmatização. Esta categoria corresponde *“à reconstrução de um quadro cultural tolerável num espaço no próprio limite da exclusão social. Trata-se, simultaneamente, de uma adaptação individual a uma condição miserável e de uma resistência simbólica à estigmatização” (idem, ibidem: 49).* Não têm alojamento, acabando por recorrer à ocupação clandestina a *“alojamento a título gracioso ou num albergue, a caravana, a barraca de madeira ou a casebre” (idem, ibidem: 112)* e procurando viver numa economia paralela, servindo-se de expedientes vários, como forma de angariar o seu sustento. Vendem produtos que encontram, recolhem materiais nas lixeiras, prestam serviços de jardinagem, entre outros. Porém, nas cidades, este tipo de atividades, assim como os espaços livres, são cada vez mais escassos, pelo que, cada vez mais, são empurrados para as periferias daquelas ou para meios rurais. Aí, podem mais facilmente construir um casebre ou instalar uma caravana e, sazonalmente, encontrar ocupação nas lides agrícolas.

Este estudo evidencia como é encarado o fenómeno da pobreza pela sociedade “capitalista”, que marginaliza quem não consegue acompanhar o ritmo de competitividade e a ânsia de lucro imposto pela globalização, em vez de proporcionar meios para que os indivíduos possam, por eles próprios, sair da situação em que involuntariamente caíram. Tem também o valor de nos mostrar que é face ao papel da assistência social que a sociedade define os pobres, através da relação que estabelece com estes e que, em termos sociológicos – através de trabalho no terreno, que analisa as relações estabelecidas entre os assistentes sociais e os seus clientes (os assistidos), chega ao conceito de nova pobreza e das tipologias acima apresentadas.

Apesar de estas tipologias se apresentarem com um certo carácter universal, uma vez que a pobreza é transversal à sociedade ocidental atual, o conceito de desqualificação social apresentado por Paugam resulta de um estudo efetuado num tempo e espaço (Saint-Brieuc) e num país como a França, cuja realidade é diversa da de outros países, mesmo europeus, como é o caso de Portugal. Não nos podemos esquecer de que a França está muito mais desenvolvida económica e financeiramente do que a grande maioria dos países europeus e que, portanto, a queda a nível social foi mais sentida pelos que anteriormente estavam numa situação económico-financeira estável. Como se costuma dizer, “quanto mais alto se sobe, maior é a queda”.

Não podemos deixar de referir que, depois deste trabalho de investigação, a sociedade tem em suas mãos um instrumento que lhe permite lançar um olhar reflexivo sobre o mercado do trabalho, sobre o papel do trabalho social e sobre a forma de sentir e vivenciar a pobreza. Apesar do objeto de estudo estar confinado a determinado espaço, não pode(mos) deixar de notar pontos comuns com a realidade mais próxima de cada um e refletir sobre o “caminho” desumanizado que se trilha, sem olhar para o nosso próximo, cada vez mais indiferentes e mais preocupados com o lucro e com o supérfluo.

A pobreza confere um *status* social muito próprio, caracterizado pela desvalorização, inferioridade e, sobretudo, pelo estigma que marca a identidade de todos os que passam por ela. O termo “estigma” surgiu com os gregos, que o utilizavam *“para se referirem a sinais corporais com os quais se procurava evidenciar alguma coisa de extraordinário ou mau sobre o status moral de quem os apresentava.”* (Goffman, 1963:11). Os sinais eram feitos no corpo através de cortes e queimaduras, para identificarem algo de negativo num indivíduo que seria *“evitado, especialmente em lugares públicos.”* (*idem, ibidem*: 11). O seu significado foi-se alterando e amplificando e, atualmente, diz-se que são estigmatizados indivíduos, que são “diferentes” dos ditos normais, quando estes são tratados de forma depreciativa.

O termo “estigma”, pode ser encarado como algo negativo, depreciativo, no entanto Goffman (1963) considera que *“um atributo que estigmatiza alguém pode confirmar a normalidade de outrem, portanto ele não é, em si mesmo, nem honroso nem desonroso.”* (*idem, ibidem*: 13), ou seja, a perceção que o indivíduo dito normal tem de um outro indivíduo pode depender dos seus conhecimentos, dos seus saberes e dos seus valores: o que este julga normal num indivíduo semelhante a si pode adquirir um

significado diferente, se for interpretado por outro indivíduo estigmatizado. Assim “*um estigma é, então, na realidade, um tipo especial de relação entre atributo e estereótipo (...)*” (*idem, ibidem*: 13), por outras palavras, a pessoa estigmatizada é vista como tendo uma característica diferente das que são aceites socialmente e é tratada de uma forma diferente pela comunidade.

Segundo o autor, o estigma pode ainda ser entendido na condição do desacreditado e na condição do desacreditável. Na primeira condição, a do desacreditado, inclui as “deformidades físicas”, “as culpas de carácter individual” (distúrbio mental, prisão, alcoolismo, homossexualismo, desemprego, tentativas de suicídio e comportamento político radical) e os estigmas “tribais de raça, nação e religião”, o estigma é evidente, perceptível. Na condição do desacreditável, o estigma pode não ser visível nem identificado pelos outros (*idem, ibidem*: 14), o estigma pode não ser explícito.

A pobreza pode ser uma condição estigmatizante, porque os indivíduos que se encontram nesta situação demonstram baixa autoestima, podem sofrer alterações comportamentais e sentem dificuldades em se adaptar à sociedade e em participar plenamente na sua comunidade. E, para muitos deles, viver com o estigma da pobreza pode tornar-se mais difícil do que viver na própria pobreza.

Maria Engrácia Leandro (2011) leva-nos a refletir sobre a evolução dos laços sociais ao longo dos dois últimos séculos, mais propriamente com o desabrochar da revolução industrial e do capitalismo urbano.

Para a autora, “*parece haver a certeza de que um laço social forte sempre existiu, sem que se saiba muito bem quem foram os seus autores, quais as suas características (...)*” (*idem, ibidem*: 27), assim, através de uma retrospectiva do laço social e da sua fragilidade/força mais ou menos evidente conforme a época analisada e o seu importante papel para a formulação de teorias sociológicas, somos confrontados com a sensação de que a precariedade dos laços sociais é cada vez mais evidente à medida que caminhamos para a contemporaneidade.

Com o aparecimento das sociedades industriais, capitalistas e urbanas, o fenómeno da “*falta de confiança e solidariedade, o individualismo, o isolamento social,*

as ruturas de valores (...)” (Leandro, 2011:27) e o aparecimento do desemprego de longa duração levou a que se começa-se a perceber a fragilidade do laço social contraponto com sociedades rurais onde se acreditava na existência de um laço social forte. No entanto a Sociologia “acreditou” que nas sociedades modernas iriam novas formas de solidariedade que permitiriam organizar as alterações naturais inerentes a qualquer transformação social.

A classe média que havia assistido ao aumento do número dos seus elementos é a que mais tem vindo a sofrer com a perda de estatuto social, principalmente os que perderam o emprego, que se sentem inseguros, até mesmo “*(...) os que não chegaram a ter nada ou perderam tudo até um tecto para viverem, que não dispõem de recursos para matar a fome (...)*” (Leandro, 2011:28). Hoje não se respeitam os que deixaram de ter, que tudo perderam até a própria dignidade de ser humano. Simultaneamente a desclassificação do indivíduo e a consequente descida de estatuto social levou a uma rutura de laços sociais designadamente dos laços familiares, se bem que no tal período de ouro do capitalismo com a exaltação do indivíduo e com a melhoria da sua situação económica e financeira, esses laços já estavam fragilizados, mas agora ficou pior porque já não tem suporte para o retorno ao seio familiar.

Na sociedade atual tudo se pode perder num “abrir e fechar de olhos”, atingimos a era dos perdedores... o que se julgava poder dar felicidade e bem estar económico e social sustentados na tecnologia e crescimento desmedido revelou-se afinal fonte de angustia e desilusão. O que se julgava imperdível estava alicerçado em fragilidades e equívocos.

A solidariedade passou a consistir o “fio condutor” de todo o discurso política, religioso e social mas que cada vez mais aparece como miragem face às condições práticas versus teóricas. Apesar de tudo a solidariedade como laço social é algo inerente à humanidade constituindo um laço antropológico fundamental (Leandro, 2011: 30). Talvez por isso a questão do laço social levou a que a sociologia procura-se compreende-lo melhor e vários sociólogos fizessem dele o objeto do seu estudo.

Segundo F. Farrugia (1993,17) “*O laço social não é um facto; é sim uma categoria através da qual a sociologia procura compreender, tanto a situação de indivíduos separados que podem formar uma sociedade, como o facto, que estando*

unidos, os homens continuam a viver em comunidade.” (cit.in. Leandro, Maria Engrácia, 2011: 31).

E. Durkheim, (1983;1978), servindo-se da divisão de F. Tonnies (1887;1977) “*da passagem duma forma de organização social de tipo comunitário para outra de cariz societário*” (cit.in. Leandro, Maria Engrácia, 2011: 31) apontou duas grandes formas de laço social a saber: solidariedade mecânica e solidariedade orgânica.

No primeiro tipo o laço social “*habitualmente denominado de comunitário, onde predominam os laços de sangue e de aliança, isto é, os laços familiares, os que decorriam da religião e da comunidade em geral (...)*” (Leandro, 2011: 31) que subjugavam de uma forma mais ou menos coerciva os indivíduos com as suas normas e sistema de valores. Nestas a consciência coletiva envolve as individuais proporcionando uma forte coesão interna e uma viva rejeição a tudo o que lhe é estranho.

Na segunda assente no ideal de progresso exalta a razão e valoriza o indivíduo. “*os agrupamentos são ligados por uma forma de laço social de cariz societário (...)* As práticas de solidariedade não são mais «mecânicas» (...)” (*idem, ibidem*: 32), a consciência coletiva é ultrapassada pelas individuais e necessita que o próprio indivíduo tome consciência que é um elemento que colabora e faz parte de um todo e que com a sua prática concorre para a coesão social.

Para Maria Engrácia Leandro “*quando os agrupamentos humanos são restritos, normalmente, eles apresentam uma forma de coesão mais intensa (...)*” (2011:33) vejamos o caso de uma pequena loja de rua ou bairro, os laços sociais criados são mais fortes e duradouros, criando-se muitas vezes relações de cumplicidade e solidariedade porque podemos comprar por exemplo “fiado”, para a autora, são as “*amabilidades que, não tendo preço monetário, nos incitam a ser delicados, amáveis e que nos tornam a vida mais agradável e mais capazes de intensificarmos e solidificarmos certas formas de laço social.*” (2011: 35), ou seja existe uma relação de confiança entre os indivíduos.

Na linha de pensamento da autora, tendo em conta o propósito de conferir uma modernidade total, as sociedades ocidentais postularam “*que apenas é considerado integrado o indivíduo que pertence simultaneamente a uma família, é trabalhador empregado, é um ser racional que aceite as normas, regras e valores da sociedade e é*

um democrata capaz de respeitar os direitos e as diferenças dos outros.” (2011:43) ou seja, o indivíduo só está efetivamente integrado desde que trabalhe, aceite as normas sociais e os direitos e as diferenças do outro. Mas os tempos modernos são voláteis, a realidade está em constante mudança e a expectativa criada está longe de ser concretizada.

A partir da segunda metade do século XX assistimos progressivamente ao aumento da riqueza individual e coletiva, nomeadamente dos estados, *“a solidariedade (...) foi-se tornando em dever jurídico e num dos direitos fundamentais dos cidadãos (...)”* (Leandro, 2011:44) e permitiu prestar auxílio aos cidadãos em caso de necessidade.

Segundo a autora, esta ajuda foi ano após ano encarada como um direito consolidado e intransmissível do indivíduo. Mas começamos a ver agora que não é bem assim. *“As relações sociais mais do que espontâneas são, nesta perspectiva, objecto de contrato.”* (2011:44). Em tempo de crise financeira, com o empobrecimento generalizado da maioria dos países, estes estão a tentar “transferir” para a família a obrigação da revitalização dos laços sociais. Ou seja a instituição família que havia sido desvalorizada quer pelo indivíduo quer pelos órgãos de poder são vistos agora como necessários para a coesão social das sociedades.

Maria Engrácia Leandro (2011) acrescenta ainda que na verdade, *“os poderes públicos recriaram a protecção do laço social (...)”* (*idem, ibidem*: 47), mas que não se deborcavam sobre os sentimentos de pertença às comunidades, *“ainda que nos nossos dias, com a crise do Estado de providência, se volte a fazer apelo a este tipo de solidariedades, ora designadas primárias, ora designadas secundárias.”* (*idem, ibidem*: 47).

Godbout (1997) defende que é importante saber até que ponto, nesta sociedade moderna, formada por um conjunto de indivíduos que estabelecem e rompem laços entre si e que, apesar de proclamar a unicidade da pessoa humana, *“tende sistematicamente a suprimir os laços sociais primários pelos quais as pessoas afirmam e criam a sua unicidade, em benefício dos laços secundários que tornam, pelo menos em teoria, os indivíduos substituíveis uns pelos outros e anónimos”* (*idem, ibidem*: 30).

Voltando à linha de pensamento de Maria Engrácia Leandro (2011), verificamos que a autora evidencia, que *“o laço social, mais corrente designado de solidariedade, emana tanto das políticas dos Estados, da sociedade, falando-se hoje muito das formas de solidariedade que brotam da sociedade civil, das religiões ou de outros movimentos (...)”* (idem, ibidem: 30), por outras palavras, o laço social designa um conjunto de elementos unificadores dos indivíduos, mas que se revela de diversas formas conforme as diferentes realidades, desde família, grupos de amigos, coletividades etc.

Godbout formula três formas de laços sociais: I. Laços na esfera do mercado, onde há *“a possibilidade e a facilidade de sair da relação social (...) em relação à qual um agente não está satisfeito”* (1997:35); II. Laços na esfera do Estado (entendidos como relações secundárias); III. Laços na esfera doméstica (relações primárias).

A esfera doméstica ou familiar *“é geralmente considerada como o lugar natural”* (idem, ibidem: 35) pois é aqui que o laço é querido, é mais genuíno, *“os parceiros não são escolhidos. A possibilidade de romper com eles, sem ser inexistente, é muito mais difícil e dramática, e por vezes nula. A obrigação está aí mais presente.”* (idem, ibidem: 38). Ou seja, na esfera doméstica, uma vez que os intervenientes na relação não são escolhidos e não são “estranhos”, torna-se mais difícil haver rutura de laços de parentesco. Os laços secundários são vistos *“como meio para atingir um fim.”* (idem, ibidem: 36).

Para Isabel Baptista (2009) é imprescindível *“compreender que os laços que tecem a coesão social carecem de reinvenção permanente. Sobretudo numa sociedade fortemente segregativa como a nossa, já não basta «proteger», «regular» ou «socorrer», precisamos de dinâmicas de mediação humana que ajudem a fortalecer os laços existentes e a criar laços novos.”* (idem, ibidem: 3).

2.2 Novas modalidades de apoio social: intervenção para a cidadania

Isabel Baptista (2007), no seu texto *“Políticas de alteridade e cidadania solidária – as perguntas da Pedagogia Social”* (idem, ibidem: 135-151), propõe-nos uma reflexão sobre a sociedade atual como estando esvaziada dos conteúdos que a marcavam e a definiam noutros tempos. Afirma que a *“relação solidária surge-nos neste sentido como condição fundamental de cidadania.”* (idem, ibidem:136), nesta lógica, também

Joaquim Azevedo (2007) defende que “*desenvolver cidadania é ser capaz de organizar uma vida digna para cada um, proporcionar acessibilidade e mobilidade, relação e solidariedade (...)*” (*idem, ibidem*: 15), ou seja, ambos apontam a solidariedade como pilar fundamental nas relações humanas baseadas no respeito pelo outro e capazes de reconstruírem o laço social.

As alterações sociais, económicas, culturais e políticas verificadas quer no meio urbano, quer no rural, conduziram a que ambos tenham perdido as suas características mais significativas, como sejam “*os valores do desenraizamento, da privacidade pessoal e da emancipação autónoma*”, no primeiro caso, ou o “*desaparecimento das solidariedades naturais, ancestralmente ancoradas em laços de vizinhança e de proximidade familiar*” (Baptista, 2007: 136), no segundo.

A valorização do conhecimento e a facilidade em aceder a meios tecnológicos cada vez mais rápidos e abrangentes constituíram-se como via alternativa aos valores humanos de prática de solidariedade e de proximidade identificativos do ser humano.

Continuando na linha de pensamento de Isabel Baptista (2007), o sentimento de pertença mais restrito e “aconchegante” foi substituído pela facilidade de contacto sem barreiras espaço-temporais que nos isolem e que, sem a necessidade da presença do outro, nos deem informação e conhecimento. O outro apresenta-se perante nós como o alvo a abater, o obstáculo a ser ultrapassado, “*são os textos informáticos e os sinais tecnológicos que asseguram os processos de mediação necessários à vida em sociedade.*” (*idem, ibidem*: 137). O homem passou a relacionar-se melhor com a máquina do que com o outro homem.

Passamos a viver a um ritmo cada vez mais louco, sem tempo para refletir, para ver o vizinho do lado ou tão pouco para nos vermos a nós próprios. Podemos até sentir pena, quando somos confrontados com a pobreza, com a fome ou com o desemprego, mas não paramos, antes pelo contrário, corremos ainda mais, fechando-nos no nosso pequeno mundo, vendo a vulnerabilidade através da condição do outro, com medo que nos possa acontecer o mesmo. Esquecemo-nos, porém, de que uma das nossas características é sermos vulneráveis. “*Não «estamos sujeitos» à vulnerabilidade, somos sujeitos de vulnerabilidade.*” (*idem, ibidem*: 136). E somo-lo, cada vez mais sós, no meio de muitos. Avançamos sozinhos, mas não solitários, caminhando por lugares cada

vez mais desumanizados e artificiais, apelativos ao consumo desenfreado mas vazio de humanidade e de calor humano.

O Eu, como ser individual e único, peça insubstituível na organização social que se quer coesa e solidária, desapareceu, sendo aos poucos substituído por seres vazios, sem vida, ociosos em si mesmos e incapazes de *per se* resolverem os seus problemas, recorrendo cada vez mais à ajuda da Psicologia e da Farmácia e, no entanto, cada vez mais próximos do nada. “*Estamos perante uma incapacidade subjectiva ilusoriamente compensada pela febre de consumo*” (*idem, ibidem*: 138). Não vemos o outro porque não nos vemos a nós próprios, e temos medo quando nos vemos porque apenas vemos solidão.

Todos nós somos seres únicos separados, mas construímos a nossa identidade enquanto nos relacionamos com os outros, “nascemos todos iguais mas todos diferentes” e não aproveitamos esta “diferença” para dar sentido à vida, para aprendermos e crescermos. Não compreendemos que é com os outros e não à custa deles que podemos viver em sociedade.

A condição do outro não nos modifica, não estamos dispostos a ceder e a partilhar e, sempre que podemos, estabelecemos barreiras físicas que nos protegem dos outros, porque são diferentes.

Isabel Baptista (2007) diz-nos que esta questão que ficou conhecida por “*people versus places*” e que, ainda hoje divide os teóricos da nossa praça, propõe, conforme o lado em que se posiciona, uma aposta na melhoria das condições de vida e a possibilidade de acesso a serviços públicos (*places*) ou a promoção dos laços de proximidade física e a sociabilidade comunitária (*people*). Mas os dois discursos, distintos entre si, concordam nas mesmas dificuldades encontradas, nas mesmas preocupações sentidas, o que redundou, até agora, em resultados práticos, numa “mão cheia de nada”. Mas, concordando nas dificuldades, realçam a importância “*dos valores de proximidade, cidadania e comunidade*” (*idem, ibidem*: 145). Ora, se assim é, se estes valores são comuns, é porque são primordiais para a resolução do problema. “*Não basta reconhecer que a presença do outro ensina, que ela é fonte de novidade e riqueza*” (*idem, ibidem*: 139), há que apostar numa maior socialização e partilha. Quanto mais

nos socializarmos e partilharmos, mais nos desenvolvemos e mais enriquecidos ficamos.

Joaquim Azevedo (2009), defende que *“É nos processos de desenvolvimento comunitário, multidimensionais e complexos, que as pessoas e as instituições surgem em todo o seu vigor de participação e construção de um dia-a-dia mais justo para cada cidadão, sem qualquer excepção”* (idem, *ibidem*: 21). Ao mesmo tempo, estamos a promover uma sociedade mais positiva, a defender uma cultura de “proximidade humana”.

Isabel Baptista (2007) aposta na promoção de novos lugares, *“Lugares de cortesia e vida cívica onde se possam ensaiar novas interacções”* os chamados “terceiros lugares”, *“lugares intermédios entre o público e o privado (...) lugares de apresentação pessoal (...) lugares de hospitalidade (...)”*(idem, *ibidem*: 146-147). Lugares capazes de criar espaços, *“tempos de socialização, verdadeiramente novos e alternativos”* nos quais pessoas de todas as idades e condições sociais convivem, partilham experiências e aprendem relacionando-se (idem, *ibidem*: 145). Nestes lugares geradores de experiências de intersubjetividade, a interpelação da alteridade provoca uma reflexão capaz de romper a apatia e as certezas do “EU”, são propiciadores de aventuras de descoberta do desconhecido, do imprevisível.

“A cidadania articula a vida em comum e regula a pertença, reconhecendo a importância do espaço público como aglutinador das relações sociais, espaço de encontro, intercâmbio e comunicação entre grupos da sociedade. (...) o lugar que estrutura e possibilita a igualdade entre os indivíduos.” (Ytarte, 2007:172). O homem tem necessidade destes espaços, espaços mais humanizados e humanizadores, onde, sem constrangimentos, possa ser ele próprio, dando-se e recebendo de «peito aberto», promovendo a solidariedade como pilar de uma cidadania inclusiva. (Baptista, 2007:146).

Maria Engrácia Leandro (2011), mostra-nos que para além da vida económica e financeira de uma sociedade existem outros fatores a ter em conta como a responsabilidade individual na coesão coletiva, implicando uma responsabilidade moral que deriva da educação familiar e da escola de forma a educar para uma cidadania participada.

Mas, para que o espírito deste esforço, localizado em termos geográficos num espaço muito reduzido, possa frutificar a nível mais alargado, será, certamente, necessário o empenhamento de todos os agentes sociais: professores, educadores, assistentes sociais, educadores sociais, entre outros.

Em suma, depende da capacidade e vontade de congregar esforços todos os dias e, continuamente, na busca do desconhecido, na procura da concretização da utopia da felicidade.

3 Pedagogia social, solidariedade e educabilidade

3.1 Emergência da pedagogia social como resposta às questões sociais

O nosso trabalho está enquadrado cientificamente na Pedagogia Social. Quintana (1988) define a Pedagogia Social como *"a ciência da educação social dirigida a indivíduos e grupos, que se centra nos problemas humano-sociais que podem ser tratados a partir de instâncias educativas"* (idem, *ibidem*: 25). Esta ideia leva-nos a conhecer o terreno da Pedagogia Social.

A Pedagogia Social realça os problemas humano-sociais. Surge com os problemas de desestruturação social e pessoal que acompanham a revolução industrial. Tal como outras ciências sociais, aparece no contexto de uma sociedade cada vez mais complexa, em que o clima histórico, social e intelectual (Tezanos, 1990) impõe respostas a certos problemas sociais. Nas palavras de Sílvia Azevedo (2011), *"A pedagogia social encontra-se virada para uma mudança positiva do saber humano, através de uma intervenção sócio-educativa."* (idem, *ibidem*: 24). Aqui a Pedagogia Social tem um papel decisivo centrada na esperança e na intervenção.

Petrus (1997) acrescenta que *"a educação social, para além de solucionar determinados problemas próprios da inadaptação, tem duas funções não menos importantes: primeira, desenvolver e promover a qualidade de vida de todos os cidadãos; segunda, adoptar e aplicar estratégias de prevenção das causas dos desequilíbrios sociais"* (idem, *ibidem*: 27). Deste modo, reconhecemos que são necessárias práticas educativas, através de um saber profissional que previna e ajude no crescimento pessoal e social dos indivíduos.

Fermoso (1994) teve dificuldade em definir pedagogia social, uma vez que foram muitas as formas de entender a pedagogia social, e, para o autor, todas elas acabavam por se justificar no campo das suas aplicações e nos âmbitos das suas ações.

Citando Carvalho & Baptista (2004), Fermoso *"coloca a pedagogia social na interface entre a teoria e a prática ao apresentá-la como tendo por função básica «fundamentar, justificar e compreender tudo aquilo que a intervenção profissional dos sociopedagógicos põe em prática»."* (idem, *ibidem*: 57). Fermoso (1994) define

Pedagogia Social como sendo: *“uma ciência prática, social e educativa, não formal, que fundamenta, justifica e engloba a normatividade mais adequada à prevenção, ajuda e reinserção daqueles que padecem ou poderão padecer, ao longo da vida, de deficiências na socialização ou na satisfação de necessidades básicas apoiadas pelos direitos humanos.”* (idem, *ibidem*: 15-31). Defendia que o profissional ideal seria aquele que dominasse todas as áreas, mesmo que na sua prática profissional lhe fosse exigida mais a técnica. Referia que todas as propostas eram influenciadas por correntes ideológicas, filosóficas, políticas, sociológicas e antropológicas e que tinha de se aceitar a diferença epistemológica entre o nível epistemológico científico/teórico e o técnico ou de intervenção.

Nos dias de hoje, a Pedagogia Social é uma ciência epistemologicamente renovada, que pretende expor a sua identidade e diferenciar-se das outras disciplinas de saberes próximos.

Para Isabel Baptista (2008), Pedagogia Social pode ser entendida como: a) uma ciência, *“(...) tendo como objecto de estudo a aprendizagem social (...) num cenário de relegitimação histórica do Estado de providência (...) indexada a uma perspectiva humanista, hospitaleira, sensível(...)”* (idem, *ibidem*: 21); b) uma disciplina académica, que deverá estar inserida na formação superior, *“em particular, nos cursos que à partida se apresentam como explicitamente vocacionados para a intervenção pedagógica, escolar ou social.”*; c) um saber técnico-profissional, *“conhecimento teórico-prático que pode funcionar como saber profissional de referência para uma pluralidade de actores sociais (...) pode mesmo ser assumida como saber matricial (...)”*; d) uma filosofia de ação, *“uma cultura de trabalho orientada para a promoção de laços sociais significativos entre pessoas, instituições e comunidades (...) associada a valores de humanismo de carácter relacional. (...) encaminha-nos para uma «pedagogia humana» ou «pedagogia de hospitalidade social».”* (idem, *ibidem*: 22).

Tendo em conta que a Pedagogia Social apadrinha a aprendizagem ao longo da vida, Gonçalves (2009) propõe que, enquanto uma disciplina académica, esta *“vê-se permanentemente desafiada a re-significar espaços/tempos/modos de educar em todas as dimensões da pessoa e durante toda a sua caminhada existencial.”* (idem, *ibidem*: 36), uma vez que propaga a junção das aprendizagens com as experiências de vida e comunitária.

Atualmente, a realidade da sociedade portuguesa leva a que a Pedagogia Social seja uma mais-valia na sociedade, ajudando a refletir sobre soluções mais eficazes para atenuar os problemas existentes na sociedade, fortalecendo e promovendo a qualidade de vida de todos indivíduos e a sua inclusão social, acautelando antecipadamente prováveis desequilíbrios sociais que possam revelar-se.

A Pedagogia Social não é apenas uma intervenção técnica, muito menos uma intervenção de urgência que tem como objetivo salvar pessoas em situações de risco. Passa sobretudo por uma intervenção que visa a prevenção e a ajuda no crescimento pessoal e social do “outro”. *“A Pedagogia Social está desafiada a descobrir, a mediar e a propor as condições intersubjectivas da integridade pessoal no espaço público para fazer emergir, a partir de uma comunidade de valores e de finalidades partilhadas em comum, os universais normativos de uma vida digna para todos, assente no reconhecimento mútuo e solidário dos sujeitos.”* (Gonçalves, 2007:101). É primordial que a intervenção do pedagogo social contribua para o reconhecimento do outro como pessoa única, portadora de direitos a serem respeitados, entre os quais o de ser ouvido sobre os seus problemas e a forma de os enfrentar.

Segundo Isabel Baptista (2008), *“a Pedagogia Social apresenta-se no espaço plural das ciências da educação (...) apoiada em dinâmicas de hospitalidade interdisciplinar e interprofissional.”* (idem, *ibidem*: 15). Deste modo, o pedagogo tem como função trabalhar com os indivíduos inseridos nas suas comunidades, apoiando-se em projetos de intervenção, com o objetivo de lhes proporcionar maior qualidade de vida e uma harmonia mental, física e social. O pedagogo deverá *“escutar e estar atento, criando situações de encontro e de proximidade favoráveis à emergência de respostas”* (Carvalho e Baptista, 2004: 93), contando com a participação de outros profissionais, de modo a criarem equipas interdisciplinares.

Coster (1965) reforça a ideia de que *“é o próprio facto de ser ajudado ou assistido que condena os pobres a uma carreira específica, altera a sua anterior identidade e torna-se um «estigma», marcando um conjunto das suas relações com os outros”* (idem, *ibidem*: 145), pois, para eles assumirem que precisam de ajuda é o mesmo que ser rotulado como “pobre”, onde evidenciam os sentimentos de inferioridade, de desvalorização da sua identidade, de (des)pertença ao seu ciclo de relações.

Paugam (2003) acredita que *“a aceitabilidade da identificação como «pobre» depende, então, da condição social objectiva, do grau de dependência das populações em situação de precariedade económica e social face aos serviços de acção social, enfim, dos interesses recíprocos do assistente – que identifica – e dos utilizadores – que são identificados.”* (idem, *ibidem*: 32). Há que ver a ética como a capacidade humana de tomar decisões baseadas na dignidade humana e, assim, teremos a capacidade de agir em consciência, projetando e objetivando as finalidades de valor na vida social, para que cada cidadão possa ter uma vida livre e digna, ao contrário dos pobres que trabalham muito e ganham pouco, vivem mal, são muitas vezes humilhados e não têm voz.

Neste discurso, temos de acreditar, enquanto técnicos de intervenção social, que é possível ajudar o outro, a partir do nosso *“ethos”* profissional, pois ao falarmos de intervenção junto de grupos vulneráveis não podemos esquecer os princípios éticos profissionais que pretendem realçar os valores pessoais em sociedade e que estes sejam o reflexo de compromissos no qual se espera consolidar práticas da Pedagogia Social, como a convivência social, a solidariedade humana, a promoção e inclusão social, a valorização do outro enquanto «Pessoa». *“Movendo-se a Pedagogia Social entre muitas orientações paradigmáticas complementares, está sempre desafiada a desenvolver as competências relacionais e éticas que permitam um agir orientado pelos princípios e valores em que se baseiam as sociedades democráticas.”* (Gonçalves, 2007:100). A ajuda poderá não ser fácil, pois, a população alvo – os Novos Pobres – podem sentir-se “obrigados” a partilhar a sua vida pessoal, para tentarem a sua sorte, para conseguirem ser assistidos, ser ajudados.

3.2 A solidariedade e a subsidiariedade como matriz teórico-prática de intervenção

Quando se pretende analisar melhor a contribuição das políticas sociais para o apoio aqueles que delas necessitam, torna-se importante identificar os princípios de ação que as inspiram. Na perspectiva da Pedagogia Social, entendida no horizonte de um humanismo relacional, os princípios da solidariedade e da subsidiariedade devem fundamentar a elaboração teórica e a aplicação prática das ditas políticas sociais.

O termo “solidariedade” tem a sua origem no campo jurídico (*in solidum obligari* = responder pelo todo). O pensamento contemporâneo, entretanto, rompeu as barreiras jurídicas e pôs em evidência que é a própria constituição da pessoa - e não simplesmente certas exigências jurídicas - que dela exige relações de solidariedade com os outros.

A solidariedade, considerada a partir de uma perspectiva antropológica, varia de acordo com o modo de considerar a natureza da pessoa humana: ora mais como indivíduo racional e fechado, ora como pessoa relacional e corresponsável pelo outro.

Numa perspectiva sociológica, a consciência de origem, existência e destino comum é o ponto de partida da solidariedade social. Nela, a pessoa aceita que o desenvolvimento individual esteja condicionado pela colaboração com os outros e que, por sua vez, o indivíduo, ao dispor livremente de si mesmo, das suas qualidades e recursos dos bens, deve fazê-lo cooperando para que os outros vivam e desenvolvam o seu ser de pessoas, criando comunidade. Nesta perspectiva, surgem diversos tipos de solidariedade, desde o que é constituído exclusivamente por interesse comum de partido, classe ou nação, até ao que leva a aprofundar as relações interpessoais e a criar vínculos mais profundos de comunhão; desde o que se limita à família, clã ou grupo até ao que se abre a todos os homens de todos os povos. Assim, a solidariedade pode significar “*a decisão de dar protecção mútua pelo comprometimento de todos e pelo exercício comum do poder em favor dos interessados do mesmo grupo social, indicando assim o mesmo que associação para a ajuda mútua. (...) Contudo, a solidariedade obtém sua qualidade ética mais forte quando (...) não se limita a parceiros de força igual (...) mas se estende a pessoas dependentes, oprimidas, necessitadas ou em estado de miséria (...) Solidariedade, neste sentido de identificação e compromisso em favor dos membros mais fracos de uma sociedade pode, em consequência, ser dolorosa, enquanto pode estar vinculada com custos, sacrifícios pessoais e sujeições às finalidades do todo social.*” (Hilpert, 1993:267).

O princípio da *subsidiariedade* surge já na 1.^a Encíclica do Papa Leão XIII, a *Rerum Novarum*, em 1892 e visa promover a dignidade da pessoa inserida no conjunto das relações sociais, através da família, de grupos, associações intermédias, etc., fundamentando a capacidade de colaboração da pessoa no todo social na “*subjetividade criadora do cidadão*”. (João Paulo II, *Sollicitudo Rei Socialis*, n.15), em perspectiva

teológica, a prática da subsidiariedade decorre da dignidade da pessoa humana, do facto de ter sido criada à imagem e semelhança de Deus e, por isso, capaz de colaborar autonomamente na construção de uma vida social ao lado dos outros.

”Assim como é injusto subtrair aos indivíduos o que eles podem efectuar com a própria iniciativa e trabalho, para o confiar à comunidade, do mesmo modo, passar para uma sociedade maior e mais elevada o que comunidades menores e inferiores podiam realizar, é uma injustiça. O fim natural da sociedade e da sua acção é coadjuvar os seus membros, e não destruí-los nem absorvê-los”. Isto exige uma participação democrática ativa (Pio XI, *Quadragesimo Anno*, 79).

A prática do princípio da subsidiariedade redonda em expressão de solidariedade. Para Bento XVI, *“a solidariedade é a virtude que permite à família humana partilhar em plenitude o tesouro dos bens materiais e espirituais e a subsidiariedade é a coordenação das actividades da sociedade em apoio da vida interna das comunidades locais. Contudo, estas definições não são mais que o começo e só podem ser compreendidas adequadamente se forem vinculadas organicamente umas às outras e se forem consideradas como apoio recíproco.”*⁹

Jares (2007) vê a solidariedade como *“uma qualidade do ser humano que devemos aprender e desenvolver desde a primeira infância. Qualidade que nos leva a partilhar os diferentes aspectos da vida, não apenas os aspectos materiais, mas também os sentimentos”* (idem, *ibidem*: 36).

Na conceção de Madre Teresa, *“solidariedade significa que «o rico salve o pobre e o pobre salve o rico», uma vez que ambos tendem a ganhar com sua interação. A erradicação da miséria e o alívio da pobreza não são unidireccionais, porque fazem com que ambos – o que doa e o que recebe – sejam abençoados.”*¹⁰

⁹ CIDADE DO VATICANO, segunda-feira, 5 de Maio de 2008 (ZENIT.org). - Discurso que Bento XVI dirigiu aos participantes da 14ª Sessão Plenária (Vaticano, 2-6 de Maio) da Pontifícia Academia das Ciências Sociais, ao recebê-los em audiência.

¹⁰ Consultado a 17/06/2010 em: www.institutoacton.com.ar/articulos/uorio/artiorio1.doc

3.3 Educabilidade esperançosa e pedagogia social

Numa perspectiva de preparação de um futuro no presente e atendendo a que o homem é educável e capaz de se aperfeiçoar, a pedagogia educacional tem um papel relevante. Não só a educação na escola, mas também no seio familiar, na paróquia, na associação, etc. Assim, as relações humanas tornam-se significativas e constrói-se a consciência coletiva.

Adalberto Dias de Carvalho (1990), no seu texto sobre “A educabilidade como dimensão antropológica” (pp.145-156), dá atenção primordial ao pensamento de Kant. Não que este filósofo se tenha debruçado propriamente sobre a educação – de outra forma que não a accidental, uma vez que, como docente, tinha que lecionar a cadeira de Pedagogia na Universidade de Koenigsberg – mas porque o seu pensamento influenciou de sobremaneira a importância da educação nos destinos do homem. Aliás, as suas ideias foram reveladas ao mundo por um seu aluno (Rink), baseadas nos apontamentos tirados nas aulas e publicadas com conhecimento e autorização de Kant, sob o nome de “Reflexões sobre a Educação”.

Assim, em Kant, a educabilidade é tratada na dupla perspectiva antropológica e educativa, pois como o próprio afirmou “*o homem é a única criatura que deve e pode ser educada*”(in Carvalho, Adalberto Dias de, 1990:150).

A animalidade do homem e as suas determinações naturais não são vistas de uma forma negativa, mas sim como algo potenciador da educabilidade através da qual o homem consegue ultrapassá-la e construir conscientemente o seu próprio destino, libertando-se assim das suas limitações naturais. Pela educação, o homem passa da heteronomia (leis naturais) à autonomia, ou seja, pela razão tem a possibilidade de escolher entre os seus desejos naturais e a capacidade de estabelecer, de uma forma voluntária e racional, leis de ação moral para si próprio, seguindo-as independentemente de motivações empíricas.

A razão deve assim criar uma ordem moral na qual a liberdade assume papel fundamental, devendo esta ser usada de forma consciente e responsável e sempre supervisionada por aquela, para que o homem se construa a ele próprio como pessoa e como fim em si mesmo.

Para Adalberto Dias de Carvalho (1990), é aqui que a educação revela o seu carácter antropológico mais marcante, pois apesar de não ser um fim em si mesma, é por ela e através dela que o homem consegue realizar-se como fim em si mesmo e libertar-se das suas “amarras” naturais e alcançar a sua humanidade. Só o homem o consegue fazer, não só em termos do presente, mas sobretudo como projeto futuro e projeto antropológico, uma vez que o “ *homem não se pode tornar homem a não ser pela educação. Ele não é senão o que a educação faz dele.*” (Réflexions sur l’Education, p:73, citado em Carvalho, Adalberto Dias de, 1990:151). É importante que desde cedo (ainda criança) o homem aprenda a pensar mais do que a aprender pensamentos.

A educação deve basear-se em princípios e um desses princípios é de que se deve educar as crianças não só como forma de as adaptar ao mundo atual, mas sobretudo tendo em atenção o seu estado futuro, de forma a torná-las melhor.

Transformar o animal em homem e este em pessoa, em cidadão autónomo e em sujeito moral é a função da educação, o “*homem tem necessidade da educação para concretizar a sua liberdade e se instituir como ser moral*” (Carvalho, 1990:151). E como a moral é universal, todos os homens são iguais em dignidade.

Para Kant, cidadania é autonomia e esta permite ao homem conciliar a ordem com a liberdade, num Estado em que todos os membros limitam a sua liberdade exterior (disciplina), para posteriormente a receberem como membros da sociedade, ou seja, como povo e como Estado Civil. A disciplina que leva ao constrangimento exterior deve habituar o homem a submeter-se à ordem racional, para que este não possa ser desviado do seu destino e retroceder à animalidade.

Este recurso à educação e à disciplina prepara o homem para a liberdade social e civil, pois evita ainda que, de um modo impositivo da obediência, o indivíduo utilize a liberdade de um modo egoísta e, portanto, coercivo da liberdade do outro, contrariando assim os pressupostos do imperativo categórico (moralidade).

Adalberto Dias de Carvalho (1990) defende que cabe à educação permitir ao homem a passagem da heteronomia à autonomia (*idem, ibidem*: 153), em que a pessoa moral tende para a perfeição, num processo nunca acabado, constituindo assim um ideal

com função reguladora. Segundo Kant só em Deus existe a consciência perfeita e absoluta entre o que deve ser e o que é. Todavia este idealismo Kantiano não é pedagogia. Ele aponta princípios, diz como deve ser, mas não como o fazer. Essa tarefa cabe à Pedagogia Social.

É possível que a educação de cada geração se possa melhorar e em cada geração se dê um passo em direção ao aperfeiçoamento da humanidade. *“A educação ao longo da vida implica, não só, mas também, o alargamento de oportunidades de formação a outras faixas etárias.”* (Baptista, 2005:68) O que importa reter é que é através da educação que o Homem se afirma enquanto tal, se realiza como pessoa e, como espécie, tenderá a atingir a perfeição. A educabilidade marca o *HOMEM* *“enquanto ser susceptível de um progresso que, por isso, ele tem de tomar nas suas próprias mãos para além do presente.”* (Carvalho, 1990:154). A educação leva à autonomia, vista como “razão pura” que estabelece a lei moral, sempre norteada pela razão sem constrangimentos empíricos.

Se, pela educação, o homem conseguir entender que é como um todo e com cada um que deve construir o futuro da humanidade, os problemas da exclusão social, do desemprego, da miséria e da exploração tenderão a desaparecer, dando lugar a um estado norteado pela razão sem egoísmos e “mais” humano. Joaquim Azevedo (2007) defende que é preciso *“valorizar as pessoas, as suas relações, a sua história (...) não é só fomentar a aquisição de saberes, mas também o desenvolvimento de competências, a aquisição de novas atitudes, de novos comportamentos, novos modos de vida em comum.”* (*idem, ibidem*: 8).

Isabel Baptista (2007) defende que *“O desafio social em causa, a utopia, prende-se com a garantia de condições de educação e formação acessíveis a todas as pessoas, segundo modelos de actuação que, valorizando o «aprender na com a vida», permitam responder às especificidades de cada singularidade humana, de cada idade ou condição existencial.”* (*idem, ibidem*: 147).

Segundo Kant, o homem não é naturalmente bom mas através da educação pode tornar-se melhor. Este otimismo pedagógico implica que a qualidade dos educadores seja um fator fundamental neste processo educativo.

1 Metodologias de investigação

1.1 Questões e objetivos de investigação

Partindo do princípio que o limiar da pobreza se encontra na linha de fronteira que leva a que os “novos pobres” passem de uma relativa autonomia para a dependência no que à satisfação das necessidades básicas diz respeito, pretende-se estudar a relação, causal ou provável, entre os limiares de pobreza que são muito difusos em determinado tipo de população com determinadas características e o usufruto de medidas de políticas sociais com vista à assistência destas nessas situações de dependência. Assim temos como questões de investigação as seguintes:

1. Nas condições socioeconómicas atuais, existem novas trajetórias de pobreza?
2. As políticas de assistência a estes “novos pobres” estão a resultar?
3. Podemos falar numa “nova pobreza”?

Para tentar responder a estas questões, definimos que os objetivos do estudo se podem resumir nos seguintes pontos:

- ✓ Identificar semelhanças nas causas dos percursos que conduziram pessoas e famílias a situações de pobreza;
- ✓ Compreender criticamente se os apoios sociais vigentes são os mais eficazes e conduzem a soluções duradouras;
- ✓ Encontrar e destacar algumas características deste novo fenómeno de pobreza a partir de trajetórias de vida de pessoas com rosto e nome;
- ✓ Recolher a perceção subjetiva e objetiva que as pessoas em condições de privação e assistência fazem da sua situação de “pobreza”.

1.2 Planificação e *design* de investigação

A metodologia privilegiada foi de carácter qualitativo. Acreditamos que com a metodologia escolhida, podemos obter informação importante sobre as “*Trajetoórias de Vulnerabilidade*”. Para Robert Bogdan e Sari Biklen (1994) “*A abordagem da investigação qualitativa exige que o mundo seja examinado com a ideia de que nada  *

trivial, que tudo tem potencial para construir uma pista que nos permita estabelecer uma compreensão mais esclarecedora do nosso objecto de estudo.” (idem, *ibidem*: 49). Assim, para servir esta metodologia, utilizamos as seguintes técnicas:

a) Análise documental

Segundo Judith Bell (2010), *“A maioria dos projectos de ciências da educação exige uma análise documental”* (idem, *ibidem*: 101) e tendo em conta que *“«Documento» é um termo geral que designa uma impressão deixada num objecto físico por um ser humano”* (idem, *ibidem*: 103) nesta investigação, tal pensamento não foi esquecido.

A Análise documental esteve presente em todas as fases do trabalho. Numa primeira fase, procuramos bibliografia relacionada com o tema em estudo, concordamos com Maria Marly de Oliveira quando esta nos diz que *“O acesso a documentos escritos – seja em forma de relatórios, artigos, jornais, revistas ou mesmo em livros e documentos eletrónicos – em muito contribuiu para um conhecimento mais aprofundado da realidade.”* (2012:90). Num segundo momento, analisámos as fontes documentais e publicações baseadas em registos internos partilhados pelos diversos gabinetes de apoio à investigação, tais como: I) Boletim Estatístico de Outubro de 2011 do Gabinete de Apoio ao Sobreendividado, da DECO; II) Programa DÁ – Directo Apoio a Famílias, Carenciadas do Município de Gondomar.

b) Entrevistas

Consideramos que *“A entrevista é um excelente instrumento de pesquisa por permitir a interação entre pesquisador(a) e entrevistado(a) e obtenção de descrições detalhadas sobre o que se está pesquisando.”* (Oliveira, 2012:86), por outro lado Judith Bell (2010) mostra-nos que *“A grande vantagem da entrevista é a sua adaptabilidade.”* (idem, *ibidem*: 137). Assim, pareceu-nos que a escolha da entrevista como técnica de recolha de dados nos iria permitir recolher informação mais geral sobre o tema em estudo tendo em conta também que *“uma resposta numa entrevista pode ser desenvolvida e clarificada”* (idem, *ibidem*: 137).

Antes de iniciarmos as entrevistas, entramos em contacto com as instituições e solicitamos autorização para dar seguimento aos trabalhos, Judith Bell (2010),

aconselha que se “aborde formalmente, por escrito, os indivíduos e organizações que lhe interessam, apresentando os seus planos” (idem, *ibidem*: 53) e foi exatamente este procedimento que tivemos. Antes de partirmos para o terreno, entramos em contacto com a Junta de Freguesia de Rio Tinto e com o GAS da DECO do Porto, onde explicamos qual o estudo em causa e solicitamos a sua colaboração. Após terem aceitado, partimos para a ação.

As entrevistas foram semiestruturadas, sustentadas por um guião, onde selecionamos tópicos, pois assim “estabelece-se já uma determinada estrutura. (...). São feitas determinadas perguntas, mas os entrevistados têm a liberdade de falar sobre o assunto e de exprimir as suas opiniões” (idem, *ibidem*: 141), por outro lado e seguindo o pensamento de Raymond Quivy e Luc Van Campenhoudt (2005) “dispõe de uma série de perguntas-guias, relativamente abertas, a propósito das quais é imperativo receber informação da parte do entrevistado.” (idem, *ibidem*: 192).

Judith Bell (2010) defende que na “preparação de entrevistas (...) os tópicos têm de ser selecionados, as questões elaboradas, os métodos de análise considerados e um plano preparado.” (idem, *ibidem*: 138). Assim, procedemos à elaboração de dois “Quadros Teóricos”, sendo estes a “sistematização dos «conteúdos» que engendram toda a fundamentação teórica” (Oliveira, 2012:95), que nos possibilitou identificar categorias teóricas¹¹, dimensões, os indicadores e os objetivos, os quais nos auxiliaram na elaboração das questões para os guiões das entrevistas, tanto das famílias como das técnicas, como podemos ver na Tabela nº2 e nº3.

Decidimos acrescentar ao guião de entrevista às famílias uma sétima questão, tendo como objetivo perceber quais as expectativas futuras dos entrevistados. Assim, elaborou-se a seguinte questão: ***Se pudesse sugerir uma medida para que volte mais rapidamente a ser autónomo e não precisar de ninguém, o que sugere? Em que medida está disponível para sair desta situação? O que está disposto a fazer?***

¹¹ Entenda-se por *categorias teóricas* as “leituras convergentes ao tema central do estudo.” (Oliveira, 2012:94)

Tabela 2 – Quadro teórico para as famílias

Categoria Teórica	Dimensões	Indicadores	Entrevistas	
			Objetivos	Questões
Trajetórias (Como)	Pobreza Económico-Social	<p>-Absoluta: ausência de necessidades básicas (alimentos, habitação, vestuário, medicamentos, etc.);</p> <p>-Relativa: falta de recursos económicos; incapacidade que têm em participarem plenamente em termos económicos na sociedade em que vivem;</p> <p>-Subjetiva: perceção que os indivíduos de uma sociedade têm em relação ao estatuto de pobre, ou pareceres dos pobres sobre a sua própria situação;</p>	Identificar o tipo de pobreza predominante que caracteriza o entrevistado.	<p>Como se sente em relação à situação de maior dificuldade económica que atravessa neste momento? Quer descrever em que consistem as maiores provações por que passa atualmente? <i>(Identificar o tipo de pobreza predominante que caracteriza o entrevistado).</i></p>

Categoria Teórica	Dimensões	Indicadores	Entrevistas	
			Objetivos	Questões
Trajetórias (Como)	Exclusão Social Sociológica	<p>-Fatores de natureza social: têm recursos, mas vivem totalmente isoladas (caso de idosos);</p> <p>-Fatores de natureza cultural: ruturas simultâneas com outros sistemas: o económico (pobreza), o territorial (guetização e degradação habitacional), o emprego (insegurança laboral) e o simbólico (referências identitárias em conflito);</p> <p>-Fatores económicos: más condições de vida devido aos baixos níveis de instrução e qualificação profissional e ao emprego precário instável e mal remunerado.</p> <p>-Fatores patológicos: de natureza psicológica e mental (por exemplo: doenças psiquiátricas);</p> <p>-Comportamentos autodestrutivos: grupo de indivíduos que, por alguma razão, se colocaram numa situação prejudicial para si próprios (por exemplo: toxicodependentes, alcoólicos, etc.);</p>	<p>Levantar, na perceção dos entrevistados, os fatores de maior impacto que poderão contribuir para uma tendência de exclusão</p>	<p>Consegue enumerar, qual foi/é ou quais foram/são os fatores que mais contribuíram/em para a sua situação de precariedade, hoje? <i>(Levantar, na perceção dos entrevistados, os fatores de maior impacto que poderão contribuir para uma tendência de exclusão).</i></p>

Categoria Teórica	Dimensões	Indicadores	Entrevistas	
			Objetivos	Questões
Trajetórias (Como)	Não Lugares (não enraizamento) Antropológica	<p>-Não identitários (o homem perde a sua identidade);</p> <p>-Não Relacional (leva à solidão)</p> <p>-Não Histórico (o indivíduo não vive a história, não reconhece pontos de referência no lugar, etc.)</p>	<p>Perceber se viviam desagarrados;</p> <p>Perceber se se identificam ou não com o lugar onde vivem ou viviam;</p> <p>Identificar as causas que os levam a não se sentirem integrados no lugar onde se encontram, ou encontravam, inseridos;</p>	<p>Como caracteriza a sua relação com as pessoas ou instituições que integram a sua comunidade mais próxima, a sua rua ou bairro? (<i>Perceber se viviam desagarrados; Perceber se se identificam ou não com o lugar onde vivem ou viviam; Identificar as causas que os levam a não se sentirem integrados no lugar onde se encontram, ou encontravam, inseridos).</i></p>

Categoria Teórica	Dimensões	Indicadores	Entrevistas	
			Objetivos	Questões
Precarização (Razões)	Políticas Assistencialista	-Os frágeis - pessoas que se caracterizam pela precariedade econômica, frequentam estágios, têm trabalho a tempo parcial e que vêm e sentem o desemprego como uma experiência humilhante. Beneficiam de uma intervenção social pontual , regra geral de âmbito financeiro, uma vez que alternam a incerteza e inconstância dos seus rendimentos com eventuais períodos de trabalho (pode ser uma <i>Fragilidade interiorizada ou uma Fragilidade negociada</i>);	Saber que tipos de beneficiários são;	De que tipo de apoio social goza neste momento para que possa suportar esta situação de falta de meios? Como se sente em relação a esta assistência: é merecida porque tem direito a ela; é necessária porque é apenas uma fase na sua vida; é um apoio normal numa sociedade como a nossa... o que sente? <i>(Saber que tipos de beneficiários são; Identificar a tipologia de Intervenção; Conhecer as experiências vividas (ou seja, o tipo de fragilidade, de assistência e de marginalidade e);</i>
		-Os assistido - resulta da persistência na situação de desemprego que se vai arrastando no tempo sem perspectivas de solução. Começam a ter problemas de saúde que muitas vezes os impede de trabalhar e que os levam a solicitar a ajuda dos serviços sociais dos quais passam a depender de uma forma muito acentuada. Estamos perante uma intervenção regular . Os indivíduos interiorizam a assistência como um direito; a culpa pela situação que atravessam não é deles e começam a justificar e racionalizar a ajuda de que são alvo <i>(podem ter uma assistência diferida; uma assistência instalada ou ainda uma assistência reivindicada)</i> ;	Identificar a tipologia de Intervenção;	
		-Os marginais - são aqueles que têm uma Infra-intervenção - não têm qualquer fonte de rendimento quer do trabalho quer da assistência social. Sobrevivem à custa de ajudas financeiras pouco significativas e de apoio alimentar. <i>(Pode ser uma marginalidade conjurada ou uma marginalidade organizada)</i> ;	Conhecer as experiências vividas (ou seja, o tipo de fragilidade, de assistência e de marginalidade e);	

Categoria Teórica	Dimensões	Indicadores	Entrevistas	
			Objetivos	Questões
Precarização (Razões)	Estigma	<p>-Condição do desacreditado: inclui as “deformidades físicas”, “as culpas de carácter individual” (distúrbio mental, prisão, alcoolismo, homossexualismo, desemprego, tentativas de suicídio e comportamento político radical) e os estigmas “tribais de raça, nação e religião”, o estigma é evidente.-</p> <p>-Condição do desacreditável: o estigma pode não ser visível nem identificado pelos outros;</p>	Saber se se sente estigmatizado e se sim, em que condição: desacreditado ou desacreditável	<p>Nesta situação de maior carência, sente-se um cidadão em pleno?</p> <p>É reconhecido como alguém valioso na sua comunidade? Se sim, como ou em quê se traduz esse reconhecimento? Se não, como se manifesta isso? <i>(Saber se se sente estigmatizado e se sim, em que condição: desacreditado ou desacreditável).</i></p>
	Laço Social	<p>-Laços na esfera do mercado: onde há “a possibilidade e a facilidade de sair da relação social (...) em relação à qual um agente não está satisfeito” (p.35);</p> <p>-Laço na esfera do Estado: entendidos como relações secundárias - são vistos “como meio para atingir um fim.” (p.36)</p> <p>-Laço na esfera doméstica: entendido como relações primárias - aqui que o laço é querido, na esfera doméstica, uma vez que os intervenientes na relação não são escolhidos e não são “estranho” torna-se mais difícil haver rutura de laços de parentesco.</p>	<p>Saber se se sente integrado na sociedade onde vive;</p> <p>Identificar que tipos de laços mantêm com a comunidade onde estão inseridos;</p>	<p>O que faz com que se mantenha ligado a uma comunidade de pertença, rua ou bairro?</p> <p>Acha que estes laços estão mais fortes ou mais fracos nesta situação que vive agora? Porquê? <i>(Saber se se sente integrado na sociedade onde vive; Identificar que tipos de laços mantêm com a comunidade onde estão inseridos).</i></p>

(Fonte: Camões, Ana 2012)

Tabela 3 – Quadro teórico para as técnicas

Categoria Teórica	Dimensões	Entrevistas	
		Objetivos	Questões
Trajetória	<p>“Trajetória objetiva” compreende a análise da mobilidade social dos sujeitos por categorias de modo a distinguir «trajetórias ascendentes», «descendentes» e «estagnantes».</p> <p>“Trajetória subjetiva” apadrinha os <i>“processos identitários individuais, no sentido em que seu ponto de partida está no relato do próprio «percurso» por um indivíduo (...) e dos motivos pelos quais o sujeito está numa situação em que ele mesmo se”</i> define.</p>	Compreender se existe uma correlação entre a trajetória objetiva e a trajetória subjetiva dos sujeitos que agora se encontram em situação precária	<p>Na qualidade de técnica do GAI/GAS, como analisa o impacto que a precariedade/pobreza tem na vida:</p> <p>a) De pessoas com antecedentes de níveis de vida económica razoável, o que dizem agora de si próprias?</p> <p>b) De pessoas que antes desta situação já eram socialmente apoiadas, como se percebem agora a si mesmas?</p>

Categoria Teórica	Dimensões	Entrevistas	
		Objetivos	Questões
Vulnerabilidade	A cultura social e existencial de um indivíduo é importante para se perceber porque são “aceites” determinados riscos e outros não. A “vulnerabilidade é percebida como interna, constituinte do eu e do lugar”, ao contrário do risco (ao que se está exposto) e do perigo (o que pode causar dano) que são externos ao indivíduo.	Partindo da análise de um conjunto de perigos em determinado contexto geográfico e social, procurar o elo que une a produção social do perigo num determinado contexto geográfico com a vulnerabilidade sentida	No seu entender, quais foram os fatores que mais contribuíram para a situação de risco em que muitas pessoas se encontram atualmente? Na sua análise, como é que essas pessoas têm sentido-interiorizado-lidado com a experiência da precariedade/pobreza?
Educabilidade	<p>Enquanto possibilidade de transformação ao mesmo tempo adaptativa e projetiva;</p> <p>Contém as características da maleabilidade e da plasticidade da pessoa e dos processos;</p> <p>Todo o processo que conduz à construção de uma identidade pessoal pela realização de um projeto onde assume o seu destino.</p>	Avaliar se os técnicos percebem nas pessoas sinais de motivação para a saída da situação atual e de esperança num projeto pessoal onde assumem o destino nas suas próprias mãos	Que manifestações e sinais identifica nas pessoas que agora estão em situação de precariedade, que mostrem a sua disponibilidade para efetuar uma mudança nas suas vidas, que as retire da situação atual?

Categoria Teórica	Dimensões	Entrevistas	
		Objetivos	Questões
Políticas Solidarietà e Subsidiarietà	<p>Princípio da solidarietà: Artigo 8.º</p> <p>Princípio da solidarietà da lei de Bases da Segurança Social (cf. http://static.publico.clix.pt/docs/economia/Leibasessegurancasocial.pdf)</p> <p>Princípio da subsidiarietà: baseado na autonomia do sujeito, permitir que o cidadão exerça pessoalmente ou em grupos organizados as suas competências (princípio da subjetividade da sociedade)</p>	<p>Contextualizar os recursos disponíveis para responder a riscos crescentes e compreender quais os meios de que a sociedade dispõe para fazer face a perigos emergentes e à sua adequação para consertarem eventuais danos sofridos pelos mais vulneráveis.</p> <p>Identificar as políticas sociais mais solidárias e eficazes e aquelas que permitem que a pessoa tenha/deva ter uma participação ativa no destino do seu próprio projeto de vida.</p>	<p>Na sua opinião e tendo em conta o quadro atual de políticas de apoio social disponíveis, quais as medidas que devem ser privilegiadas para combater a pobreza e exclusão social? Porquê? Com que objetivos? As políticas atuais levam em conta as vulnerabilidades <i>versus</i> competências e autonomia da pessoa?</p>
Cidadania Social (Capacitação subjetiva)	<p>«Questão social»: conjunto de problemas que afetam o processo de desenvolvimento humano em determinada época histórica, tanto no plano individual como coletivo;</p> <p>Ter recursos pessoais e acesso a meios públicos que permita cada pessoa usufruir plenamente dos direitos humanos na contemporaneidade</p>	<p>Compreender os obstáculos que impedem o desenvolvimento de uma capacitação subjetiva no atual contexto existencial das pessoas em situação de precariedade.</p>	<p>Em que medida a situação atual das pessoas dependentes de apoio social ou socialmente excluídas por via de trajetórias de vida repletas de vulnerabilidade, compromete a suas aspirações a serem cidadãos de plenos direitos? Quais os maiores impedimentos para que tal aconteça num prazo razoável?</p>

(Fonte: Camões, Ana 2012)

2 Recolha de informação e construção da amostra

Raymond Quivy e Luc Van Campenhoudt (2005) catalogaram três tipos de pessoas que podem ser entrevistadas; em coerência, optamos por escolher a segunda e terceira categorias defendidas pelos autores. Em primeiro lugar, referimo-nos à terceira categoria, em que os autores consideram *“interlocutores úteis: os que constituem «o público a que o estudo diz directamente respeito» (...)”* (*idem, ibidem*: 72). No nosso caso, esse público foi constituído pelas famílias que se encontravam em situações de precaridade económica. A decisão de identificar as famílias que se incluem nesta categoria ficou a cargo das técnicas, uma vez que conhecem os seus “assistidos”, constituindo assim *“uma representação da população ou universo da pesquisa (...) um subconjunto ou parte dos elementos que compõem o universo (...)”* (Oliveira, 2012:89), sendo possível entrevistar 12 famílias do distrito do Porto.

A convocação para as entrevistas foi feita através das Técnicas Superiores de Serviço Social da Junta de Freguesia de Rio Tinto e das Técnicas responsáveis pelo atendimento do Gabinete de Apoio ao Sobreendividado (GAS) da DECO do Porto, que após a nossa solicitação de ajuda aceitaram colaborar. A ajuda passava por conseguir reunir pessoas que se acessem ser entrevistados.

Todas as técnicas sentiram dificuldade em conseguir que as famílias aceitassem participar na investigação, o que atrasou o processo. Deste modo, não tivemos hipóteses de escolher os entrevistados, procedeu-se à realização das entrevistas com os que aceitaram participar no estudo, sendo por isso uma escolha aleatória.

No início de cada entrevista, procedeu-se à apresentação do entrevistador, de seguida, era apresentado e explicado ao entrevistado os objetivos da entrevista, após esclarecidos, os entrevistados assinavam uma declaração em como tinham compreendido a explicação que lhes foi fornecida sobre o estudo e que aceitavam participar no mesmo. (Ver anexo I)

Robert Bogdan e Sari Biklen (1994) aconselham o uso de gravador *“Quando um estudo envolve entrevistas extensas ou quando a entrevista é a técnica principal do estudo”* (*idem, ibidem*: 172). Também Maria Marly de Oliveira considera que *“A*

gravação é muito importante para se ter com precisão o registo de tudo o que foi dito por ocasião da entrevista.” (Oliveira, 2012:87). Deste modo, as entrevistas foram gravadas tendo também como objetivo apoiar a fidedignidade do tratamento da informação, com autorização dos respetivos entrevistados.

Os entrevistados mostraram-se recetivos, no entanto em algumas questões manifestaram dificuldade em responder, a interpretação de algumas questões não era fácil devido ao baixo nível de instrução, o que nos levou a tentar decodificar as mesmas para obter as informações que necessitava.

Os locais das entrevistas não foram os mesmos. As quatro primeiras foram realizadas numa sala cedida pela sede da Junta de Freguesia de Rio Tinto, em dias de atendimento do Gabinete de Apoio Integrado (GAI) e as quatro segundas entrevistas, que se realizaram nas instalações Associação Rio Tinto Para a Evolução Social (ARTES), aconteceram no gabinete que à data estava disponível, uma vez que os entrevistados tinham de se apresentar no respetivo local para o atendimento com a técnica, seria assim evitada nova deslocação. As quatro últimas foram realizadas numa sala de reuniões do Gabinete de Apoio ao Sobreendividado (GAS) da DECO do Porto, também em dias de atendimento.

Tabela 4 – Caracterização das famílias entrevistadas

Nº. de Entrevista	Género	Idade	Estado Civil	Composição do Agregado Familiar	Habilitações Literárias	Situação Profissional	Nº. de Filhos
1	Feminino	43	Solteira	2	4º ANO	Desempregada	1
2	Feminino	45	Solteira	2	4º ANO	Desempregada	1
3	Feminino	42	Solteira	3	8º ANO	Desempregada	2
4	Masculino	44	Divorciado	1	5º ANO	Desempregado	1
5	Feminino	53	Divorciada	1	4º ANO	Reformada / invalidez	1
6	Masculino	44	Casado	4	10º ANO	Desempregado	2
7	Feminino	49	Divorciada	2	Não tem	Desempregada	1
8	Feminino	54	Solteira	1	3º ANO	Desempregada	0
9	Masculino	74	Casado	2	4º ANO	Reformada / velhice	2
10	Feminino	50	Divorciada	3	Ensino superior	Trabalhador por conta de outrem	1
11	Feminino	49	Casado	4	6º ANO	Desempregada	3
12	Feminino	54	Casada	4	9º ANO	Desempregada	2

(Fonte: Camões, Ana 2012)

Como já foi referido e podemos verificar na tabela nº 3, foram realizadas doze entrevistas a famílias. A escolha dos participantes, referentes às famílias, foi aleatória, no entanto, é de notar que as mulheres foram mais recetivas na colaboração do estudo do que os homens, como podemos observar dos doze entrevistados apenas três são do sexo masculino. É de se notar também, que apenas um entrevistado tem habilitações superiores e é o único que está empregado, todos os outros apresentam escolaridade de baixos níveis e encontram-se desempregados, sendo dois deles reformados por invalidez. Verificamos também, que uma boa parte dos entrevistados origem é proveniente de famílias com características próximas de “desestruturadas”, com quatro mães solteiras e três divorciadas.

Continuando na linha de pensamento de Raymond Quivy e Luc Van Campenhoudt (2005), abordemos, agora, a segunda categoria de entrevistados, onde os autores recomendam como interlocutores “(...) *peçoas que, pela sua posição, acção ou responsabilidades, têm um bom conhecimento do problema.*” (*idem, ibidem*: 71). Assim, decidimos realizar duas entrevistas, perfazendo um total de catorze entrevistas, também elas semiestruturadas, a duas técnicas de trabalho social: uma do GAI da Junta de Freguesia de Rio Tinto e outra do GAS da DECO do Porto. A realização das mesmas, tal como aconteceu com os restantes entrevistados, também aconteceu em locais diferentes, uma vez que os Gabinetes em questão não se encontram na mesma freguesia

Tabela 5 – Caracterização das técnicas entrevistadas

Nº. de Entrevista	Género	Habilitações Literárias	Idade	Tempo de Serviço no Gabinete	Gabinetes
13	Feminino	Economista	44	3 anos	GAS
14	Feminino	Assistente Social	44	20 anos	GAI

(Fonte: Camões, Ana 2012)

IIIª PARTE: ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS

Segundo Judith Bell (2010), “os dados em estado bruto, provenientes de inquéritos, esquemas, de entrevistas, listas, etc., têm de ser registados, analisados e interpretados. (...) O trabalho do investigador consiste em procurar continuamente semelhanças e diferenças, agrupamentos, modelos e questões de importância significativa.” (*idem, ibidem*: 183). Foi seguindo esta linha de pensamento que procedemos à análise e interpretação dos dados.

Tivemos também em consideração a linha de pensamento de Robert Bogdan e Sari Biklen (1994), que nos diz que numa investigação qualitativa “*Os dados são em forma de palavras ou imagens e não números*” (*idem, ibidem*: 48). Aconselha a que a análise dos mesmos seja um “*processo de busca e de organização sistemático de transcrições de entrevistas, (...) e de outros materiais que foram sendo acumulados (...)*” (*idem, ibidem*: 205), o que nos ajuda clarificar o que conseguimos descobrir.

1 Nova pobreza e apoios sociais

1.1 As novas trajetórias da pobreza

No âmbito de um trabalho de investigação realizado por Raquel Cruz (2010), denominado “Ser Pobre em Portugal”, a autora explica que “os «pobres» são uma categoria social heterogénea complexa. (...) Compreender a intensidade da pobreza e a expressão da exclusão (...). Perceber como se relacionam estes sujeitos com a pobreza e com os apoios sociais permite-nos quebrar mitos e captar singularidades de interesse científico e político, enriquecedoras para a intervenção social” (*idem, ibidem*:111). Também no nosso estudo esta afirmação é observável. Começamos pela análise das entrevistas às famílias.

Em relação às questões de pobreza, verificamos que a maioria dos entrevistados se encontra em pobreza absoluta. As respostas obtidas confirmam a carência material total dos inquiridos. Embora a maior parte dos mesmos consiga ingerir alimentos, sempre de uma forma precária e insuficiente, a ausência de bens essenciais como alimentação suficiente, vestuário, medicamentos ou encargos mínimos de manutenção pessoal ou

familiar estão arredados das suas possibilidades. A maioria evidência uma profunda dependência de terceiros e, quando assistidos, a sua relação é verdadeiramente assimétrica, de dependência total face aos seus doadores, pessoais ou institucionais, como poderemos verificar em algumas respostas que passamos a citar:

“Sinto tudo. Na alimentação, em pagar a água, a luz, o condomínio estou atrasada praí há um ano já. (...) Falta dinheiro para pagar água, luz e bens essenciais.” (E1/Q1)

“Sinto algumas dificuldades alimentares, agora sinto um bocado (...) Vestuários... (...).” (E3/Q1)

“As minhas condições sociais é isto que eu estou a viver, da ajuda da senhora Doutora Ivone, e também da ajuda, pela outra parte que me estão a dar os medicamentos. Se não fosse isso não sei o que seria de mim. (...) Vestuário não tenho. Nem calçado nem nada. (...). Não tenho tostão para nada, não tenho... (...) Há dias que compro pão, outros dias acabou o dinheiro.” (E5/Q1)

“Neste momento sinto-me um bocadinho mal. (...) Sem ter comida para dar às nossas filhas, sem vida profissional nenhuma (...) fiquei sem roupa nenhuma também, até a roupa que eu hoje trago até me deram (...)” (E6/Q1)

“Às vezes a miúda pede-me pão e eu não tenho para lhe dar, também não vou roubar para lhe dar. (...) Nem tenho água (...).” (E7/Q1)

“Detesto. Sinto-me triste. Vestuário não tenho, (...) tenho as calças de ganga todas rotas. Com a alimentação é a Câmara que me dá dinheiro, o cheque para fazer compras, mais nada, não tenho mais nada.” (E8/Q1)

“Sinto-me muito triste, porque não tenho dinheiro pró meu estado, não tenho dinheiro para os medicamentos, que não os tomo todos, o dinheiro que recebo da reforma é para entregar ao carro, (...) comemos sopinha à noite, comemos sopinha ao meio dia, (...). Roupa não se compra, calçado não se compra (...) É a alimentação, o vestuário... (...) a medicação, a manutenção da casa, tudo bem essenciais.” (E9/Q1)

Situações de pobreza relativa também são visíveis. As respostas de alguns entrevistados mostram que os rendimentos que auferem são insuficientes para conseguirem ter algum conforto e uma participação social ativa. Consideram que enfrentam dificuldades económicas que condicionam a sua participação na sociedade, o que os leva a abdicarem de alguns “prazeres” da vida. Têm dificuldade em aceitar esta situação, principalmente porque já tiveram outras condições financeiras, em que conseguiam ter um nível de vida superior. Existem diferenças notórias quanto ao nível social a que pertenciam antes de entrarem em situação de pobreza relativa. Vejamos algumas das respostas:

“ (...) neste momento tenho a minha família que me está a ajudar. (...) estou a pagar renda. É muito difícil viver assim. (...) comecei a ter ajuda do pai (...). É pouco mas já é uma ajuda.” (E2/Q1)

“ (...) neste momento evito almoçar fora constantemente, (...)evitei as idas ao ginásio... (...).Idas para o estrangeiro, idas ao cinema, visitas de estudo... Pronto, deixamos de fazer.” (E10/Q1)

“O que sinto mais falta é dinheiro suficiente para sustentar a casa. (...) mais de resto a gente não tem vaidades nenhuma.(...) dar às minhas filhas aquilo que não têm. (...) ” (E11/Q1)

“ (...) O dinheiro que temos é para a renda da casa, para os transportes e o pouco que sobra para a alimentação dos quatro.” (E12/Q1) “ (...)nós pertencíamos à classe média alta. (...) Gozávamos férias no estrangeiro, vestíamos bem era roupas de marca, joias... andávamos sempre em festas sociais... (...) ” (E12/Q2)

Quanto à situação de pobreza subjetiva, não encontramos respostas relevantes para esta situação.

De todos os fatores que podem levar à exclusão social, os fatores de natureza social foram os que não obtiveram respostas que comprovassem os mesmos. O mesmo, não podemos dizer dos fatores de natureza cultural, uma vez que encontramos em algumas respostas situações onde a exclusão social está visível num conjunto de

fenómenos que se traduzem em ruturas com outros sistemas. Os entrevistados apontam motivos de saúde, endividamento e também divórcio. Vejamos:

“Ora bem, os fatores, foi eu ter recaído na minha doença. Eu tive crises. Muitas crises seguidas e depois a questão financeira que era ele, o companheiro que estava comigo, é que me apoiava, não é Eu vivia do apoio dele. (...) ” (E5/Q2)

“Foi a partir do divórcio. (...).” (E7/Q2)

“Uma das causas que contribuiu mais foi que eu tive um cancro e precisei de obter um empréstimo para fazer a operação rapidamente (...) A partir daí precisei também de fazer tratamentos de quimio, etc... e também adquirir mais empréstimos (...) E o divórcio piorou.” (E10/Q2)

Contudo, foram os fatores económicos que mais se evidenciaram nas respostas dos entrevistados. Com as respostas obtidas conseguimos verificar que os entrevistados estão sujeitos a muitos fatores de vulnerabilidade.

Dos doze entrevistados, oito deles referem o desemprego como fator determinante da sua exclusão económica, juntando-se o baixo nível de instrução, uma vez que grande parte dos inquiridos confessa ter fracos níveis de educação e formação profissional, o que limita o (re) ingresso no mercado de trabalho. O emprego precário, os problemas de saúde, o endividamento ou recurso ao crédito são também evidenciados como causas que geram exclusão económica:

“Não trabalhar. (...) Devido à minha saúde e num ter estudos (...) ” (E1/Q2)

“É assim, eu trabalhei e cheguei a fazer descontos e tudo, só que ao depois ... é assim, eu como não tinha estudos, nem qualquer pessoa emprega (...) Para os sítios que eu ia trabalhar eu, não me metiam a fazer descontos (...)” (E2/Q2)

“Ai, falta de estudos mesmo. Para ficar assim nesta situação foi mesmo falta de estudos. Os trabalhos nunca foram lá muito bons, (...) Nunca tive trabalhos de muita duração, nunca tive um salário muito grande, (...).” (E3/Q2)

“Depois também, o eu ficar sem rendimentos também piorou bastante (...)” (E6/Q2)

“Eu desde sempre trabalhei (...) A fábrica fechou, fui para o fundo de desemprego, acabou o fundo de desemprego fui pró Rendimento Mínimo, agora acabou, agora já não tenho nada.” (E8/Q2)

“O que me levou a esta situação foi ficar desempregado. Eu trabalhava e vivia bem. (...) Fui obrigado a mudar de carro normal para ter um carro automático porque a perna esquerda não mexe. Por isso é que eu fiz crédito.” (E9/Q2)

“Foi ficar sem trabalhar e o meu marido ganhar pouco e saúde. (...) Trabalhava, compramos casa depois tive que entregar a casa ao banco porque eu fiquei doente. (...) entreguei tudo.” (E11/Q2)

“ (...) Os clientes não pagaram e eu não tinha como pagar aos fornecedores, era um ciclo vicioso. Até que tudo se desmoronou com um processo executivo das finanças. Ficamos sem o estabelecimento comercial e sem a nossa casa (...)” (E12/Q2)

Quanto aos fatores patológicos e aos comportamentos autodestrutivos, apenas obtivemos uma resposta em cada situação. Nas respostas da entrevista nº6, podemos verificar que se está perante uma situação de exclusão com origem em fatores patológicos, há uma rutura familiar originada por problemas psiquiátricos, como é o caso da depressão pós parto.

“Nós vimos de um país muito diferente, em que tivemos todo o conforto, apesar de estarmos noutra país, nunca nos faltou nada mesmo. (...) foi só porque a minha esposa teve um trauma pós parto, quando nasceu a minha filha mais nova.” (E6/Q2)

O mesmo acontece com as resposta da entrevista nº4, apenas este entrevistado revela ter comportamentos autodestrutivos. Em 12 inquiridos, surgiu um caso de autoexclusão. Podemos observar que comportamentos autodestrutivos, não são de todo, os fatores que mais conduzem à exclusão social, assim como os fatores patológicos.

“Eu já descontei, sempre descontei. (...) Trabalhei toda a minha vida para manter o vício da droga (...) ” (E4/Q2)

Quando partimos para a análise da dimensão dos “Lugares e Não Lugares” (Não enraizamento), observamos que de todos os entrevistados, apenas um se enquadra nos Lugares não identitários. Apesar de o entrevistado afirmar gostar da localidade atual, podemos verificar que o entrevistado já teve vários “espaços de transição”, o que faz com que se afaste das suas referências espaciais de identificação.

“Aqui em Rio-Tinto, adoro mesmo. As pessoas aqui são ótimas. Olhe eu morei no Porto, morei em São Mamede e aqui em Rio-Tinto as pessoas são espetaculares. Eu nunca tive um sítio tão bom como aqui. São pessoas que são mais humanas (...)” (E6/Q3)

Observamos também que, nas restantes respostas obtidas, metade dos entrevistados evidenciam estar perante Lugares não relacionais. Está claro que certos inquiridos se sentem sós. Não se relacionam com outros indivíduos, com os seus vizinhos nem com a sua comunidade. Não há relação mas sim solidão.

“Não tenho apoio de ninguém. Nada (...) ” (E1/Q3)

“ (...) Nem vêm a minha casa, para conversar comigo ou para falar, para estar com alguém. (...) uma solidão que me vai matar. Essa solidão vai dar cabo de mim. (...) Não tenho ninguém que vá me bater à porta, nem que seja... e que esteja comigo todo o dia...” (E5/Q3)

“(...)Eu merecia, se houvesse, uma pessoa... (.). Eu precisava de uma pessoa, para conbibio, para conbiber. Eu num conbibo com ninguém. Não conbibo.” (E8/Q3)

“ (...) Só moro ali há dois anos. É Bom dia e Boa tarde e sempre a andar. Não dá para muitas confianças. Não sinto que o bairro onde moro se identifique comigo. De forma alguma. Já tive bom relacionamento com os vizinhos na outra casa, nesta não. Nesta estou distante.” (E11/Q3)

“De repente ficamos sem nada, sem amigos, sem apoio de ninguém... temos os nossos trabalhos e mais nada.” (E12/Q3)

Temos, assim, outra metade dos entrevistados que evidenciam estar perante Lugares não históricos, não sentidos como seus. Parte dos entrevistados revelam ter boas relações com a sua comunidade mas não conseguem identificar as causas que os levam a se sentirem integrados.

“É assim, eu não tenho nada a dizer. Sempre me trataram bem. Sempre falei para pessoas.” (E2/Q3)

“Boa. Eu entendo-me com toda a gente. Falo com toda a gente, toda a gente fala comigo. Respeito toda a gente.” (E3/Q3)

“Boa. As pessoas tratam-me todas muito bem. Prontos... até agora tem sido assim. (...) toda a gente gosta de mim, prontos. (...).” (E4/Q3)

“Conheço, conheço. Eu sempre morei aqui. Há 15 anos que moro aqui. (...) mas prontos não conto a minha vida às pessoas, não é?! Não, não sabem da minha vida, (...) ” (E7/Q3)

“Uma relação boa. Não tenho más relações com ninguém (...) Nasci no Porto, cresci no Porto e sou do FCP. Dou-me bem graças a Deus. Não tenho problemas com ninguém. (...) não me imagino a sair daqui. Eu tenho uma casa muito bonita (...) ” (E9/Q3)

Quer uns quer outros vivem, ou melhor, sobrevivem em “terras-de-ninguém” sem identidade própria, apenas lugares de passagem, sem regras, em que cada um procura subjugar o outro impondo-se pelo ter, num regresso à selva acentuado a cada passo pela desumanização das relações humanas. É um regresso às “origens” primitivas do ser humano.

1.2 Resultados das políticas de assistência aos “Novos Pobres”

Outro aspeto importante a analisar é o que diz respeito à atitude que estas pessoas adotam face aos benefícios sociais de que têm vindo a dispor. Para analisarmos a

tipologia dos beneficiários de apoios, tivemos em conta as categorizações enumeradas por Paugam (2003) nas três fases da desqualificação social que menciona, relacionando-as também com o trabalho de investigação realizado por Raquel Cruz (2010).

Com as respostas obtidas, não encontramos nenhum entrevistado que se pudesse enquadrar na categoria dos “marginais”. Contudo, podemos verificar que apenas dois dos entrevistados se encontram na categoria dos frágeis, desempregados, sem subsídio de desemprego e a receber o Rendimento Social de Inserção. Podemos dizer que se trata de uma fragilidade negociada, concordam com a assistência recebida, aceitam-na, não sentem vergonha mas desejam que seja pontual, temporária e ambicionam arranjar emprego rapidamente. Tendo em conta o estudo de Raquel Cruz, estas pessoas identificam-se com o *falso inconformismo*. São pessoas que se sentem ainda capazes de trabalhar, mas que não conseguem integrar-se no mercado de trabalho porque “*este revela-se saturado e incapaz de os (re) absorver*” (Cruz, 2010:116). Veem o benefício social como alternativa que vai ajudar perante as dificuldades presentes, mas continuam a “ver” o trabalho como fonte de rendimento.

“Tenho abono e estou com o rendimento mínimo há dois anos, mas eu já trabalhei. (...) Eu espero é que seja só uma fase da minha vida mesmo. E que passe depressa. Mas pronto, acho bem que ajudem, casos como eu, (...) O rendimento há para ajudar as famílias. Mas que não seja para sempre, também.” (E3/Q4)

“A nível de alimentação, tenho apoio, mas muito sinceramente a mulher não come. Temos o abono delas e a minha esposa recebe o rendimento mínimo. Para renda, água e luz... (...) É uma situação pontual. Tem de ser mesmo, porque eu não consigo viver assim, percebe?! Eu não consigo... (...) Perante esta situação que Portugal atravessa neste momento, eu acho que a ajuda que tamos a ter é ótima, pronto é boa. (...) ” (E6/Q4) “Assim aos pouquinhos estamos a recuperar um bocado a dignidade. É bom sentir isso novamente, (...)” (E6/Q1)

No entanto, através das respostas obtidas, é de se notar que a maioria dos entrevistados se situa na categoria dos assistidos. Desempregados de longa duração e que dependem da assistência para sobreviver. Destes seis inquiridos, três estão a receber

o RSI e veem a assistência como um direito, apesar de julgarem que o apoio é insuficiente. Encaram o benefício como um direito legítimo, dependendo dele para viver, “*reconhecem neste tipo de apoio a única forma possível de suprimir as suas necessidades básicas*” (Cruz, 2010:115). Em termos de discurso identificamos aqui os *conformados acomodados*.

“A alimentação e ajuda para me pagarem água e a luz. O que tenho é o rendimento mínimo (...). A coisa mais triste na vida é uma pessoa ter que andar sempre dependente dos outros”. (E1/Q4)

“O abono estou a receber. (...) O pai dele... (...) tão depressa dá como tão depressa deixa de dar. (...) Eu acho que sim, que o RSI é merecido. Eu tento haver se arranjo trabalho mas não consigo.” (E2/Q4)

“É o rendimento...É 180€ é pouco. Às vezes Tenho ajuda de outras pessoas que me dão dinheiro para a medicação, (...) É merecido para pessoas que merecem e descontaram e têm dificuldades como eu tenho”. (E4/Q4)

Os outros 3 inquiridos encontram-se numa situação mais grave, a assistência é dada da parte dos técnicos e Programa DÁ – Directo Apoio¹² (um dos apoios a famílias economicamente carenciadas), que se traduz numa ajuda monetária, reduzida, para ajuda na alimentação (*Ver anexo III*). Não conseguem soluções para sair da grave situação económica. Estamos perante uma “assistência instalada”, onde os inquiridos já se conformaram com a sua situação. Podemos compará-los com os *conformados ativos*, (Cruz, 2010), aqueles que não beneficiam socialmente de apoio, queixando-se da sua fraca qualidade. A faixa etária dos desempregados inquiridos é desde os 42 aos 54 anos, o que poderá dificultar a sua reinserção no mercado de trabalho.

“ (...) é o vale de 25€ que é para buscar despesa para eu comer e é os medicamentos da farmácia, que é a Dra. Ivone que está a autorizar a ir buscar os medicamentos. E a minha reforma. Não tenho nada. Não sei até quanto tempo eu vou precisar deste apoio (...) ” (E5/Q4)

¹² Consultado a 5-11-2011 em: http://www.cm-gondomar.pt/PageGen.aspx?WMCM_PaginaId=34624

“Os apoios que eu tenho é só mesmo a Dra. Irene das conferências. Dá-me algum, salsichas e às vezes um pacotinho de arroz. Não, não tenho direito nenhum. Abono tenho 20€ só.(...) Ela tem o escalão B, (...) Tenho o programa DÁ, da gente receber aqueles cheques, que vêm todos os meses. Não tenho mais nada. O que tenho é de boa vontade das pessoas (...) O rendimento mínimo recebi 2 anos. (...) E eles pimba, o ano passado já me cortaram.” (E7/Q4)

“O apoio é só esse da Câmara. (...). Quem pagou a luz foram as conferências. Recebi até 1 de Agosto Rendimento mínimo e daí já não recebi mais nada, porque acabou o prazo. Acabou o tempo que tinham para dar, acabou, não me deram mais nada.” (E8/Q4)

No entanto, apesar das diferentes maneiras de encararem o benefício social, um traço comum a todos eles é o facto de que, de uma forma mais ou menos explícita, todos veem os benefícios sociais como essenciais para o seu quotidiano.

Os estatutos de pobre e o de beneficiário social estão intimamente ligados entre si, pelo que ser “pobre” é muitas vezes sinónimo de ser “assistido”, o que tem permitido uma certa “igualdade” no exercício dos direitos de cidadania por parte destes indivíduos, à partida estigmatizados. (Cruz, 2010). Ao analisarmos a questão da estigmatização, verificamos que apenas um entrevistado se enquadra na condição de desacreditado. Considera-se normal, o seu problema é visível e traduz-se na falta de emprego.

“Eu sinto-me uma pessoa normal. Só que não consigo arranjar trabalho. É assim, eles vêem-me com bons olhos. Não tenho razão de queixa de ninguém. Sinto-me integrada na comunidade.” (E2/Q5)

As restantes respostas colocam os entrevistados numa condição do desacreditável. O sentimento de vergonha e frustração está presente na maioria dos inquiridos, não querem dar a conhecer a sua situação precária. Muitas vezes nem procuram ajuda social, ou quando pedem ajuda é como o último recurso, pois veem nela um símbolo do estigma de pobreza que não quer e rejeitam. Segundo Raquel Cruz (2010) são os *inconformados*. Escondem a gravidade da situação em que se encontram. Temem a

diferença, depreciação da sociedade. Torna-se difícil aceitar o estigma da pobreza. Alguns acabam por se isolarem.

“Não. As pessoas não sabem que eu não digo. Não. Eu tenho vergonha de contar, eu não conto da minha vida a ninguém. Ninguém precisa saber do mal que eu estou a passar. Porque isto, na verdade, não é nenhuma alegria para mim passar por isto. (...) ”(E5/Q5)

“ (...) Os vizinhos são bons vizinhos... mas... as pessoas sabem que nós recebemos rendimento mínimo, que estou desempregado, mas não sabem que a situação é tão grave. (...) ” (E6/Q5)

“Acredite que eu tenho vergonha de pedir. (...).” (E7/Q5) “Nem quero que saibam. Pra quê? A gente fala de nós passado um tempo já estão no serrote a dizer mal das pessoas. E o que tenho guardo para mim. Tenho tudo guardado.” (E7/Q6)

“Eu nem conto da minha vida a ninguém porque tenho vergonha (...) eu tenho vergonha... as pessoas podiam não entender e começar a falar de mim. ” (E8/Q5)

“Sou uma pessoa que anda à deriva. Não me sinto pleno de nada.(...) Eu fui louvado na tropa, fui louvado no 1º de Janeiro, fui louvado quando o Papa veio cá em 82 (...) as pessoas é que não ligam nenhuma. Eu tenho um grande problema é o ter carro “ mas tem carro, oh...mas tem carro, mas tem carro”. É o que as pessoas dizem. (...) ” (E9/Q5)

“Não. Acho que não porque estou muito limitada, em muita coisa. As pessoas não sabem da minha situação, que eu não conto. Se calhar olhavam de forma diferente, se calhar com pena, ou... não sei. É uma coisa que eu evito falar, Até esta situação estar regularizada.” (E10/Q5)

“Não... Falta muita coisa. Ninguém sabe da nossa situação. (...) os vizinhos não sabem de nada. Eu acho que iam olhar para nós de forma diferente (...). Não quero confusões. Estou bem sozinha em casa.” (E11/Q5)

“Não. Não me sinto uma cidadã plena. Não era esta a vida que queria para a minha família. E não gosto de estar nesta situação. As pessoas que se diziam amigas desapareceram...já não nos vêem como amigos.” (E12/Q5)

Maria Engrácia Leandro (2011), lembra-nos *“que actualmente se fala muito da crise do laço social, seja para enaltecer um tempo devoluto em que, pelo menos, o indivíduo estava inserido em estruturas sociais pré-existentes e sociabilidades primárias que relevavam da família, das vizinhanças, da comunidade de ofícios, (...)”*(idem, ibidem: 36). Contudo, verifica-se que *“em muitas circunstâncias, os laços familiares e as redes de proximidade afiguram-se mais fragilizados.”* (idem, ibidem: 40). A autora acrescenta ainda que, *“sem protecção de retaguarda sócio-familiar, o cidadão não pode contar com a protecção do Estado e as suas políticas de protecção social”* (2011:40), uma vez que não são suficientes e esta situação também se verificou nas entrevistas às famílias.

Ao analisarmos a questão dos laços sociais, não obtivemos respostas que fizessem referência aos Laços na esfera do mercado nem aos Laços na esfera do Estado. Os vínculos familiares dos entrevistados foram os únicos que se destacaram, estamos perante muitas famílias desestruturadas. Alguns inquiridos revelam não “possuir” laços familiares, a maior parte deles dizem não terem sido “criados” pelos pais biológicos. Há também quem a valorize, ainda que seja um número reduzido de entrevistados.

“Quando eu vi que ia passar mal, eu liguei à minha irmã, eu pedi-lhe ajuda e ela não me deu... Ela está na reforma. Negou-me ajuda. Não tenho hipótese.” (E5/Q6)

“Família não tenho muita. Sabe que eu não fui criada com a minha mãe, nem com o meu pai. (...) Fui criada por um casal. Esse casal depois teve filhos e começou-me a arrumar. (...) Eles para mim estão a fugir todos. Afastaram-se. A relação ficou mais fraca. E abandonaram mais.” (E11/Q6)

“Os amigos deixaram de o ser... foram-se como que por magia... desapareceram! Mas a vida vai-se refazendo, aos poucos, e o mais importante é que a família se mantenha unida!” (E12/Q6)

1.3 Características associadas aos “Novos Pobres”

Vivemos tempos de crise, com empregos cada vez mais precários. O número de falências das empresas e das famílias aumenta e muitas pessoas são empurradas para o desemprego. Gilbert Clavel (2004) diz que *“a crise não é só económica mas que o próprio tecido social e cultural é atingido e transforma-se. As más condições de vida (...) colocam o problema da segregação e da coesão social.”* (idem, ibidem: 25). Existem cada vez mais novas formas de pobreza que se propagam e não se caracterizam apenas por uma escassez de recursos materiais. A pobreza e exclusão atingem novos grupos e novas características.

Em relação a propostas futuras, as soluções apontadas por todos os entrevistados, não deixam dúvidas de que todos anseiam sair da sua situação de precariedade atual. Para a maior parte deles a solução passa por arranjar emprego. Argumentam que é difícil de conseguir tal objetivo, mas que seria a solução ideal.

“Eu arranjar alguma coisa para eu tomar conta de idosos.” (E1/Q7)

“Arranjar emprego. (...) Era apenas um emprego pelo menos eu ganhava algum. E para não estar tão dependente da minha mãe.” (E2/Q7)

“Eu quero é um trabalho. Agora como consegui-lo... não sei. Qualquer coisa. Trabalhar em qualquer coisa (...) ” (E3/Q7) “Tenho agora uma vizinha que me está a ajudar imenso. (...) vejo televisão, tomo banho lá, (...) É raro encontrar agora uma pessoa que nos ajude de verdade mesmo.” (E3/Q6)

“Trabalhar”. (E4/Q7)

“Agora eu... o que é que eu digo para fazerem... meu DEUS... eu sei lá... olhe, sei lá, não sei. Sei lá. Se eu arranjasse um trabalhinho...(…). Ocupar-me. Que eu tenha compromissos. Se eu arranjasse isso, aí tudo bem. Aí se calhar eu animava um bocado mais, (...) ao menos que vá para um sítio onde conviva com pessoas, converse, porque a minha vida num foi fácil.” (E5/Q7)

“É assim, eu quero sair desta situação o mais rápido possível, porque eu num me sinto bem na situação que estou. (...), nem que vá fazer qualquer trabalho.(...) mesmo que não seja a minha área eu quero é trabalhar porque já estou num estado em que desespero mesmo (...)”(E6/Q7)

“Querida trabalhar. Para ver se resolvia a minha vida. O que eu queria era ser independente e não depender de ninguém.” (E7/Q7)

“Querida arranjar emprego. Para ser independente de toda a gente. Mas, sou nova para a reforma e sou velha para trabalhar.” (E8/Q7)

“Era trabalhar. (...) emprego num lar. (...) Mesmo que pagassem mal, (...) Eu queria era trabalhar num lar.” (E11/Q7)

Dos doze entrevistados, três rejeitam a aposta na formação e na escolarização:

“ (...) Porque eu não tenho cabeça para voltar aos estudos. (...) ” (E1/Q7)

“Estudar acho que já é tarde, já vou a caminho dos 46” (E2/Q7)

“Eu cabeça para estudar, não tenho cabeça.” (E8/Q7)

Um deles aceita mas tem de ter benefícios:

“Voltar à escola não. Não tenho paciência para estar ali parada. Se houvesse eu ia. Como já disse á Dra. Ivone também, se houvesse um curso que eu tivesse benefícios (...)” (E7/Q7)

Apenas dois dos entrevistados revelam vontade em investir na sua formação escolar. Os restantes seis entrevistados não se pronunciaram sobre o assunto.

“Estudar, sim, sim sim. Estava disposta a estudar outra vez.” (E3/Q7)

“ (...) Já me inscrevi para geriatria (...) Acho que com mais estudos, emprego consiga.” (E11/Q7)

Para os entrevistados endividados a solução pode estar na redução da taxa de juros ou na renegociação das mesmas.

“Se eles me baixassem a prestação para 200€, eu aí já conseguia aguentar. Já não pedia mais nada.” (E9/Q7)

“Olhe uma coisa que eu já mais voltaria a fazer era contrair empréstimos. (...) Na minha opinião, uma das medidas passa pela reestruturação das taxas de juros, do alargamento dos prazos...” (E10/Q7)

“Baixarem os juros das dívidas, para conseguir pagar mais rapidamente. Eu gostava que a minha filha mais velha conseguisse colocação numa escola, de conseguir reaver os bens móveis que foram penhorados, de arranjar um emprego melhor, porque eu faço limpezas para conseguir algum rendimento.” (E12/Q7)

Em relação às pessoas que se encontram em situação de sobreendividamento, o Gabinete de Apoio ao Sobreendividado – GAS da DECO tem tido um papel muito relevante. O GAS foi criado pela DECO, com o objetivo de ajudar o consumidor quando este se encontra em situação de sobreendividamento¹³.

A exclusão financeira é de alguma forma uma exclusão social. Segundo a Dra. Ana Passos do GAS do Porto, a passagem do escudo para o euro foi um dos fatores que agravou o sobreendividamento e que os consumidores que se enquadram nesta Nova Pobreza, já começam a solicitar ajuda¹⁴.

Analisando o Boletim Estatístico de Outubro de 2011 do GAS da DECO, podemos verificar que desde 2000 até 31 de Outubro de 2011, os processos de sobreendividamento sofreram um aumento brutal, passando de 152 processos para 3631, como podemos confirmar no Anexo IV, quadro nº1.

¹³ Entende-se por Sobreendividamento quando o consumidor já não consegue pagar os seus créditos.

¹⁴ Discurso da Dra. Ana Passos no Colóquio “Velhas e Novas Formas de Pobreza”, no dia 7 de Outubro, na Universidade Católica Portuguesa – Polo da Foz.

Segundo a mesma fonte, é de notar que entre janeiro e outubro de 2011, as delegações que tiveram um aumento mais significativo foi a delegação de Lisboa com 1400 processos seguindo-se a delegação do Norte com 1087 processos. As restantes delegações encontram-se abaixo dos 400 processos (ver anexo IV, quadro nº2).

Revelam também que o número médio de créditos por cada processo de sobreendividamento é de 5,2 % (ver anexo IV, quadro nº6) e as causas que mais contribuíram para o aumento dos processos de sobreendividamento foram, em primeiro lugar, o fator do desemprego, seguido da deterioração das condições laborais e devido a motivos de doença. (ver anexo IV, gráfico nº7).

A faixa etária mais afetada pelo sobreendividamento, em 2011, segundo o mesmo Boletim Estatístico que temos vindo a analisar, situa-se entre os 31 e os 50 anos, com uma percentagem bastante elevada de 61%. (ver anexo IV, quadro nº14).

Relacionando a formação académica com o pedido de ajuda ao GAS, destacam-se os consumidores detentores do ensino secundário com uma percentagem de 26,3% e os que menos solicitam ajuda, com uma percentagem de 13,2% são os detentores de formação académica superior.

Por último, a mesma estatística mostra-nos que a preocupação dos consumidores face ao seu sobreendividamento é elevada, com uma percentagem de 91% (ver anexo IV, gráfico nº20), contudo, apenas 10,4% acreditam que vão conseguir resolver a sua situação face ao sobreendividamento (ver anexo IV, gráfico nº21).

2 Conclusões

Tendo em conta todo o quadro anteriormente trabalhado, podemos começar por afirmar que, nas condições socioeconómicas atuais, existem novas trajetórias de pobreza (1ª questão) agravadas pela crise económica e financeira mundial que se vem instalando e que leva a que sejam visíveis, cada vez mais, trajetórias de vida que colocam as pessoas em situações precárias ou a viverem em maior “risco” de cair nas mesmas. Foi possível identificar semelhanças nas causas dos percursos que conduziram pessoas e famílias a situações de pobreza, tais como a falta de formação (que na maioria das situações inibe a possibilidade de obter oportunidades de emprego), a falta de trabalho, as doenças e o excesso de créditos impagáveis.

No entanto, podemos dizer que há uma tentativa de aproximação de «classes de percursos» com “*categorias consideradas como mais ou menos «objetivas» (classes de idades, níveis escolares, categorias profissionais, setores de atividade, tipo de empresas)*” (Dubar, 1998:2). Por vezes, recorrem a categorias mais «subjetivas» para tentarem perceber «relatos biográficos». Ou seja, existem “dois procedimentos” bastantes diferentes mas muito relevantes, segundo a opinião de Dubar. A primeira explica de que forma os «quadros sociais de identificação», “*traduzidos em categorias estatísticas e em conceitos operatórios permitindo analisar as «trajetórias objetivas»*” (*idem, ibidem*: 6), que influenciam os caminhos individuais. A segunda tem como objetivo “*compreender os discursos biográficos como «processos identitários individuais»*” (*idem, ibidem*: 6), através dos quais as condutas e «crenças» de uma determinada sociedade ajudam a descobrir novas categorias, a transformar as envelhecidas e a modificar os «quadros de socialização» (*idem, ibidem*: 6).

Com as respostas obtidas, conseguimos observar que tanto as trajetórias objetivas como as subjetivas estão consciencializadas pelos entrevistados. Sendo que, segundo as técnicas, as mais visíveis são as trajetórias objetivas descendentes, onde temos os casos, por exemplo, dos sobreendividados e as trajetórias objetivas estagnantes, onde se evidenciam as pessoas que já se encontram em situação de precaridade há algum tempo. Talvez até mesmo aquelas pessoas que sempre viveram em situação de pobreza. Contudo, em todas as situações é visível a vergonha e a “recusa” das pessoas em aceitarem conformar-se com a situação de precaridade em que encontram. Por outro

lado, numa perspectiva “subjativa” da pobreza, existe um sentimento de alguma impotência face às possibilidades de saída desta situação, uma certa incapacidade de vislumbrar caminhos alternativos a partir das suas próprias forças:

“Muitas delas não percebem logo a situação difícil em que estão e infelizmente, porque fazem uma deficiente gestão do orçamento familiar (...) e acham que as coisas se resolvem por elas próprias, (...) as finanças pessoais implicam escolhas, assumir um crédito ou gastar ou consumir implica escolhas e muitas pessoas, (...) não faziam contas. (...) E porque também a perspectiva era (...) de que os rendimentos iam aumentando e portanto as pessoas não precisavam fazer muitas contas e a vida ia rolando mais ou menos. (...) ” (E13/Q1).

“Na questão destas famílias que não tinham antecedentes de precariedade económica, o que acontece agora, neste momento, é que (...) a gestão que faziam era uma gestão fácil, porque os rendimentos eram suficientes para cobrir as despesas. (...) Neste momento essas famílias não conseguem lidar muito bem com esta questão de não terem rendimentos suficientes para pagar as despesas fixas mensais, e têm muita dificuldade em vir até aqui pedir algum tipo de ajuda. Para além disso há a questão da vergonha, (...) apesar de ser um tipo de pessoas com mais escolaridade do que as outras famílias que anteriormente já tinham dificuldades. As outras famílias lidam com alguma naturalidade (...) neste momento, também têm a consciência que vai ser difícil dar o salto e reaverem a sua anterior situação económica. (...) Os outros não! Já estavam habituados a solicitar, já conhecem os caminhos, já têm muita noção do que podem ter e do que não podem. Lidam com isto com mais naturalidade e com menos ansiedade.” (E14/Q1).

Hoje, presenciamos o aumento do desemprego, da pobreza e da exclusão social, percebemos casos de falta de assistência médica, carência material de vestuário e calçado, fuga à escola, assistimos a despejos da habitação, à escassez de bens essenciais, como a alimentação, medicação, alojamento, luz e água. Encontramos famílias que vivem o seu dia-a-dia no “fio da navalha”, sempre sujeitos às adversidades que os empurram para a miséria em caso de acidente, desemprego, doença, sobre-

endividamento e até mesmo para um divórcio não desejado. Grande parte das pessoas sentem vergonha em pedir ajuda, o que leva à decadência pessoal e social. Quando procuram ajuda, sentem-se deslocados, enfrentam uma realidade adversa e muito diferente da que viviam anteriormente. Ter que pedir “esmola” é vergonhoso para pessoas que sempre cumpriram com as suas obrigações, mas que por circunstâncias várias entraram em incumprimento.

Para além das trajetórias, temos a questão da vulnerabilidade, que deve ser entendida como uma condicionante que resulta de elementos sociais, ambientais, geográficas, temporais e percecionais múltiplos e combinados. Ou seja, é um «mundo» complexo de fatores dificilmente conjugáveis para uma avaliação global e coerente.

A problemática ambiental é hoje reconhecida como resultado não só da própria natureza da “natureza” mas também – e sobretudo – da dinâmica social e das suas alterações estruturais. A mobilidade espacial das populações e outras dinâmicas demográficas são importantes para se perceber de que forma os riscos podem ser mais ou menos gravosos para certos grupos populacionais. Percebeu-se também que riscos e perigos são sentidos com mais intensidade pelas populações mais vulneráveis e, logo, com menor capacidade de resposta a esses fenómenos.

Cada realidade espacial tem inerentes determinados riscos e perigos específicos. Portanto, enunciam-se diferentes de região para região. No entanto, não se pode “*entender esta espacialidade enquanto substrato físico independente da sociedade*” (Marandola Jr. e Hogan, 2006:36). A vulnerabilidade deve ser entendida partindo da análise de um conjunto de perigos em determinado contexto geográfico e social (*idem, ibidem*:36). Através das respostas das técnicas, conseguimos perceber qual o elo que une a produção social do perigo num contexto geográfico. Podemos até afirmar que as causas são, de um modo geral, fatores que não dependem direta e exclusivamente das pessoas, mas sim de alterações ocorridas na sociedade que têm impacto direto e alteram também a vida das pessoas, como podemos verificar.

“Os fatores são desemprego, os salários em atraso, a alteração nas condições laborais de uma forma genérica, mas principalmente a causa próxima é o desemprego e os salários em atraso, que são 60% dos pedidos de ajuda que nos

chegam ao gabinete. (...) porque o rendimento decresce substancialmente”.
(E13/Q2).

“Olhe, a maior parte das famílias que neste omento têm dificuldades económicas e nunca tiveram, neste momento estão nesta situação, porque foi tudo muito facilitado em termos de créditos bancários. (...) Havia muito facilitismo e as pessoas acabaram por perder a noção do real e do que era equilibrado e neste momento estão a perder tudo, estão a ficar sem nada. (...)”
(E14/Q2).

Tão importante quanto a realidade espacial é a escala temporal, pois esta permite “contextualizar os recursos disponíveis para responder aos perigos” (Marandola Jr. e Hogan, 2006:37), isto é, compreender quais os meios de que a sociedade dispõe para fazer face a perigos e à sua consequente aptidão para se consertar dos danos sofridos.

Com o aparecimento do conhecimento científico aliado ao avanço tecnológico, o indivíduo foi sendo capaz de reconhecer, prever e compreender a magnitude dos perigos e riscos a que estava sujeito e assim poder “resistir-lhes” mais eficazmente. Mas isto nem sempre foi possível, nem mesmo nas mais evoluídas sociedades.

Como consequência, surgiu o colocar em dúvida as capacidades do conhecimento científico para nos dar certezas e capacidade de resposta. Logo, “há o aumento da incerteza e da insegurança, tornando a ciência incapaz de fornecer bases de confiança seguras, tais como o saber mágico-religioso fornecia na pré-modernidade.” (idem, *ibidem*: 38). Assistimos à rutura de conhecimentos julgados adquiridos e duradouros, para dar lugar a dúvidas e crises de racionalidade.

Em períodos mais recuados da humanidade esta sensação de insegurança e incerteza era encarada de outra forma, assente em valores e confiança distintas. “O escapismo foi uma forma que a modernidade criou para lidar com o risco, principalmente na dimensão existencial e psicológica.” (idem, *ibidem*: 38), a vida moderna potencia o *stress*, a competitividade, o individualismo e a solidão, produzindo novos problemas de foro existencial e psicológico. E sabe-se que os indivíduos isolados são mais vulneráveis.

Aqui conta, sobretudo, a forma como o indivíduo percebe o risco. A cultura social e existencial de um indivíduo é importante para se perceber porque são “aceites” determinados riscos e outros não. A “*vulnerabilidade é percebida como interna, constituinte do eu e do lugar*” (*idem, ibidem*: 40), ao contrário do risco (ao que se está exposto) e do perigo (o que pode causar dano) que são externos ao indivíduo. No entanto, crises de conhecimento sempre existiram e por isso não nos devemos acomodar e paralisar face aos perigos, mas antes reconhecer que o conhecimento da vulnerabilidade tem limitações quer pela sua própria natureza, quer pela incerteza dos fenómenos, quer pelo dinamismo espaço-tempo.

Ao analisarmos se as políticas de assistência a estes “novos pobres” estão a resultar (2ª questão), é necessário compreender criticamente se os apoios sociais vigentes são os mais eficazes e conduzem a soluções duradouras. Nesta perspetiva, podemos concluir que as políticas assistencialistas não são suficientes para promover uma vida digna.

Neste estudo, confirma-se a linha de pensamento de Bruto da Costa, já citado nos pressupostos teóricos, quando afirma que se pode resolver a situação de privação por que passam as pessoas, sem as retirar da situação de pobreza (2005:26). É o que acontece com as pessoas assistidas. Muitas vezes conseguem resolver temporariamente a sua situação precária, conseguem ajuda para alimentação, para o pagarem a água, a luz e até mesmo doação de vestuário. No entanto, não deixam de ser pobres. Continuam em situação de pobreza, muitas vezes extrema, acabando por ser excluídos ou autoexcluírem-se da sociedade.

A desclassificação e as ruturas sociais relacionam-se com “*questões económicas e a própria estruturação do mercado do emprego que têm vindo a reduzir as ofertas de emprego*” (Leandro, 2011:39), o que vem agravar a situação atual, uma vez que as procuras de emprego e as dificuldades de conseguirem um emprego (devido ao fator idade, falta de habilitações, doença, etc.) têm tido um aumento incontável.

A sobrevivência no imediato é a grande preocupação. As pessoas assistidas não conseguem ter capacidade mental para pensar em outra coisa que não seja numa solução rápida para o problema da sua carência/impotência material.

“Quase todas estão em situação de depressão. Às vezes baixam os braços. (...) é importante que as famílias (...) façam parte da solução (...) que eles reaprendam a viver com menos e a adaptar a situação atual às necessidades. (...) tentamos mostrar que é possível ultrapassar a situação e as pessoas até são bastante recetivas e isso dá-lhes algum ânimo também para elas próprias lutarem para ultrapassar a situação.” (E13/Q3).

“ (...) as pessoas vão-se muito abaixo, muita gente com depressão, (...) foi um impacto muito grande de não terem dinheiro para pagar a casa, para pagar a luz, para pôr gasolina no carro... Querem ir ao médico e se calhar não têm dinheiro para a medicação... e a família já está um bocadinho desgastada (...) ” (E14/Q3).

(...) o fato é que hoje em dia as pessoas precisam é de ter dinheiro imediatamente para saírem desta situação. (...)” (E14/Q1).

Há vidas humanas que nunca serão restauradas e as novas gerações estão condenadas a uma sobrevivência sem esperança. Concordamos com Marcelino de Sousa Lopes quando afirma que *“(...) o trabalho hoje mais do que constituir forma de sobrevivência assume-se como um bem de integração social que confere estatuto, dignidade social, em suma (...) confere ao cidadão o verdadeiro direito de cidadania.”* (2007:142). Quem não tem acesso a um trabalho, quem não tem nenhum vínculo laboral, não existe. Está excluído da sociedade. Aqui falamos de exclusão no domínio relacional, segundo Gilbert Clavel (2004), também citado na Iª parte deste trabalho. A situação de exclusão faz parte de um processo de falta de integração ou participação na sociedade em vários domínios e o domínio relacional foi o que mais se destacou neste estudo. As pessoas não se relacionam, não se integram na comunidade e mal a conhecem, assim como aos seus vizinhos. As pessoas não constroem verdadeiros lugares de pertença nem tecem laços de vizinhança. As pessoas isolam-se e tentam esconder a sua situação precária, aspeto determinante na Pedagogia Social.

Desvalorizam a educação e formação. Perdem a esperança de conseguirem sair da situação em que se encontram, sentem-se tristes e revoltadas com o sistema. As pessoas tornam-se descrentes no sistema e em si mesmas.

“Dizem que não vão fazer formação e depois a formação não dá para nada, porque em termos de empregabilidade não há respostas para elas. (...) Começam a perder a credibilidade na formação porque as pessoas querem é o imediato, porque são pessoas que não têm dinheiro para comer (...) Eu acho que as pessoas cada vez mais se fecham muito sobre si mesmas. (...)” (E14/Q1).

No entanto, as instituições de apoio social, igrejas, congregações, entre outras instituições, tentam combater a situação de precariedade que cada vez mais vai surgindo, mas o problema é difícil de se poder dar uma resposta satisfatória. Até porque as dificuldades atingem todos (salvo muito poucos) e estas instituições têm vindo a perder a sua base de apoio.

Ambas as técnicas defendem que é necessário manter apoios sociais políticos – no fundo, afirmar uma “cultura da urgência”, do imediato. Os gestos de solidariedade já se começam a notar na relação de vizinhança e é visível em pequenos gestos de ajuda. Realçam que há muitas pessoas em situação precária, com rendimentos muito baixos e que têm mesmo de ser ajudadas.

“Dá-lhes algumas ferramentas úteis de literacia financeira, de saber como gerir o orçamento, dá-lhes conhecimentos para que não caiam no crédito fácil. (...) é importante a «Educação Financeira» das pessoas e das famílias (...) Portanto, o 1º passo é a Educação / Formação das pessoas e começa por pequeno. Temos de incutir nas nossas crianças que o dinheiro é um bem escasso. (...) há necessidade que todos os organismos de apoio social funcionem em rede e em parceria.(...) É importante apoiar quem realmente precisa. Há famílias que caíram numa situação de precariedade económica e não têm apoios, porque não estão visíveis para os apoios que existem, (...) E são os tais «Novos Pobres», que agora estão a surgir. Agora também está a haver alguma solidariedade entre vizinhos, que havia no tempo os nossos avós, dos nossos pais, que está a voltar e a tentar minimizar a situação já de si difícil. Mas entretanto acho que a nível das instituições que deveriam apoiar, temos de olhar para estas coisas de forma a tentar resolver positivamente, porque estamos a excluir da sociedade muita gente.” (E13/Q4).

“eu acho que o Rendimento Social de Inserção se deve manter, mais do que nunca. Com estas medidas de fiscalização que agora estão (...) porque realmente temos muitas pessoas que o rendimento é baixíssimo, portanto essas precisam muito, muito de ser apoiadas. (...) em termos de ação social, estes apoios pontuais também acho que se devem manter, apesar de baixarem muito, baixaram (...) Passa muito, muito pela questão de solidariedade.(...) As pessoas da comunidade são muito recetivas, sempre que apelamos obtemos respostas. (...) Há sempre um envolvimento muito grande da comunidade.” (E14/Q4).

É preciso um esforço conjunto do Estado e da Sociedade para que haja uma intervenção concertada dos governos com as populações, no combate à pobreza junto dos pobres. *“Uma acção eficaz contra a pobreza, (...) que se faça em matéria de projetos, programas, planos e políticas, é necessária uma ampla campanha de esclarecimento, para promoção de justiça social e de solidariedade”*(Costa, 2008:87-188.). É necessário que os pobres sejam ouvidos, que sejam co-autores na verbalização das suas verdadeiras necessidades, para se tentar obter resultados mais positivos e sustentáveis. *“Temos que reconhecer que todos somos causa de pobreza e possibilidade de erradicação do fenómeno que passa pela reorganização das nossas sociedades de tal forma que as pessoas se possam sentir membros de facto e parte activa das mesmas.”* (REAPN, 2009:3). Não podemos esquecer que combater a Pobreza é um dever de cada um de nós.

Através deste estudo, conseguimos observar que existe um fenómeno que podemos designar de “nova pobreza” (3ª questão). É possível encontrar e destacar algumas características deste novo fenómeno de pobreza, a partir de trajetórias de vida de pessoas com rosto e nome.

Na ótica das técnicas, o desânimo, a vontade de desistir, o pessimismo, a falta de esperança, a vergonha e o não acesso a uma vida digna, são os sentimentos que as pessoas mais revelam. O processo social em curso pode configurar um retrocesso civilizacional quanto à confiança para viver em sociedade e para conseguir, a partir das suas capacidades, autossustentar-se. Nesta situação, em que a maioria dos entrevistados se encontra, não conseguem usufruir daquilo que o presente lhes disponibiliza – não usufruem do “direito à contemporaneidade”, na expressão de Adalberto Dias de

Carvalho. Ambas defendem que se trata de uma questão política a nível nacional e até mesmo mundial. Trata-se de uma “Questão social” que começa a afetar todas as pessoas, todos os cidadãos do mundo.

“Temos algumas pessoas vulneráveis e que são excluídas socialmente que estão muito tempo com apoios sociais e que quase desistem de tudo. (...) Elas tendem a não acreditar nelas próprias, não acreditam na sociedade (...) Principalmente a faixa etária dos 45-50 anos, que entram no desemprego e que não encontram saída, (...) e estamos a falar de algumas pessoas qualificadas, com curso superior. Estas estão a ficar pessimistas. (...) isto é uma questão social e politica,(...) Todos temos de contribuir para uma sociedade melhor, mas a nível politico tem que se fazer alguma coisa, porque estas pessoas estão a ficar desesperadas (...) Acabam por se autoexcluir, desistem de lutar.(...) Temos que repensar na nossa sociedade, porque não são tão poucos como isso, aqueles que se encontram nestas situações.” (E13/Q5).

“Neste momento (...) é muito difícil acederem aos seus direitos quando o mais básico não existe. (...) há uma grande dificuldade em aceder à cidadania. Tem a ver com a questão económica a nível nacional, a nível mundial. Esta população mais tradicionalmente que recorria a estes apoios sociais são pessoas com défices em termos de escolaridade, (...).” (E14/Q5).

Os que se encontram em situação de “nova pobreza” são os que estão mais expostos – vulneráveis - à atual crise económica e social. Os que não têm entrada no mercado de trabalho, os desempregados ou os empregados com trabalhos precários. Pessoas que sentem muita dificuldade na reinserção em sociedade, principalmente no mercado de trabalho, são os excluídos socialmente. Quem é excluído tem grandes dificuldades em conseguir reerguer-se por falta de meios para o fazer, procurando então um trabalho, mesmo que seja ocasional e mais duro, para suprir as dificuldades (Leandro, 2011:38). Pessoas que já viveram dignamente e agora caíram na precariedade sentem-se privadas de muita coisa e até mesmo estigmatizadas.

Os pobres de hoje já não correspondem só à imagem tradicional de famílias numerosas que vivem em casas degradadas ou em bairros sociais. Não são só os que

que usufruem do rendimento social de inserção, vulgarmente conhecido como rendimento mínimo garantido. Falamos daqueles que se viram endividados com a subida das taxas de juro para pagar empréstimos ao banco, o que fez com que não conseguissem cumprir os seus encargos. Referenciamos também os que não conseguem viver com os rendimentos de que dispõem, ou seja, indivíduos que têm emprego mas que se encontram abaixo do limiar da pobreza¹⁵. De acordo com os dados provenientes da Rede Europeia Anti Pobreza, catorze por cento (14%) dos portugueses enquadram-se nesta categoria. Por último e não menos relevante, destacamos os que se viram afetados pelo desemprego e que, mesmo tendo direito ao subsídio social de desemprego, veem reduzido o valor que auferem mensalmente que é sempre inferior ao do ordenado que recebiam (uma vez que o subsídio social de desemprego é concedido apenas durante um período de tempo). É certo que o desemprego não implica, diretamente, situações de exclusão ou de pobreza, mas coloca os desempregados em situações de risco.

Os novos pobres não encontram lugar de pertença algum. Não se relacionam com a sociedade, “(...) *os laços comunitários que sustentam as diferentes práticas de cidadania não são tão naturais como a tradição nos ensinou a pensar, mas sim construídos. São laços humanos e, nessa condição, frágeis e carentes de vigilância permanente.*” (Baptista, 2005:70). Nesta lógica, podemos dizer que o futuro afigura-se sombrio. Aparenta estarmos a chegar ao fim de um ciclo. “*A qualidade e fortalecimento dos laços sociais, mais comumente designados de solidariedade, implicará o esforço de todos e cada um para que o Estado possa conferir à sociedade uma nova legitimidade*” (Leandro, 2011:45). Esperemos que a sociedade consiga renovar-se e encontrar novas formas de cooperação entre os indivíduos.

De um modo geral, ao tentarmos responder às três primeiras questões do estudo, bem como aos seus objetivos, foi-nos possível identificar qual a perceção que as pessoas em condições de privação e assistência fazem da sua situação de “pobreza”,

¹⁵ Entenda-se por Limiar da pobreza “o rendimento que é considerado minimamente suficiente para sustentar uma família em termos de alimentação, habitação, vestuário, cuidados de saúde, etc.” (OCDE) – Consultar CARMO, Renato Miguel do (2010), *Desigualdades Sociais 2010*. Estudos e Indicadores. Coleção Desigualdades., pág. 32

sendo, assim, possível responder ao último objetivo. As percepções, objetiva e subjetiva, estão patentes em todas as entrevistas – quer das famílias, quer das técnicas, no entanto podemos afirmar que a percepção subjetiva da pobreza está mais evidente nos entrevistados.

As pessoas percebem tardiamente o risco a que estão expostas por via do sobreendividamento ou por falta de qualificações, o perigo é interiorizado já num momento de não retorno. A vulnerabilidade pessoal fica camuflada ou não interiorizada (*“as pessoas acabaram por perder a noção do real”*). Não aceitam ou não querem aceitar a situação em que se encontram. No nosso entender, as respostas que passamos a citar, indicam que as técnicas acham que as pessoas ainda não interiorizaram verdadeiramente a sua condição atual.

“Normalmente a primeira reação é de recusa (...) A percepção das famílias sobre o sobre-endividamento muitas vezes não é muito grande (...) mas têm fé que as coisas se resolvam, não por eles próprios, mas com recurso a alguém que os ajude.” (E13/Q1)

“Lidam muito mal com esta situação, muito revoltadas, são pessoas muito revoltadas porque não percebem porque é que tinham tudo e agora não conseguem ter as coisas. (...) É muito difícil descer de patamares, em termos económicos e sociais.” (E14/Q2)

São pessoas que sofrem com a situação precária em que se encontram, sentem-se humilhadas, angustiadas, perseguidas pelas contas que não podem pagar, desmoralizadas. Não se sentem pessoas dignas e sentem que a sua existência incomoda a sociedade. Muitas acabam por se sentir deprimidas.

“ (...) Muitas vezes vêm desanimados e acham que já não há saída. Estão muito revoltados (...) contra as entidades credoras pela situação que eles não avaliaram (...) há uma grande revolta pela falta de transparência (...)” (E13/Q3)

“ (...) com esgotamentos porque não sabem e não estão habituadas a lidar com este tipo de situações e neste momento(...)” (E14/Q3)

Grande parte das pessoas sentem vergonha em pedir ajuda, o que leva à decadência pessoal e social.

“Não gosto de estar nesta situação. Não gosto mesmo. (...) Deprime-me... ando muito deprimida, mesmo.” (E3/Q1)

“Perdida... eu sinto-me perdida... sinto-me a pontos de fazer alguma. Eu vivo sozinha e se eu fizer asneira ninguém vai dar conta.” (E5/Q1)

“Neste momento sinto-me um bocadinho mal. Um bocadinho não, sinto-me mesmo mal. Nunca pensei vir a cair nesta situação.” (E6/Q1)

“Eu na minha ideia o que me dá vontade era chegar ali e pronto... era meter-me debaixo do comboio.” (E7/Q1)

“As pessoas não sabem da minha situação, que eu não conto. (...) É uma coisa que eu evito falar, até esta situação estar regularizada.” (E10/Q5)

“Foi um choque brutal! Uma dor que ainda hoje perdura, não se esquece, é impossível! Já passei fome. Já me vi sem dinheiro para ir a uma simples consulta ao posto médico, para pagar a taxa moderadora que são mais ou menos 3€... (...)” (E12/Q1)

Ter que pedir “esmola” ou falar da sua situação atual é vergonhoso para pessoas que sempre cumpriram com as suas obrigações, mas que por circunstâncias várias entraram em incumprimento.

“Não, não me sinto nada bem. (...) Se eu tivesse um trabalho acho que era diferente. (...) Uma pessoa quando trabalha, tem um ordenado e está estabilizada, olham-nos de uma maneira diferente e quando a gente está desempregada é assim meio de lado. Olham-nos meio de lado.” (E3/Q1)

“Ninguém precisa saber do mal que eu estou a passar. Porque isto, na verdade, não é nenhuma alegria para mim passar por isto. (...) Não conto porque tenho vergonha de estar a pedir. Porque eu antes queria dar do que pedir.” (E5/Q5)

“Isto começou há dois anos mais ou menos. Tínhamos um nível de vida médio alto e as coisas começaram a vir por aí abaixo, por aí abaixo e quando nós demos conta estávamos nesta situação.” (E6/Q2)

“Acredite que eu tenho vergonha de pedir. Vejo também vergonha em ir pedir.” (E7/Q5)

“(…) eu tenho vergonha... as pessoas podiam não entender e começar a falar de mim.” (E8/Q5)

“(…) uma coisa que eu já mais voltaria a fazer era contrair empréstimos. Foi um erro grande” (E10/Q7)

“Não me sinto uma cidadã plena. Não era esta a vida que queria para a minha família. E não gosto de estar nesta situação. As pessoas que se diziam amigas desapareceram... (…)” (E12/Q5)

Quando procuram ajuda, sentem-se deslocados, enfrentam uma realidade diferente da que viviam anteriormente.

A atitude face à pobreza surge da vontade de entender a articulação entre percursos de vida, comportamentos, atitudes e ações. Coloca basicamente questões que se relacionam com o reconhecimento assumido da pobreza, a compreensão e as perceções que o próprio tem do seu comportamento mais ou menos proativo perante esta “condição”. No estudo de Raquel Cruz (2010), encontramos quatro “tipos” de comportamentos que as pessoas em situação de pobreza podem assumir.

Assim, temos, *os conformados ativos* e *os inconformados* mantêm em comum uma atitude proativa, quanto ao modo como aceitam a pobreza. Os primeiros aceitam a sua condição, culpando fatores externos, como o custo de vida e a falta de meios, ao que juntam a justificação do meio social e económico em que estão inseridos. Os segundos rejeitam o “rótulo” de pobre e distanciam-se *“daquilo que consideram ser a pobreza”* (Cruz, 2010:113), não se identificando com os indivíduos e situações ligadas à pobreza.

Temos, por outro lado, os que sentem a pobreza como algo de inevitável – os *conformados acomodados*, entre os quais se encontram, principalmente, os idosos. Para esta situação contribuem fatores externos, como o custo de vida e, sobretudo, uma aceitação subjetiva desta realidade, que os imobiliza e incapacita para reagirem.

Por fim e não menos relevante, o *falso inconformismo* está patente naqueles que, assumindo passivamente a sua condição, por orgulho e por vergonha, recusam o “estatuto de pobres”. Este grupo tem vindo a aumentar de número em virtude do aumento do desemprego.

Em todas as atitudes verificamos que a pobreza é sempre causada por fatores externos à pessoa e que é, portanto, independente da vontade e da responsabilidade de cada um.

Viver com dignidade constitui um dos direitos humanos e “*a pobreza involuntária constitui uma violação de direitos humanos fundamentais (...) e põe em causa o valor da vida humana.*” (Silva, 2010:61). Viver sem dignidade, na pobreza ou até mesmo no limiar da pobreza, independentemente do que levou a tal situação, é uma injustiça social.

Considerações Finais

Face aos fatores que conduzem à “nova pobreza”, pode-se afirmar que as políticas sociais contemporâneas são demasiado assistencialistas e distantes da necessidade da promoção da pessoa ou da família pobre e, na ótica da Pedagogia Social, as políticas de solidariedade vigentes deviam apoiar-se no princípio da subsidiariedade e em relações de proximidade para serem verdadeiramente eficazes.

Bento XVI defende que *“quando os responsáveis do bem comum respeitam o desejo humano natural de auto-governo baseado na subsidiariedade, deixam espaço à responsabilidade e à iniciativa individual, mas sobretudo deixam espaço ao amor (cf. Rm 13, 8; Deus caritas est, n. 28), que continua sendo sempre «a melhor via de todas» (1 Cor 12, 31).”*¹⁶ Não é um caminho simples, mas é o que carece de ser percorrido.

Marcelino de Sousa Lopes, Sónia Alexandra Galinha e Manuel Joaquim Loureiro (2010) sublinham que *“a importância da pedagogia social está no facto de se empenhar directamente no aprofundamento de perspectivas teóricas e de propostas metodológicas, à análise das situações e condições sociais que condicionam a educação (...)”* (idem, ibidem:44) e também na aposta de uma resolução na qual seja possível intervir em termos socioeducativos no campo da desigualdade social.

Segundo os mesmo autores, a pedagogia social agrega sistemas *“(...) complexos de aprendizagem que implicam não só conhecimento mas também o desenvolvimento de atitudes e competências sociais, cognitivas e culturais para as quais indivíduos e grupos possam comunicar e actuar conjunta e solidariamente na resolução dos problemas quotidianos.”* (idem, ibidem: 91), de modo a que se consiga obter uma cidadania verdadeira, participativa e solidária.

Se todas as instituições sociais trabalharem em parceria, se apostarem em serviços de proximidade, poderão conseguir ajudar quem tem fome, quem não tem onde dormir, quem realmente necessita de ajuda e não está dependente de assistência económica.

¹⁶ CIDADE DO VATICANO, segunda-feira, 5 de Maio de 2008 (ZENIT.org). - Discurso que Bento XVI dirigiu aos participantes da 14ª Sessão Plenária (Vaticano, 2-6 de Maio) da Pontifícia Academia das Ciências Sociais, ao recebê-los em audiência.

Estas pessoas têm de ser protegidas, garantindo-lhes a dignidade de que são portadoras e merecedoras.

Para Bento XVI, *“uma sociedade que honra o princípio da subsidiariedade liberta as pessoas da sensação de desconsolo e de desespero, garantindo-lhes a liberdade de comprometer-se reciprocamente nos âmbitos do comércio, da política e da cultura (cf. Quadragesimo anno,80).”*¹⁷ Assim, não podemos desistir de encarar as complexas problemáticas que temos vindo a falar. Cabe a cada um de nós a responsabilidade de participar ativa e verdadeiramente para uma sociedade mais justa, mais solidária, que produza oportunidades benéficas e exequíveis para os indivíduos.

Novas metodologias de ação terão de ser produzidas para que renovem nas pessoas o sentimento de pertença aos lugares, à sua comunidade. Apostamos numa pedagogia solidária, capaz de intervir socialmente, com o objetivo de apoiar, estimular e amparar os mais vulneráveis.

Temos o dever de impulsionar ações solidárias, junto dos mais vulneráveis de modo a que deixem de sentir vergonha, humilhação, incapacidade de sair da situação de precariedade.

Para os que têm uma perspetiva objetiva da situação em que se encontram, há que apostar em levar até eles, formas de apoio positivas, que os ajudem a sair da situação de precariedade. Aos que se sentem acomodados e em que a sua perceção é mais subjetiva, deve ser-lhes mostrado que é possível, por eles próprios, saírem ou tentarem sair da sua situação de carência, incentivá-los à participação de cidadania, na sua comunidade, bairro ou rua. Incentivá-los a apostar na formação, a reforçar as suas capacidades pessoais, sociais e laborais.

É urgente o reforço dos laços de vizinhança e dos laços familiares, pois a ajuda oriunda desses laços humanos – para além de serem os verdadeiros promotores de manifestações de solidariedade – poderão colmatar as falhas dos apoios sociais. É

¹⁷ CIDADE DO VATICANO, segunda-feira, 5 de Maio de 2008 (ZENIT.org). - Discurso que Bento XVI dirigiu aos participantes da 14ª Sessão Plenária (Vaticano, 2-6 de Maio) da Pontifícia Academia das Ciências Sociais, ao recebê-los em audiência.

necessário apostar em ações positivas em função das necessidades de cada pessoa, com rosto e nome.

Contudo, em ambas as situações, temos de ser capazes de agir em consciência e valorizar a vida social, para que cada pessoa possa ter uma vida livre e digna e não ter de estar sempre dependente da assistência.

E porque todas as pessoas são valiosas numa comunidade, ninguém deveria ser excluído da mesma, mas sim integrada. Se possível, para os que mais dificuldades têm neste processo, deveria existir um acompanhamento muito consolidado, de maior proximidade. Há que apostar na solidariedade social.

Podemos dizer que a Pedagogia Social valoriza as políticas de solidariedade apoiadas no princípio da subsidiariedade, acreditando que o «Outro» é um ser em desenvolvimento e passível de mudança, acreditando numa estruturação da vida unida ao valor da proximidade, da hospitalidade e do bem comum.

Há que apostar numa pedagogia que prepare as pessoas para a vida que terão e não para uma vida que nunca poderão alcançar. Podemos contribuir poderosamente dando a ajuda que eles mesmos desejam e não aquela que nós achamos mais urgente. Para que possam viver internamente muitas transformações (nomeadamente no que toca à motivação e à capacidade de acreditar nelas próprias, de modo a que consigam interagir na sociedade), há que valorizar a pessoa humana. Não é fácil executar esta transformação, mas não será de todo impossível.

“A contínua existência de pessoas que, no seu dia-a-dia, se encontram expostas a dramáticas situações de pobreza não é nem ética nem politicamente aceitável. (...) A maior parte dos cidadãos ainda considera que a responsabilidade pela situação de pobreza é de carácter individual (...) Continua, pois, a parecer absolutamente premente que se intervenha com todo o vigor no sentido de procurar alterar as representações sociais dos cidadãos sobre a pobreza, criando ambientes favoráveis a uma maior mobilização coletiva para a luta contra a pobreza.” (REAPN, 2007:3).

Bibliografia

- AUGÉ, M. (2005). *Não-Lugares. Introdução a uma Antropologia da Sobremodernidade*. Lisboa: 90 Graus Editora
- AZEVEDO, Joaquim (2007). Aprendizagem ao longo da vida e regulação sociocomunitária da educação. *Cadernos de Pedagogia Social. Aprender na e com a vida as respostas da Pedagogia Social. Volume 1*, 7-40. Porto: Universidade Católica Portuguesa.
- AZEVEDO, Joaquim (2009). “A Educação de Todos e ao Longo de Toda a Vida e a Regulação Sociocomunitária da Educação.” *Cadernos de Pedagogia Social. Volume 3*, 9-34. Porto: Universidade Católica Portuguesa.
- AZEVEDO, Sílvia (2011). *Técnicos Superiores de Educação Social. Necessidade e pertinência de um estatuto profissional*. Porto: Fronteira da Caos Editores Lda.
- BAPTISTA, Isabel (2005). *Dar Rosto ao Futuro. A educação como compromisso ético*. Porto: Profedições.
- BAPTISTA, Isabel (2006). *Problemas, Dilemas e Desafios Éticos na Intervenção Sócio – Educativa*. Encontro: Intervenção Social, Saberes e Contextos.
- BAPTISTA, Isabel (2007). “Políticas de alteridade e cidadania solidária – As perguntas da Pedagogia Social.” *Cadernos de Pedagogia Social. Aprender na e com a vida as respostas da Pedagogia Social. Volume 1*, 135-151. Porto: Universidade Católica Portuguesa.
- BAPTISTA, Isabel (2008). “Pedagogia Social: Uma ciência, um saber profissional, uma filosofia de acção.” *Cadernos de Pedagogia Social. Volume 2*, 7- 30. Porto: Universidade Católica Portuguesa.
- BAPTISTA, Isabel (2009). “Educabilidade e Laço Social. Ética e Política da Alternidade. Novos desafios Educativos e Cidadania Social.” *Revista de Investigação Educacional*, 15-31. Porto: Universidade Católica Portuguesa.

- BAUMAN, Zygmunt. (2001). *Modernidade líquida*. Trad. Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.
- BECK, Ulrich; GIDDENS, Anthony & LASH, Scott (2000). *Modernização Reflexiva: Política, Tradição e Estética na Ordem Social Moderna*. Oeiras: Celta Editora.
- BELL, Judith (2010). *Como realizar um projeto de investigação*. Cidade: Gravida.
- BENTO XVI. (2008). *Solidariedade e a subsidiariedade autênticas*, Discurso proferido à Pontifícia Academia das Ciências Sociais a 5 de Maio na Cidade do Vaticano, em www.zenit.org/article-18320?l=portuguese [consultado a 14.10.2011].
- BOGDAN, Robert & BIKLEN, Sari (1994). *Investigação Qualitativa em Educação. Uma introdução à teoria e aos métodos*. Porto: Porto Editora
- CAPUCHA, Luís (2005). *Desafios da Pobreza*. Oeiras: Celta Editora.
- CARMO, Renato Miguel do (2010). *Desigualdades Sociais 2010*. Estudos e Indicadores. Coleção Desigualdades. Cidade: Editora: Mundos Sociais.
- CARVALHO, Adalberto Dias de (1990). “A educabilidade como dimensão antropológica.” *Revista da Faculdade de Letras: Filosofia*, 07, 145-156. Porto: Universidade do Porto. Faculdade de Letras
- CARVALHO, Alberto Dias de & BAPTISTA, Isabel (2004). *Educação Social. Fundamentos e Estratégias*. Porto Editora.
- CLAVEL, Gilbert (2004). *Sociedade da Exclusão: compreendê-la para dela sair*. Porto: Colecção Educação e Trabalho Social, Porto Editora.
- COSTA, Alfredo Bruto (1998). *Exclusões sociais*. Cidade: Gradiva Publicações.
- COSTA, Alfredo Bruto da (coord); Baptista, Isabel; Perista, Pedro; Carrilho, Paula (2008). *Um Olhar sobre a Pobreza. Vulnerabilidade e exclusão social no Portugal contemporâneo*. Lisboa: Gradiva
- COSTER, L. A., (1965). “The Sociology of Poverty”. *Social Problems*, Vol.13.

- CRUZ, Raquel (2010). “Ser Pobre em Portugal. Percepções da pobreza e políticas sociais”. *Desigualdades Sociais 2010, Estudos e Indicadores*. Coleção Desigualdades. Cidade: Editora: Mundos Sociais. Capítulo 8, 111-118.
- Diagnóstico Social do Porto (2009). Porto: Universidade Católica Portuguesa.
- DUBAR, Claude (1998). *Trajetórias sociais e formas identitárias*: alguns esclarecimentos conceituais e metodológicos. Educ. Soc. Vol.19 n. 62 Campinas Apr. em www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73301998000100002&lng=en&nrm=iso 8 [Consultado a 07.02.2012].
- FERMOSO, Paciano (1994). *Pedagogía Social. Fundamentación científica*. Barcelona: Herder.
- FERREIRA, Maria Leonor Bastos de Vasconcelos (2000). *A pobreza em Portugal na década de oitenta*. Lisboa: CES.
- GOFFMAN, Erving (1988). *Estigma - Notas sobre a Manipulação da Identidade*. Cidade: Deteriorada. LTC.
- GONÇALVES, José Luís, (2007). “Invisibilidade e reconhecimento: a construção da literacia moral em Pedagogia Social”. *Cadernos de Pedagogia Social. Aprender na e com a vida as respostas da Pedagogia Social. Volume 1*, 83-103. Porto: Universidade Católica Portuguesa.
- GONÇALVES, José Luís, (2009). “Aprender na e com a vida – a problematização da experiência como processo de consciencialização”. *Cadernos de Pedagogia Social. Volume 3*, 35-44. Porto: Universidade Católica Portuguesa.
- Guia do Mestrado de Ciências da Educação – Especialidade Pedagogia Social, Edição 2009-10. Porto: Universidade Católica.
- HILPERT, Konrad., (1993). “Ética social/Solidariedade”, *Dicionário de Conceitos Fundamentais de Teologia*. São Paulo. Paulus.
- JARES, X.R. (2007). *Pedagogia da Convivência*. Cidade: Profedições.

- LEANDRO, Maria Engrácia (coord.), (2011). *Laços Familiares e Sociais*. Cidade: Psicosoma.
- LOPES, Marcelino de Sousa (2007). “A Animação sociocultural e a gestão cultural: O exemplo Português”. *Animação Sociocultural - Novos Desafios*. Cidade: Editor: Associação Portuguesa de Animação e Pedagogia (APAP). Capítulo 7, 129-149.
- LOPES, Marcelino de Sousa; GALINHA, Sónia Alexandra; LOUREIRO, Manuel Joaquim (2010). *Animação e Bem-estar Psicológico. Metodologias de Intervenção Sociocultural e Educativa*. Chaves: Edição: Intervenção – Associação para a Divulgação e Promoção Cultural.
- MARANDOLA, Jr. E. & HOGAN, D.J. (2006). *As dimensões da Vulnerabilidade*. São Paulo em Perspectiva, v.20, n1, p33-43. Disponível em http://www.seade.sp.gov.br/produtos/spp/v20n01/v20n01_03.pdf [Consultado a 07.02. 2012].
- PASSOS, Ana, (2010). Colóquio “Velhas e Novas Formas de Pobreza”, na Universidade Católica Portuguesa, Porto – Polo da Foz.
- PAUGAM, Serge (2003). *A desqualificação social. Ensaio sobre a nova pobreza*. Coleção Educação e Trabalho social 6. Porto: Porto Editora.
- PEREIRA, Alexandra & POUPA, Carlos, (2008). *Como Escrever Uma Tese, Monografia ou Livro Científico*. Usando o Word.4ª Edição. Cidade: Edições Sílabo, Lda.
- PETRUS, Antoni (1997). “Concepto de Educación Social”. In A. Petrus *Pedagogía Social*. Barcelona: Ariel, pp. 9-39.
- PETRUS, Antonio (coord.) (1997). *Pedagogía Social*. Barcelona: Ariel Educación (Cap. 2 - pp. 40-65)
- QUIVY, R. & CAMPENHOUDT, L. V., (2005). *Manual de Investigação em Ciências Sociais*. Lisboa: Gradiva.

REAPN (2007). “ *A erradicação da pobreza*”. *Rediteia* nº40

SILVA, Manuela (2010). Pobreza, Direitos Humanos e Democratização da Economia.
O que sabemos sobre a Pobreza em Portugal? Em memória de Leonor
Vasconcelos Ferreira. Capítulo 3, 61-74. Porto: Vida Económica.

TEZANOS, José (1990). *La Explicación Sociológica*. Madrid: UNED.

TUCKMAN, B. (2005). *Manual de Investigação em Educação*. Lisboa: Fundação
Calouste Gulbenkian.

YTARTE, Rosa Marí (2007). “Cidadania e Educação Social. Cidadania e participação
social a partir da animação Sociocultural”. *Animação Sociocultural - Novos*
Desafios. Cidade: Editor: Associação Portuguesa de Animação e Pedagogia
(APAP). Capítulo 9, 167-179.

SITOGRAFIA:

www.2010combateapobreza.pt

www.cm-gondomar.pt/PageGen.aspx?WMCM_PaginaId=34624

www.institutoacton.com.ar/articulos/uorio/artiorio1.doc

www.wikipedia.org

ANEXOS

Anexo 1. Guião de entrevista Semi-Estruturada às Famílias

Apresentação do entrevistador:

Ana Cláudia Rodrigues Camões, mestranda em Ciências da Educação, especialização em Pedagogia Social, na Faculdade de Educação e Psicologia, da Universidade Católica Portuguesa. Tema o Estudo: **“Trajetórias de Vulnerabilidade: Perceção subjetiva e objetiva da condição do «novo pobre»”**.

Apresentação dos objetivos da entrevista:

As entrevistas serão usadas com o único propósito de concretizar o estudo que se intitula **“Trajetórias de Vulnerabilidade: Perceção subjetiva e objetiva da condição do «novo pobre»”** e que tem como principal objetivo ampliar a reflexão sobre a problemática da “nova pobreza” e a perceção subjetiva e objetiva de pessoas que se encontram em situação de mudança social negativa. Pretendemos também indagar os problemas e vulnerabilidades, as aptidões e capacidades que levam as pessoas a caírem em situações de precaridade, sem meios próprios para satisfação das suas necessidades básicas de sobrevivência.

A sua colaboração nesta investigação é fundamental e solicitamos, desde já, a honestidade das suas respostas, assegurando-lhe a sua **CONFIDENCIALIDADE**.

Declaração de consentimento

Compreendi a explicação que me foi fornecida acerca do estudo **“Trajetórias de Vulnerabilidade: Perceção subjetiva e objetiva da condição do «novo pobre»”** e aceito participar nesta investigação.

O Entrevistado

(Nome legível)

Entrevista Nº _____

Data: ____ / ____ / ____

IDENTIFICAÇÃO DO ENTREVISTADO E SEU AGREGADO FAMILIAR

a) **Gênero:** Masculino _____ Feminino _____

b) **Idade:** _____

c) **Contexto Familiar:**

Estado Civil: _____

Nº de elementos que compõem o Agregado Familiar: _____

Nº de Filhos: _____ Idades dos Filhos: _____

Outros: _____

d) **Habilitações Literárias de cada elemento do Agregado Familiar:**

Entrevistado: _____

Cônjuge/Companheiro(a): _____

Filhos: _____

Outros: _____

e) **Situação Profissional**

Entrevistado: _____ Cônjuge/Companheiro(a): _____

Filhos: _____

Outros: _____

1. POBREZA

Como se sente em relação à situação de maior dificuldade económica que atravessa neste momento? Quer descrever em que consistem as maiores provações por que passa atualmente? *(Identificar o tipo de pobreza predominante que caracteriza o entrevistado).*

2. EXCLUSÃO SOCIAL

Consegue enumerar, qual foi/é ou quais foram/são os fatores que mais contribuíram/em para a sua situação de precariedade, hoje? *(Levantar, na percepção dos entrevistados, os fatores de maior impacto que poderão contribuir para uma tendência de exclusão).*

3. LUGARES E NÃO LUGARES

Como caracteriza a sua relação com as pessoas ou instituições que integram a sua comunidade mais próxima, a sua rua ou bairro? *(Perceber se viviam desagarrados; Perceber se se identificam ou não com o lugar onde vivem ou viviam; Identificar as causas que os levam a não se sentirem integrados no lugar onde se encontram, ou encontravam, inseridos).*

4. POLÍTICAS ASSISTENCIALISTAS

De que tipo de apoio social goza neste momento para que possa suportar esta situação de falta de meios? Como se sente em relação a esta assistência: é merecida porque tem direito a ela; é necessária porque é apenas uma fase na sua vida; é um apoio normal numa sociedade como a nossa... o que sente? *(Saber que tipos de beneficiários são; Identificar a tipologia de Intervenção; Conhecer as experiências vividas (ou seja, o tipo de fragilidade, de assistência e de marginalidade).*

5. ESTIGMA

Nesta situação de maior carência, sente-se um cidadão em pleno? É reconhecido como alguém valioso na sua comunidade? Se sim, como ou em quê se

traduz esse reconhecimento? Se não, como se manifesta isso? *(Saber se se sente estigmatizado e se sim, em que condição: desacreditado ou desacreditável).*

6. LAÇO SOCIAL

O que faz com que se mantenha ligado a uma comunidade de pertença, rua ou bairro? Acha que estes laços estão mais fortes ou mais fracos nesta situação que vive agora? Porquê? *(Saber se se sente integrado na sociedade onde vive; Identificar que tipos de laços mantêm com a comunidade onde estão inseridos).*

7. PROPOSTAS

Se pudesse sugerir uma medida para que volte mais rapidamente a ser autónomo e não precisar de ninguém, o que sugere? Em que medida está disponível para sair desta situação? O que está disposto a fazer?

Obrigada pela sua COLABORAÇÃO.

Anexo 2. Transcrição das entrevistas às famílias

TRANSCRIÇÃO DA ENTREVISTA

Nº1

Sexo feminino, com 43 anos, mãe solteira. Completou o 1º ciclo do Ensino Básico (4º ano de escolaridade). A filha de 11 anos está a frequentar o 2º ano do 2º ciclo do Ensino Básico (6º ano de escolaridade), na escola tem direito ao Escalão A – Livros e alimentação. Encontra-se desempregada há 5 anos e deixou de receber subsídio de desemprego há 3 anos. Está a receber Rendimento Social de Inserção, abono de família e pensão de alimentos. Solicitou ajuda no Gabinete de Apoio Integrado e vai ser concedido apoio.

1. POBREZA

Como se sente em relação à situação de maior dificuldade económica que atravessa neste momento? Quer descrever em que consistem as maiores provações por que passa atualmente?
(Identificar o tipo de pobreza predominante que caracteriza o entrevistado).

R: "Sinto tudo. Na alimentação, em pagar a água, a luz, o condomínio estou atrasada praí há um ano já. E a minha salvação é o pai da minha filha pagar-me. Mas já ameaçou que qualquer dia deixa. Ele até agora não tem faltado com nada. Mas já nos tem dito que qualquer dia, também já tem uma certa idade, qualquer dia que não pode com as despesas. Falta dinheiro para pagar água, luz e bens essenciais."

2. EXCLUSÃO SOCIAL

Consegue enumerar, qual foi/é ou quais foram/são os fatores que mais contribuíram/em para a sua situação de precariedade, hoje? (Levantar, na perceção dos entrevistados, os fatores de maior impacto que poderão contribuir para uma tendência de exclusão).

R: "Não trabalhar. Não trabalho há 5/6 anos. Devido à minha saúde e num ter estudos. Eu só tomo conta de idosos. A minha médica já me mandou meter os papéis para a reforma, já é a segunda vez que não me deram. Eu tenho pedido. Primeira vez que consegui, foi aqui que encontrei a pessoa mais simpática, para me mandar trabalhar. Para tomar conta de idosos que eu não posso fazer muita coisa. Tenho vários problemas de saúde, como já disse. Se me arranjassem a tomar conta de idosos... eu estou aqui para isso."

3. LUGARES E NÃO LUGARES

Como caracteriza a sua relação com as pessoas ou instituições que integram a sua comunidade mais próxima, a sua rua ou bairro? (*Perceber se viviam desagarrados; Perceber se se identificam ou não com o lugar onde vivem ou viviam; Identificar as causas que os levam a não se sentirem integrados no lugar onde se encontram, ou encontravam, inseridos*).

R: “Não tenho apoio de ninguém. Nada. E às vezes os vizinhos. Tenho uma amiga minha que tem uma mercearia e as pessoas que lá vão, que me conhecem e eu nunca pedi nada a ninguém, essas é que me ajudam. Mas nem sempre. Nem todos os vizinhos.””

4. POLÍTICAS ASSISTENCIALISTAS

De que tipo de apoio social goza neste momento para que possa suportar esta situação de falta de meios? Como se sente em relação a esta assistência: é merecida porque tem direito a ela; é necessária porque é apenas uma fase na sua vida; é um apoio normal numa sociedade como a nossa... o que sente? (*Saber que tipos de beneficiários são; Identificar a tipologia de Intervenção; Conhecer as experiências vividas (ou seja, o tipo de fragilidade, de assistência e de marginalidade)*).

R: “A alimentação e ajuda para me pagarem água e a luz. O que tenho é o rendimento mínimo, que é de 99€ e 33 cêntimos.

A coisa mais triste na vida é uma pessoa ter que andar sempre dependente dos outros. Eu preciso de óculos, preciso de ir ao dentista, a minha filha tem ido porque tem o apoio que o estado dá, mas eu não.”

5. ESTIGMA

Nesta situação de maior carência, sente-se um cidadão em pleno? É reconhecido como alguém valioso na sua comunidade? Se sim, como ou em quê se traduz esse reconhecimento? Se não, como se manifesta isso? (*Saber se se sente estigmatizado e se sim, em que condição: desacreditado ou desacreditável*).

R: “Não tenho família. Tenho uma irmã que faleceu-me há dois anos. Tenho outra em Espanha e não tenho mais ninguém. Fui abandonada... mas a minha mãe também já morreu. Falta muita coisa.

Podem ir perguntar por mim. Não têm nada a dizer. Eu ajudo um vizinho, agora não, mas quando ele tinha de fazer fisioterapia eu ia lá levá-lo, eu ia no carro dele, nunca levei dinheiro, mas ele por sua vez dava-me algum, era todas as semanas, pelo 50€ dava-me. O senhor já está melhor, mas sempre que me vê, ou a mim ou à minha filha, dá-lhe sempre 10€. E agora não me dá mais porque eu também não saio de casa”

6. LAÇO SOCIAL

O que faz com que se mantenha ligado a uma comunidade de pertença, rua ou bairro? Acha que estes laços estão mais fortes ou mais fracos nesta situação que vive agora? Porquê? (Saber se se sente integrado na sociedade onde vive; Identificar que tipos de laços mantêm com a comunidade onde estão inseridos).

R: “Vou levar a minha filha à escola e venho e fico por casa. Tanto que há uma senhora que tem um pomar debaixo de mim e sempre que me veem dizem sempre porque é que eu num saio. Por isso é que eu num saio. Nem chateio, nem me chateio.”

7. PROPOSTAS

Se pudesse sugerir uma medida para que volte mais rapidamente a ser autónomo e não precisar de ninguém, o que sugere? Em que medida está disponível para sair desta situação? O que está disposto a fazer?

R: “Eu arranjar alguma coisa para eu tomar conta de idosos. Porque eu não tenho cabeça para voltar aos estudos. Eu faço tudo a tomar conta de idosos. Se for preciso mudo-lhe as fraldas, se for preciso mudar um curativo... tomei conta de um senhor que tinha um buraco nas costas, ia lá a enfermeira num dia e eu no outro dia mudava o penso... eu faço tudo. Eu não tenho estudos mas eu faço isso tudo. Toda a minha vida fiz isso. Tenho a prática. Num tenho o canudo mas tenho a prática. E sou mais simpática do que algumas que têm o canudo. Eu gosto muito de brincar com os idosos. Gosto de pegar com eles... mas é no bom sentido. Saber da vida deles, antiga. Era mais bonita cá nossa. Dizem que era mais complicado mas às vezes era mais interessante.”

TRANSCRIÇÃO DA ENTREVISTA

Nº2

Sexo feminino, com 45 anos, mãe solteira. Completou 1º ciclo do Ensino Básico (4º ano de escolaridade). O filho de 11 anos está a frequentar o 2º ano do 2º ciclo do Ensino Básico (6º ano de escolaridade), na escola tem direito ao Escalão A – Livros e alimentação. Encontra-se desempregada sem subsídio de desemprego. Está a receber Rendimento Social de Inserção – RSI, abono de família e pensão de alimentos. Tem ajuda da família. Solicitou ajuda no Gabinete de Apoio Integrado e vai ser concedido. Vive em casa arrendada.

1. POBREZA

Como se sente em relação à situação de maior dificuldade económica que atravessa neste momento? Quer descrever em que consistem as maiores provações por que passa atualmente?
(Identificar o tipo de pobreza predominante que caracteriza o entrevistado).

R: “É assim, eu neste momento tenho a minha família que me está a ajudar. Eu recebia o rendimento mínimo e cortaram-me. Passei a receber 34€ e 34€ não dá para nada. E agora falei com a Dona Lúcia, a Dra. Lúcia e a Dra. Lúcia está-me a tentar ajudar. Mas quem me tem ajudado até agora tem sido a minha família. Se não eu não conseguia, tinha que ir viver para baixo da ponte. Não tenho casa, estou a pagar renda. É muito difícil viver assim. E ainda para mais sozinha a criar um filho. Eu criei-o sozinha, nunca tive ajuda do pai, comecei a ter ajuda do pai há coisa de três anos mas foi preciso ter de o levar a tribunal. E ele só começou a pagar-me agora há poucos meses. E já está a falhar. É pouco mas já é uma ajuda.”

2. EXCLUSÃO SOCIAL

Consegue enumerar, qual foi/é ou quais foram/são os fatores que mais contribuíram/em para a sua situação de precariedade, hoje? (Levantar, na perceção dos entrevistados, os fatores de maior impacto que poderão contribuir para uma tendência de exclusão).

R: “É assim, eu trabalhei e cheguei a fazer descontos e tudo, só que ao depois ... é assim, eu como não tinha estudos, nem qualquer pessoa emprega. Então eu andei em casa de um... de um casal a trabalhar. Depois esse casal não precisou e eu vim-me embora e já estou há dois anos desempregada. Tento ir, é assim, tento arranjar trabalho mas é por poucos dias. E agora cada vez está mais difícil de arranjar. Tomara eu arranjar. Para os sítios que eu ia trabalhar eu, não me metiam a fazer descontos, ainda estive mais ou menos, pr’aí quê? Há três anos ali no Parque Nascente a trabalhar à noite a fazer limpezas, no supermercado no Jumbo, só que era muito puxado, porque a gente entrava à meia-noite e saía às nove. Eu até gostava de lá andar só que eu vim-me

embora por causa de um sujeito que trabalhava lá, trabalhava e trabalha, porque ele começou a despachar o pessoal para meter lá quem ele queria. E eu aí ganhava bem, não precisava de ninguém.”

3. LUGARES E NÃO LUGARES

Como caracteriza a sua relação com as pessoas ou instituições que integram a sua comunidade mais próxima, a sua rua ou bairro? *(Perceber se viviam desagarrados; Perceber se se identificam ou não com o lugar onde vivem ou viviam; Identificar as causas que os levam a não se sentirem integrados no lugar onde se encontram, ou encontravam, inseridos).*

R: *“É assim, eu não tenho nada a dizer. Sempre me trataram bem. Sempre falei para pessoas.”*

4. POLÍTICAS ASSISTENCIALISTAS

De que tipo de apoio social goza neste momento para que possa suportar esta situação de falta de meios? Como se sente em relação a esta assistência: é merecida porque tem direito a ela; é necessária porque é apenas uma fase na sua vida; é um apoio normal numa sociedade como a nossa... o que sente? *(Saber que tipos de beneficiários são; Identificar a tipologia de Intervenção; Conhecer as experiências vividas (ou seja, o tipo de fragilidade, de assistência e de marginalidade).*

R: *“O abono estou a receber. Tenho direito aos 40, parece que é 45 mas como eles mandaram de uma vez só um dinheiro a mais, então cortaram-me e só recebo 28€. O pai dele... até está em atraso comigo. É assim, ajuntou dois meses, mas depois no mês de Agosto e deixou de dar. Deu-me um em Setembro e outro agora mas fiquei sem o mês de Agosto. Ele tão depressa dá como tão depressa deixa de dar. E tenho que andar com ele em tribunal.*

Eu acho que sim, que o RSI é merecido. Eu tento haver se arranjo trabalho mas não consigo. Eu vejo pessoas que não..., é assim, eu tento arranjar trabalho e não consigo e vejo pessoas que andam metidos na droga e que andam aí a fazer coisas que não devem a recebe tanto um como o outro o rendimento mínimo, estão a ajuda-los por todo o lado e eu que sou sozinha e tenho um filho não tenho direito nenhum. É assim, o estado só ajuda quem não deve, quem deve, não ajuda.”

5. ESTIGMA

Nesta situação de maior carência, sente-se um cidadão em pleno? É reconhecido como alguém valioso na sua comunidade? Se sim, como ou em quê se traduz esse reconhecimento? Se não, como se manifesta isso? *(Saber se se sente estigmatizado e se sim, em que condição: desacreditado ou desacreditável).*

R: *“Eu sinto-me uma pessoa normal. Só que não consigo arranjar trabalho.*

É assim, eles vêem-me com bons olhos. Não tenho razão de queixa de ninguém. Sinto-me integrada na comunidade.”

6. LAÇO SOCIAL

O que faz com que se mantenha ligado a uma comunidade de pertença, rua ou bairro? Acha que estes laços estão mais fortes ou mais fracos nesta situação que vive agora? Porquê? (Saber se se sente integrado na sociedade onde vive; Identificar que tipos de laços mantém com a comunidade onde estão inseridos).

R: “A Família. Eu tenho o apoio da família mas num tenho aquilo que eu queria, mas tenho da família. São bons. Sempre tive apoio da família. Pelo menos da minha mãe, tem uma reforma pequena mas ajuda sempre que pode.”

7. PROPOSTAS

Se pudesse sugerir uma medida para que volte mais rapidamente a ser autónomo e não precisar de ninguém, o que sugere? Em que medida está disponível para sair desta situação? O que está disposto a fazer?

R: “Arranjar emprego. Estudar acho que já é tarde, já vou a caminho dos 46. Era apenas um emprego pelo menos eu ganhava algum. E para não estar tão dependente da minha mãe.”

TRANSCRIÇÃO DA ENTREVISTA

Nº3

Sexo feminino, com 42 anos, mãe solteira. Frequentou o 2º ano do 3º ciclo do Ensino Básico (8ºano de escolaridade). Tem duas filhas, uma de 20 anos que está a frequentar um curso técnico-profissional e uma outra de 14 anos que está a frequentar o 3º ano do 3º ciclo do Ensino Básico (9º ano de escolaridade), na escola tem direito ao Escalão A – Livros e alimentação. Encontra-se desempregada sem subsídio de desemprego. Está a receber Rendimento Social de Inserção – RSI e abono de família da filha mais nova. Solicitou ajuda no Gabinete de Apoio Integrado e vai ser concedido. Vive numa casa da câmara e paga renda.

1. POBREZA

Como se sente em relação à situação de maior dificuldade económica que atravessa neste momento? Quer descrever em que consistem as maiores provas por que passa atualmente? *(Identificar o tipo de pobreza predominante que caracteriza o entrevistado).*

R: *“Neste momento o que eu sinto mais falta é falta de um trabalho mesmo. Eu sinto falta de um trabalho. De um trabalho. Pago renda. Sinto algumas dificuldades alimentares, agora sinto um bocado, porque não tenho mesmo trabalho e rendimento nenhum mesmo. Vestuários... mais para elas. Que elas são exigentes, como andam na escola são mais exigentes.*

Não gosto de estar nesta situação. Não gosto mesmo, que eu gosto de trabalhar e chegar ao fim do mês e ter o meu ordenado e para pagar as minhas contas, não gosto de estar assim. Deprime-me... ando muito deprimida, mesmo.”

2. EXCLUSÃO SOCIAL

Consegue enumerar, qual foi/é ou quais foram/são os fatores que mais contribuíram/em para a sua situação de precariedade, hoje? *(Levantar, na perceção dos entrevistados, os fatores de maior impacto que poderão contribuir para uma tendência de exclusão).*

R: *“Ai, falta de estudos mesmo. Para ficar assim nesta situação foi mesmo falta de estudos. Os trabalhos nunca foram lá muito bons, nunca ganhei em nenhum trabalho extraordinário, nunca tive um salário bom foi sempre trabalhos precários. Eu cheguei a este ponto, foi mesma por causa de falta de trabalho. Não foi isolamento de ninguém, que eu dou-me bem. Nunca tive trabalhos de muita duração, nunca tive um salário muito grande, foi sempre pequeno e baixo. E foi pouco tempo. Foi isso.”*

3. LUGARES E NÃO LUGARES

Como caracteriza a sua relação com as pessoas ou instituições que integram a sua comunidade mais próxima, a sua rua ou bairro? (*Perceber se viviam desagarrados; Perceber se se identificam ou não com o lugar onde vivem ou viviam; Identificar as causas que os levam a não se sentirem integrados no lugar onde se encontram, ou encontravam, inseridos*).

R: “Boa. Eu entendo-me com toda a gente. Falo com toda a gente, toda a gente fala comigo. Respeito toda a gente.”

4. POLÍTICAS ASSISTENCIALISTAS

De que tipo de apoio social goza neste momento para que possa suportar esta situação de falta de meios? Como se sente em relação a esta assistência: é merecida porque tem direito a ela; é necessária porque é apenas uma fase na sua vida; é um apoio normal numa sociedade como a nossa... o que sente? (*Saber que tipos de beneficiários são; Identificar a tipologia de Intervenção; Conhecer as experiências vividas (ou seja, o tipo de fragilidade, de assistência e de marginalidade)*).

R: “Tenho abono e estou com o rendimento mínimo há dois anos, mas eu já trabalhei. Ia fazendo uma horinhas em casa de umas senhoras mas aquilo também acabou. Há seis meses que eu já não estou em casa da senhora.

Eu espero é que seja só uma fase da minha vida mesmo. E que passe depressa. Mas pronto, acho bem que ajudem, casos como eu, e devem haver casos bem pior que o meu, acho bem que ajudem. Ainda bem que ajudam. Ainda bem que há alguém que ajuda não é? O rendimento há para ajudar as famílias. Mas que não seja para sempre, também.”

5. ESTIGMA

Nesta situação de maior carência, sente-se um cidadão em pleno? É reconhecido como alguém valioso na sua comunidade? Se sim, como ou em quê se traduz esse reconhecimento? Se não, como se manifesta isso? (*Saber se se sente estigmatizado e se sim, em que condição: desacreditado ou desacreditável*).

R: “Não, não me sinto nada bem. Valorizavam mais se eu tivesse a trabalhar. Se eu tivesse um trabalho acho que era diferente. Acho que o comportamento era totalmente diferente. Uma pessoa quando trabalha, tem um ordenado e está estabilizada olham-nos de uma maneira diferente e quando a gente está desempregada é assim meio de lado. Olham-nos meio de lado. Mesmo para trabalhos e tudo... mesmo as minhas filhas na escola, a preencher o inquérito – a tua mãe o que é que faz? Aí, está desempregada?! – elas não gostam muito disso. Mas as nossas coisas, se tivermos que sair na rua e falar ou isso, continua na mesma.”

6. LAÇO SOCIAL

O que faz com que se mantenha ligado a uma comunidade de pertença, rua ou bairro? Acha que estes laços estão mais fortes ou mais fracos nesta situação que vive agora? Porquê? (Saber se se sente integrado na sociedade onde vive; Identificar que tipos de laços mantém com a comunidade onde estão inseridos).

R: *“Tenho agora uma vizinha que me está a ajudar imenso. Porque eu tenho a água e a luz cortada e vou para casa dela, vejo televisão, tomo banho lá, senão então é que era uma desgraça. Mas é a única também. É raro encontrar agora uma pessoa que nos ajude de verdade mesmo.*

Família não tenho cá nenhuma. Porque eu não sou cá do Porto, mas também nunca vivi com os meus pais nem com as minhas irmãs. Eu sei onde elas estão mas nunca vivi com elas. Fui criada por uma senhora que quando a minha mãe precisava trabalhava. E deram-me o tal estudos. Mas eu não ganhei nada com isso. Estudei e tudo e aos 18 anos é que vim embora e vim para o Porto trabalhar. De família não há apoio nenhum, mesmo. Há o da vizinha e das minhas filhas, mais nada. Família direta mesmo não tenho nenhuma. Pois aí é que está, se eu tivesse uma família direta era bem bom. Sinto muito.”

7. PROPOSTAS

Se pudesse sugerir uma medida para que volte mais rapidamente a ser autónomo e não precisar de ninguém, o que sugere? Em que medida está disponível para sair desta situação? O que está disposto a fazer?

R: *“Eu quero é um trabalho. Agora como consegui-lo... não sei. Qualquer coisa. Trabalhar em qualquer coisa. Estudar, sim, sim sim. Estava disposta a estudar outra vez. Se isso abrir portas para eu arranjar trabalho mais depressa, pois claro que eu estudo. Que tudo se resolva pelo melhor e até ao fim do ano. Vamos lá ver.”*

TRANSCRIÇÃO DA ENTREVISTA

Nº 4

Sexo masculino, com 44 anos. Esteve casado durante 23 anos, atualmente encontra-se divorciado. Frequentou o 1º ano do 2º ciclo do Ensino Básico (5º ano de escolaridade). Tem uma filha, mas que não vive com ele. Encontra-se desempregado sem subsídio de desemprego. “Vive” em Rio Tinto há três anos, num anexo. É arrumador de carros. Está a receber Rendimento Social de Inserção – RSI. Encontra-se em tratamento de toxicodependência.

1. POBREZA

Como se sente em relação à situação de maior dificuldade económica que atravessa neste momento? Quer descrever em que consistem as maiores provações por que passa atualmente? *(Identificar o tipo de pobreza predominante que caracteriza o entrevistado).*

R: “Olhe, eu, prontos, queria era uma ajuda melhor do que a que tenho agora. Vivo nuns anexos, tenho casa de banho independente, mas isso não interessa. Foi para não estar a dormir debaixo da rua. Se eles me pudessem ajudar era o que eu pedia, social. Tou aqui, tou ali a guardar uns carritos porque eu com o rendimento mínimo não dá. Eu como e pago o comer. Não dá para mais nada.”

2. EXCLUSÃO SOCIAL

Consegue enumerar, qual foi/é ou quais foram/são os fatores que mais contribuíram/em para a sua situação de precariedade, hoje? *(Levantar, na perceção dos entrevistados, os fatores de maior impacto que poderão contribuir para uma tendência de exclusão).*

R: “Eu já descontei, sempre descontei. Estou inválido, antes queria trabalhar. Trabalhei toda a minha vida para manter o vício da droga e os estudos da minha filha e prontos, mas isso não interessa. Agora estou sozinho. E 23 anos que eu estive com ela e agora que eu posso não tenho saúde...Sou hipilétrico.

A alimentação eu compro e pessoas que me dão. Mas geralmente compro sempre. Só ao fim do ano é que as pessoas me dão... comida, roupa...

3. LUGARES E NÃO LUGARES

Como caracteriza a sua relação com as pessoas ou instituições que integram a sua comunidade mais próxima, a sua rua ou bairro? *(Perceber se viviam desagarrados; Perceber se se identificam ou não com o lugar onde vivem ou viviam; Identificar as causas que os levam a não se sentirem integrados no lugar onde se encontram, ou encontravam, inseridos).*

R: “Boa. As pessoas tratam-me todas muito bem. Prontos... até agora tem sido assim. O senhor António da churrasqueira, que gosta muito de mim, às vezes chego lá, e os da Era e tudo, toda a gente gosta de mim, prontos. No outro dia estava lá a GNR, o presidente, do posto e disse: - “Ora anda cá” e eu fui almoçar com ele. Comi uma picanhasinha.”

4. POLÍTICAS ASSISTENCIALISTAS

De que tipo de apoio social goza neste momento para que possa suportar esta situação de falta de meios? Como se sente em relação a esta assistência: é merecida porque tem direito a ela; é necessária porque é apenas uma fase na sua vida; é um apoio normal numa sociedade como a nossa... o que sente? (Saber que tipos de beneficiários são; Identificar a tipologia de Intervenção; Conhecer as experiências vividas (ou seja, o tipo de fragilidade, de assistência e de marginalidade).

R: “É o rendimento...É 180€ é pouco. Às vezes Tenho ajuda de outras pessoas que me dão dinheiro para a medicação, senão então é que não chega o dinheiro e eu não ando...”

É merecido para pessoas que merecem e descontaram e têm dificuldades como eu tenho. Agora pessoas que andam aí a fazer certas e determinadas coisas e a receber 900€ e por aí além, isso não. Oh pá eu dava valor era se o estado arranjasse trabalho na rua. Há tanta rua para varrer. Se eu pudesse oferecia-me mesmo para trabalhar. E anda aí tanta gente a poder e a receber 700€ e 800€ e vão tocar viola. Você vai ali ao dia 20 e você vê. Eu digo a verdade. Quem diz a verdade não merece castigo. Eu vejo com os meus olhos carago. Prontos, mas enfim mundo está assim e prontos.”

5. ESTIGMA

Nesta situação de maior carência, sente-se um cidadão em pleno? É reconhecido como alguém valioso na sua comunidade? Se sim, como ou em quê se traduz esse reconhecimento? Se não, como se manifesta isso? (Saber se se sente estigmatizado e se sim, em que condição: desacreditado ou desacreditável).

R: “Sim, sinto. As pessoas não me discriminam. Tenho sempre algum apoio deles. São boas pessoas. Por acaso. São umas joias, desde o presidente.

6. LAÇO SOCIAL

O que faz com que se mantenha ligado a uma comunidade de pertença, rua ou bairro? Acha que estes laços estão mais fortes ou mais fracos nesta situação que vive agora? Porquê? (Saber se se sente integrado na sociedade onde vive; Identificar que tipos de laços mantém com a comunidade onde estão inseridos).

R: “Aqui as pessoas respeitam-me e gostam de mim. Dizem mesmo que desde que eu estou aqui... até tenho apoio deles e tudo. E gostam da minha pessoa. Prontos. Porque eu também ajudo.”

7. PROPOSTAS

Se pudesse sugerir uma medida para que volte mais rapidamente a ser autónomo e não precisar de ninguém, o que sugere? Em que medida está disponível para sair desta situação? O que está disposto a fazer?

R: “Trabalhar”.

TRANSCRIÇÃO DA ENTREVISTA

Nº 5

Sexo feminino, com 53 anos, Divorciada e viúva. Completou o 1º ciclo do Ensino Básico (4º ano de escolaridade). Tem um filho, de 32 anos que está casado e é emigrante. Paga empréstimo bancário. Tem uma irmã, mais velha, que vive em Valongo e que lhe negou ajuda. Está reformada por invalidez. Tem ajuda do Gabinete de Apoio Integrado. Está a usufruir de apoio do Programa DÁ –Direto Apoio.

1. POBREZA

Como se sente em relação à situação de maior dificuldade económica que atravessa neste momento? Quer descrever em que consistem as maiores provações por que passa atualmente? *(Identificar o tipo de pobreza predominante que caracteriza o entrevistado).*

R: *“Péssima. Péssima. As minhas condições sociais é isto que eu estou a viver, da ajuda da senhora Doutora Ivone, e também da ajuda, pela outra parte que me estão a dar os medicamentos. Se não fosse isso não sei o que seria de mim. Tou a pagar casa ao banco, já há 13 anos. Há 13 anos. Eu não contava viver agora esta situação, porque eu, embora estivesse com a pensão baixinha, eu vivia com um companheiro que era um homem doente, muito doente, mas ele... complicou-se muito a saúde dele e eu tive de chamar a irmã e disse que eu não podia fazer, e ele teve de que ir embora, foi embora para casa dele. De maneira que eu fiquei nesta situação.*

Vestuário não tenho. Nem calçado nem nada. É aqui a Dra. Ivone... Que é um cheque de 25€ que eu vou levantar. Não tenho tostão para nada, não tenho... Os trocos que sobram é para eu esmagalhar em casa que é para poder comprar o meu pão. Há dias que compro pão, outros dias acabou o dinheiro.

Perdida... eu sinto-me perdida... sinto-me a pontos de fazer alguma. Eu vivo sozinha e se eu fizer asneira ninguém vai dar conta.”

2. EXCLUSÃO SOCIAL

Consegue enumerar, qual foi/é ou quais foram/são os fatores que mais contribuíram/em para a sua situação de precariedade, hoje? *(Levantar, na percepção dos entrevistados, os fatores de maior impacto que poderão contribuir para uma tendência de exclusão).*

R: *“Entre Abril e Maio deste ano. O meu filho não sabe, que ele veio cá passar férias em Julho, mas... Ora bem, os fatores, foi eu ter recaído na minha doença. Eu tive crises. Muitas crises seguidas e depois a questão financeira que era ele, o companheiro que estava comigo, é que me apoiava, não é? Eu vivia de apoio dele, mas com a doença... não podia olhar por mim quanto mais por ele. Ele ao*

ir embora, o meu apoio financeiro foi-se. Mais vale comer uma tigela de sopa ou uma caneca de leite e estar em paz. Eu não era senhora de ir para lado nenhum. Onde vais? Eu vou contigo. Depois na rua fazia muitas cenas e envergonhava-me e muitas coisas. Depois... eu não quero dizer mais nada. Em Fevereiro na farmácia, deram-me um genérico e eu comecei a ficar doente. E eu tomava a medicação na mesma. Quando eu cheguei, a faltar duas carteiras, eu disse para mim: - “Não, eu não ando bem eu vou ter que ir à médica.” E contei à minha médica de família o que se estava a passar e ela disse: - “ Não, esse medicamento não volta mais a tomar, não tem nada a ver com o outro. E eu comecei a ficar muito doente. Agora que estou já outra vez a tomar o certo e tudo direitinho... e depois o médico disse que um só não dava que tinha de tomar dois. E de maneira que é assim. Eu então olhe, foi só Abril deste ano, Abril/Maio, que eu deparei-me com esta situação, mas eu digo, eu sempre trabalhei, nunca precisei de ninguém... antes queria ter que trabalhar. E também a outra causa é que eu durante a tarde, eu trabalhava numa lojinha de arranjos, numa moça que trabalhou comigo muitos anos, e eu disse-lhe que precisava do dinheiro até ao batizado do meu neto que era no dia 31 de Julho e ela fechou a loja e não me pagou. 320€... e agora há uma coisa que me está a preocupar muito é que eu tinha a ZON e fui entregar e tenho aí uma conta para pagar que eu não tenho como pagar. A menina diz que vai para tribunal e eu já ando a pensar nisso e não posso ter dívidas feitas por ele. Foi uma asneira porque ele disse – “Eu pago” e meteu, mas pôs em meu nome que a casa era minha e agora eu é que estou com a dívida às costas. Enquanto eu podia, andei, vi quando não podia e entreguei a MEO e meti a ZON, o pacote pequenino. Agora que estou sozinha, eu não posso pagar. Nem quero. Eu nem quero ter porque não posso pagar... o problema é que eles não aceitam. Era o contrato de um ano e quer dizer que eu...”

3. LUGARES E NÃO LUGARES

Como caracteriza a sua relação com as pessoas ou instituições que integram a sua comunidade mais próxima, a sua rua ou bairro? (*Perceber se viviam desagarrados; Perceber se se identificam ou não com o lugar onde vivem ou viviam; Identificar as causas que os levam a não se sentirem integrados no lugar onde se encontram, ou encontravam, inseridos).*

R: *“Sou muito metida comigo mesma. Comprimento, mas falo com muito poucas. Eu não sou capaz, sou incapaz de bater à porta de uma vizinha pra me meter a conversar com ela, falar com ela, não tenho essa confiança, nem dou essa confiança. Nem vêm a minha casa, para conversar comigo ou para falar, para estar com alguém. Uma solidão... uma solidão que me vai matar. Essa solidão vai dar cabo de mim. Não sei, mas eu ainda há pouco tempo pensava em falar com a Sra. Dra. por causa de ir para o lar, mas eu acho que ainda sou muito nova ara ir para um lar. Eu acho que ainda sou nova demais para ir... Ali no meu andar, onde eu moro, as pessoas entram e saem e eu raramente as vejo. Raramente vão dar conta se eu um dia... se eu faço asneira... se eu faço uma coisa dessas mesmo no momento de desespero, ninguém vai dar conta que eu falto. As pessoas lá também são mesmo assim. Cada um na sua vida. A pessoa quando chega e se cruza no elevador, aí*

tudo bem, boa tarde... cada um vai para o seu sítio, vai para sua casa, não se passa nada. As crianças vão para o pátio brincar... São tudo pessoas de respeito e independentes.

Não tenho ninguém que vá me bater à porta, nem que seja... e que esteja comigo todo o dia..."

4. POLÍTICAS ASSISTENCIALISTAS

De que tipo de apoio social goza neste momento para que possa suportar esta situação de falta de meios? Como se sente em relação a esta assistência: é merecida porque tem direito a ela; é necessária porque é apenas uma fase na sua vida; é um apoio normal numa sociedade como a nossa... o que sente? *(Saber que tipos de beneficiários são; Identificar a tipologia de Intervenção; Conhecer as experiências vividas (ou seja, o tipo de fragilidade, de assistência e de marginalidade).*

R: *"Agora, nos dias de hoje é o vale de 25€ que é para buscar despesa para eu comer e é os medicamentos da farmácia, que é a Dra. Ivone que está a autorizar a ir buscar os medicamentos. E a minha reforma. Não tenho nada. Não sei até quanto tempo eu vou precisar deste apoio deste apoio porque é assim, a minha reforma completa é de 320€, só que eu tive uma baixa indevidamente paga e eles agora estão-me a descontar 23€ por mês e ainda falta certa de 3/4 anos e daqui a 3/4 anos eu não estou a ver a minha vida a melhorar. Porque eu agora quem é que me emprega? Eu também tenho um grave problema de saúde... se fosse assim uma coisa levezinha, ou então limpar umas escadas...ou sei lá... fazer umas horinhas, se aparecesse para compensar eu não vinha pedir nada, não... Que eu não sou de pedir. Peço na última, e se eu tivesse trabalho eu deixava, eu própria nem queria, porque eu sei que faz falta a outras pessoas. Que há-de haver, se calhar, alguém, pior que eu... com filhos..."*

5. ESTIGMA

Nesta situação de maior carência, sente-se um cidadão em pleno? É reconhecido como alguém valioso na sua comunidade? Se sim, como ou em quê se traduz esse reconhecimento? Se não, como se manifesta isso? *(Saber se se sente estigmatizado e se sim, em que condição: desacreditado ou desacreditável).*

R: *"Não. As pessoas não sabem que eu não digo. Não. Eu tenho vergonha de contar, eu não conto da minha vida a ninguém. Ninguém precisa saber do mal que eu estou a passar. Porque isto, na verdade, não é nenhuma alegria para mim passar por isto. Já houve um domingo ou dois, que eu fui à porta da minha vizinha pedir um pratinho de comida e ela deu-me. E ela sabe que eu estou a passar por isto tudo. Só ela é que sabe. Só essa vizinha é que sabe. Mais ninguém sabe que. Que eu confio nessa moça, que ela também já passou e ela compreende. Só não sei é se ela fala com alguém. No prédio ninguém sabe porque eu não conto. Não conto porque tenho vergonha de estar a pedir. Porque eu antes queria dar do que pedir."*

6. LAÇO SOCIAL

O que faz com que se mantenha ligado a uma comunidade de pertença, rua ou bairro? Acha que estes laços estão mais fortes ou mais fracos nesta situação que vive agora? Porquê? (Saber se se sente integrado na sociedade onde vive; Identificar que tipos de laços mantêm com a comunidade onde estão inseridos).

R: “Nem tenho assim grandes amigos, os que tenho são os da minha mocidade e a gente não se encontra. Uns são do Porto. A gente para ir... não sou de cá... lá só de transporte. Antes era diferente. Era mais alegre, mais... acho que era diferente. Tinha outra maneira de ser, outra maneira de estar. Relacionava-me, prontos, mas agora não, agora é a vida... sabe, está a ser um pesadelo para mim, sabe... Eu estou a ver isto muito mal parado...”

Quando eu vi que ia passar mal, eu liguei à minha irmã, eu pedi-lhe ajuda e ela não me deu... Ela está na reforma. Negou-me ajuda. Não tenho hipótese.

O meu filho... ele não sabe que eu estou a passar por isto tudo. Ele tem um menino, trabalham os dois para poderem viver, vir cá nas férias, trabalham de sol a sol. Estão a lutar pela vida deles, se eles viessem para aqui ainda era pior. Eles têm emprego seguro lá.

A minha vida foi uma vida de tormento. Muito difícil. Eu ainda tenho uma irmã viva mas é aquela que a gente dá-se mal. Quando a minha madrinha morreu ainda foi pior. Eu fui criada pela minha madrinha. A minha madrinha é que foi a minha verdadeira mãe.

7. PROPOSTAS

Se pudesse sugerir uma medida para que volte mais rapidamente a ser autónomo e não precisar de ninguém, o que sugere? Em que medida está disponível para sair desta situação? O que está disposto a fazer?

R: “Agora eu... o que é que eu digo para fazerem... meu DEUS... eu sei lá... olhe, sei lá, não sei. Sei lá. Se eu arranjasse um trabalhinho... se eu arranjasse uma coisa que eu aguentasse trabalhar... A minha arte sempre foi costureira, toda a vida fui costureira, depois fui empregada de snack-bar, depois trabalhei em cozinhas, no Hospital Pedro Hispano, no Instituto de Engenharia, trabalhei nos bancos também, mas era por uma empresa. Mas eles agora não empregam, ainda para mais com 53 anos. Pedia se me arranjasse assim umas horinhas para eu fazer qualquer coisa. Ocupar-me. Que eu tenha compromissos. Se eu arranjasse isso, aí tudo bem. Aí se calhar eu animava um bocado mais, se tirasse benefício disso, não era? Ou já que não posso, ao menos que vá para um sítio onde conviva com pessoas, converse, porque a minha vida num foi fácil.”

TRANSCRIÇÃO DA ENTREVISTA

Nº 6

Sexo masculino, com 44 anos, casado há 14 anos. Frequentou o 1º ano do Ensino Secundário (10º ano de escolaridade), a esposa frequentou 1º ano do 1º ciclo do Ensino Básico (1º ano de escolaridade), é de etnia cigana. Têm duas filhas, uma de 13 anos que está a frequentar o 2º ano do 2º Ciclo do Ensino Básico (6º ano de escolaridade) e uma outra de 6 anos que está a frequentar o 1º ano do 1º ciclo do Ensino Básico (1º ano de escolaridade), na escola ambas têm direito ao Escalão A - Livros e alimentação. Não tem apoio da família, esta não aceitou a relação dele com a esposa.

Encontra-se desempregado sem subsídio de desemprego. Perdeu o direito ao subsídio porque não compareceu a uma convocatória do IEFP, que foi para a morada antiga da casa de onde foram despejados. A esposa está a receber Rendimento Social de Inserção – RSI e abono de família das filhas.

Encontram-se nesta situação há mais ou menos 2 anos. Viveram muitos anos na Escócia. Vieram para Portugal há 5 anos, devido a uma depressão Pós Parto da esposa. Dizem ter tido uma boa vida, enquanto estiveram na Escócia, pertenciam a uma classe média-alta.

Mudaram-se para Rio-Tinto pois foi onde encontraram a renda mais baixa. A casa só tem um quarto. As filhas dormem no quarto e eles no chão da sala. A técnica responsável está a tentar arranjar um sofá cama e um frigorífico. Ele está à procura de emprego. Tem ido a entrevistas mas ainda não conseguiu ser admitido. Tem ajuda do Gabinete de Apoio Integrado. Está a usufruir de apoio do Programa DÁ – Direto Apoio.

1. POBREZA

Como se sente em relação à situação de maior dificuldade económica que atravessa neste momento? Quer descrever em que consistem as maiores provas por que passa atualmente?
(Identificar o tipo de pobreza predominante que caracteriza o entrevistado).

R: “Neste momento sinto-me um bocadinho mal. Um bocadinho não, sinto-me mesmo mal. Nunca pensei vir a cair nesta situação. Sem ter comida para dar às nossas filhas, sem vida profissional nenhuma, com problemas entre nós por isso tudo, consequentemente disso tudo... como eu costumo dizer, subir é muito fácil, não é?! Só que descer custa muito e uma pessoa sente-se. Não é que me custe descer, que não custa, mas ao mesmo tempo certas coisas que nós tínhamos e que perdemos, e depois ver que as nossas filhas, pronto, coisas que agente teve quando éramos crianças e que não podemos dar às nossas filhas, ainda magoa muito mais, pronto. Que... é isso, pronto, custa um bocadinho estar nesta situação.

Neste momento é assim, temos uma casa em que não temos frigorífico e um sofá cama. A gente dorme na sala porque demos o quartinho às nossas filhas para elas terem mais privacidade e para sentirem menos a situação que estamos a passar, pronto, elas ficaram com o quartinho para elas e a gente dorme na sala, no chão. O que nos faz falta neste momento, era um sofá cama, para num estar a pôr uma cama na sala para termos uma sala de convívio e um frigorífico, porque é assim, nós não gostamos de deitar nada fora e quando cozinhamos, a gente cozinha sempre a mais para dar por exemplo, para o almoço e para o jantar e tudo e para não estarmos a comer sempre a mesma comida costumámos congelar ou costumávamos congelar, não é?! Congelar para por exemplo. Hoje comíamos e depois passado uns dias comíamos outra vez a mesma comida, pronto. E a gente nunca deita nada fora, e um frigorífico faz-nos falta, porque neste momento a gente não tem, e nunca pensou que fizesse tanta falta. A nível de alimentação neste momento é assim, vamos buscar comida ao refeitório, só que muito sinceramente, eu pronto, eu não me importo, não é?! Mas a minha esposa e a minha filha mais velha de 13 anos nota que a comida não é boa, pronto, é assim, e é sempre a mesma coisa, é ovos com fiambre, pronto, não é estar a cuspir no prato que a gente come mas é assim, uma pessoa também sente-se um bocadinho... porque é assim, a comer um dia uma coisa e outro outra, eu sei que tendo fome uma pessoa come, pelo menos nós, mas depois também o nosso estômago chega a um ponto em que já não consegue ver aquilo á frente, mesmo que queira comer. Acho que deixa de ter fome até, ou... não sei, não sei como é que hei-de explicar, mas deixa de se ter aquela fome por comida, porque parece até que a comida perde... e deixa simplesmente de comer, até custa ir lá buscar porque é sempre a mesma coisa.

Vestuário, eu, pronto, fiquei sem roupa nenhuma também, até a roupa que eu hoje trago até me deram, por acaso, que a outra instituição tinham lá, não sei como é que se chama. Arranjaram-me alguma roupa, arranjaram-me roupa também para ela, a Dra. Ivone é que tratou de disso e, pronto. Assim aos pouquinhos estamos a recuperar um bocado a dignidade. É bom sentir isso novamente, porque ... pronto..."

2. EXCLUSÃO SOCIAL

Consegue enumerar, qual foi/é ou quais foram/são os fatores que mais contribuíram/em para a sua situação de precariedade, hoje? *(Levantar, na perceção dos entrevistados, os fatores de maior impacto que poderão contribuir para uma tendência de exclusão).*

R: *"Isto começou há dois anos mais ou menos. Tínhamos um nível de vida médio alto e as coisas começaram a vir por aí abaixo, por aí abaixo e quando nós demos conta estávamos nesta situação.*

Nós vimos de um país muito diferente, em que tivemos todo o conforto, apesar de estarmos noutro país, nunca nos faltou nada mesmo. Eles lá têm uma prioridade, porque qualquer pessoa tem de ter uma casa digna, mesmo que seja toxicodependente, alcoólico... E nós vimos desse país, aliás foi só porque a minha esposa teve um trauma pós parto, quando nasceu a minha filha mais nova. E não se

aguentou mais lá e os médicos lá disseram que se ela não se sentia bem naquele país tinha duas opções, ou vinha passar umas férias durante dois meses a Portugal ou assim um período longo e depois voltava, ou então vinha para Portugal mesmo, porque não podia estar naquela situação lá, porque não eram uns comprimidos que resolviam as coisas nem nada disso, era a situação em si. Eu só vim mesmo, pronto, apesar da minha esposa estar assim doente e tudo, eu só vim porque, o que transparecia na altura lá para fora era que Portugal estava muito melhor. Porque na Escócia eles pensam que nós somos uma província de Espanha e então havia muito má informação. Eles pensam que ordenado mínimo aqui já era de mil e tal euros, como na Espanha e tudo, pronto, houve uma falta de informação também da minha parte de confirmar esses dados ou não, mas pronto. Mas havia uma imagem que Portugal era um paraíso mesmo, que estava tudo muito melhor e eu, ponto, ver a minha mulher assim resolvi voltar para Portugal, acima de tudo há a minha família. Mas pronto. Mal a gente chegou aqui, foi logo um choque violentíssimo, foi desde o nível de saúde e tudo, porque lá não se paga nada... não se paga remédios, não se paga óculos, não se paga dentes... e aqui paga-se tudo. E nós chegamos a uma situação sem nada, porque nós lá tínhamos todo o conforto, nós não éramos aqueles emigrantes que estavam lá para poupar dinheiro, era para fazer outro tipo de vida. Viemos de lá há 5 anos.

Depois também, o eu ficar sem rendimentos também piorou bastante. Porque alegadamente dizem que eu faltei a uma convocatória, mas o que se passou foi o seguinte: Nós nessa casa onde estávamos, já não pagávamos renda há 4 meses, mais ou menos. Estávamos sem água e estávamos sem luz, até que chegamos a um ponto, pronto, nessa altura houve uma fase em que nós demo-nos mesmo mal e a minha mulher deixou-me ficar, e levou as minhas filhas. Pronto, fiquei só lá na casa, sem água, sem luz, com o senhorio a ir-me sempre todas as semanas lá, pedir-me o dinheiro da renda. Comecei a andar por casa de pessoas amigas. Entretanto nesse período de tempo, os rendimentos iam todos para essa morada e tudo, mas eu nunca levantei nada porque num tava lá, já não tinha, pronto. Quando eu expus esse caso, que ainda num recebi resposta nenhuma, a carta que mandei foi em Julho... cortaram-me simplesmente o rendimento.”

3. LUGARES E NÃO LUGARES

Como caracteriza a sua relação com as pessoas ou instituições que integram a sua comunidade mais próxima, a sua rua ou bairro? (*Perceber se viviam desagarrados; Perceber se se identificam ou não com o lugar onde vivem ou viviam; Identificar as causas que os levam a não se sentirem integrados no lugar onde se encontram, ou encontravam, inseridos).*

R: *“Aqui em Rio-Tinto, adoro mesmo. As pessoas aqui são ótimas. Olhe eu morei no Porto, morei em São Mamede e aqui em Rio-Tinto as pessoas são espetaculares. Eu nunca tive um sítio tão bom como aqui. São pessoas que são mais humanas, como é que hei-de explicar.... Não são de contos e ditos nem, ou seja, as pessoas são todas uma simpatia. Ninguém se mete na vida de ninguém.”*

4. POLÍTICAS ASSISTENCIALISTAS

De que tipo de apoio social goza neste momento para que possa suportar esta situação de falta de meios? Como se sente em relação a esta assistência: é merecida porque tem direito a ela; é necessária porque é apenas uma fase na sua vida; é um apoio normal numa sociedade como a nossa... o que sente? *(Saber que tipos de beneficiários são; Identificar a tipologia de Intervenção; Conhecer as experiências vividas (ou seja, o tipo de fragilidade, de assistência e de marginalidade)).*

R: *“A nível de alimentação, tenho apoio, mas muito sinceramente a mulher não come. Temos o abono delas e a minha esposa recebe o rendimento mínimo. Para renda, água e luz... e vesti-las... aliás eu já não compro roupa pr’aí há dois anos ou três. A mais velhinha é que não percebe, às vezes... a gente aceita tudo, às vezes as pessoas perguntam se não levamos a mal, mas é lógico que podem dar roupa às minhas filhas. Elas na escola têm o escalão A.*

É uma situação pontual. «Tem de ser mesmo, porque eu não consigo viver assim, percebe?! Eu não consigo... Eu não consigo viver assim porque... meu Deus, pronto, porque não consigo mesmo. Não é vida. Viver assim não é viver. Perante esta situação que Portugal atravessa neste momento, eu acho que a ajuda que temos a ter é ótima, pronto é boa. Não nos tem faltado nada. É lógico que nos falta muito, pronto... Não falta nada e falta tudo... mas perante a situação que o país também passa, nós não podemos pedir muito mais. Não sei como é que hei-de explicar...”

5. ESTIGMA

Nesta situação de maior carência, sente-se um cidadão em pleno? É reconhecido como alguém valioso na sua comunidade? Se sim, como ou em quê se traduz esse reconhecimento? Se não, como se manifesta isso? *(Saber se se sente estigmatizado e se sim, em que condição: desacreditado ou desacreditável).*

R: *“Sim, sim. As pessoas aceitaram-nos bem. Muito Bem até. Conseguimos arranjar esta casa por 200€. É um T1. É pequenina, mas é o seguinte, é lindo, é o nosso lar, para nós é algo que é... maravilhoso. Os vizinhos são bons vizinhos... mas... as pessoas sabem que nós recebemos rendimento mínimo, que estou desempregado, mas não sabem que a situação é tão grave. Que estamos na fome. Na Escócia, as pessoas não têm preconceito nenhum. Não há aquela coisa de dizer assim, ai aquela pessoa trabalha nisto ou naquilo, eu já não vou falar... as pessoas na Escócia não falam de ninguém, respeitam-se todos.”*

6. LAÇO SOCIAL

O que faz com que se mantenha ligado a uma comunidade de pertença, rua ou bairro? Acha que estes laços estão mais fortes ou mais fracos nesta situação que vive agora? Porquê? *(Saber*

se se sente integrado na sociedade onde vive; Identificar que tipos de laços mantêm com a comunidade onde estão inseridos).

R: *“Viemos para Rio-Tinto porque foi onde arranjamos a renda mais baixa. Neste momento não temos laços com ninguém. Nós nunca nos relacionamos muito. Como é que hei-de explicar... tivemos pessoas que nos ajudaram e tudo, mas a gente viveu mais pra nós, digamos. Porque é um casamento de 14 anos em que nós sempre vivemos um pr’o outro e pr’as nossas filhas, nunca nos, nunca fomos aquelas pessoas, por exemplo, de ir para casa de outras.”*

7. PROPOSTAS

Se pudesse sugerir uma medida para que volte mais rapidamente a ser autónomo e não precisar de ninguém, o que sugere? Em que medida está disponível para sair desta situação? O que está disposto a fazer?

R: *“É assim, eu quero sair desta situação o mais rápido possível, porque eu num me sinto bem na situação que estou. Nesta fase. De uma maneira ou de outra, nem que vá fazer qualquer trabalho.*

Eu por mim sou bastante sincero, isto era um sonho meu e nem era preciso muito dinheiro, pronto, era um capital inicial para eu abrir um salãozinho, e a minha mulher também ajudava, e nós assim, acho que podíamos ter a nossa autossuficiência, digamos, pr’a começar uma vida nova ou então, eu já não me importa, já, mesmo que não seja a minha área eu quero é trabalhar porque já estou num estado em que desespero mesmo, em que num... pronto quero ter dinheiro para poder dar um conforto mínimo às minhas filhas e não me importo de fazer seja o que for.”

TRANSCRIÇÃO DA ENTREVISTA

Nº7

Sexo feminino, com 49 anos, Divorciada há 2 anos. Não sabe ler nem escrever, nunca frequentou a escola. Tem duma filha de 12 anos que está a frequentar o 2º ano do 2º ciclo do Ensino Básico (6º ano de escolaridade), na escola tem direito ao Escalão B. Encontra-se desempregada sem subsídio de desemprego. Não está a receber Rendimento Social de Inserção – RSI. Recebe abono de família da filha. Tem ajuda do Gabinete de Apoio Integrado. Vive numa casa arrendada. Não tem luz e tem uma ordem de despejo devido ao atraso do pagamento da renda. Está a usufruir de apoio do Programa DÁ –Direto Apoio.

1. POBREZA

Como se sente em relação à situação de maior dificuldade económica que atravessa neste momento? Quer descrever em que consistem as maiores provações por que passa atualmente? *(Identificar o tipo de pobreza predominante que caracteriza o entrevistado).*

R: *“Eu na minha ideia o que me dá vontade era chegar ali e pronto... era meter-me debaixo do comboio. Às vezes a miúda pede-me pão e eu não tenho para lhe dar, também não vou roubar para lhe dar. Ando aqui, tenho casa, mas neste momento está em tribunal, está com ordem de despejo. Nem tenho água, agora já tenho, foram as conferências que me deram dinheiro para eu pagar, foi a Doutora de lá. Vejo a menina a querer alguma coisa e não ter. Às vezes a miúda diz – Oh mãe não tens dinheiro para comprar um pacote de bolachas? Não tenho olha, também não vou pedir.”*

2. EXCLUSÃO SOCIAL

Consegue enumerar, qual foi/é ou quais foram/são os fatores que mais contribuíram/em para a sua situação de precariedade, hoje? *(Levantar, na perceção dos entrevistados, os fatores de maior impacto que poderão contribuir para uma tendência de exclusão).*

R: *“Foi a partir do divórcio. É que ninguém vai em cima dele mas está tudo em nome dele. A renda e a luz... está tudo em nome dele. Eu fiquei com a casa, fiquei e não fiquei porque a casa está tudo em tribunal. É como já me disseram, podem chegar lá hoje e despejar-me, pode ser amanhã...Nada. Ele não dá nada, nada, nada, nada... nem peço.”*

3. LUGARES E NÃO LUGARES

Como caracteriza a sua relação com as pessoas ou instituições que integram a sua comunidade mais próxima, a sua rua ou bairro? *(Perceber se viviam desagarrados; Perceber se se identificam*

ou não com o lugar onde vivem ou viviam; Identificar as causas que os levam a não se sentirem integrados no lugar onde se encontram, ou encontravam, inseridos).

R: “Conheço, conheço. Eu sempre morei aqui. Há 15 anos que moro aqui. Pronto, dou-me... vou ali, vou ali mas prontos não conto a minha vida às pessoas, não é?! Não, não sabem da minha vida, que eu não dou... Eu não sei como é que eu ando. Não sei como é que ando. Muitos já tinham ido.”

4. POLÍTICAS ASSISTENCIALISTAS

De que tipo de apoio social goza neste momento para que possa suportar esta situação de falta de meios? Como se sente em relação a esta assistência: é merecida porque tem direito a ela; é necessária porque é apenas uma fase na sua vida; é um apoio normal numa sociedade como a nossa... o que sente? *(Saber que tipos de beneficiários são; Identificar a tipologia de Intervenção; Conhecer as experiências vividas (ou seja, o tipo de fragilidade, de assistência e de marginalidade)).*

R: “Os apoios que eu tenho é só mesmo a Dra. Irene das conferências. Dá-me algum, salsichas e às vezes um pacotinho de arroz. Não, não tenho direito nenhum. Abono tenho 20€ só. Tem subsídio, se não fosse o subsídio. Onde é que a gente ia comer? Ela tem o escalão B, está com o escalão B. Não sei como é que ela foi para o escalão B. Tenho o programa DÁ, da gente receber aqueles cheques, que vêm todos os meses. Não tenho mais nada. O que tenho é de boa vontade das pessoas, da Dra. Ivone e da Dra. Irene. Mais nada, mesmo. O rendimento mínimo recebi 2 anos. Recebi uma carta, e como não sei ler dei a ler à minha miúda, ela leu uma parte e a outra parte não. E eles pimba, o ano passado já me cortaram.”

5. ESTIGMA

Nesta situação de maior carência, sente-se um cidadão em pleno? É reconhecido como alguém valioso na sua comunidade? Se sim, como ou em quê se traduz esse reconhecimento? Se não, como se manifesta isso? *(Saber se se sente estigmatizado e se sim, em que condição: desacreditado ou desacreditável).*

R: “Acredite que eu tenho vergonha de pedir. Vejo também vergonha em ir pedir.”

6. LAÇO SOCIAL

O que faz com que se mantenha ligado a uma comunidade de pertença, rua ou bairro? Acha que estes laços estão mais fortes ou mais fracos nesta situação que vive agora? Porquê? *(Saber se se sente integrado na sociedade onde vive; Identificar que tipos de laços mantém com a comunidade onde estão inseridos).*

R: “Nem quero que saibam. Pra quê? A gente fala de nós passado um tempo já estão no serrote a dizer mal das pessoas. E o que tenho guardado para mim. Tenho tudo guardado. Não tenho amigos.”

7. PROPOSTAS

Se pudesse sugerir uma medida para que volte mais rapidamente a ser autónomo e não precisar de ninguém, o que sugere? Em que medida está disponível para sair desta situação? O que está disposto a fazer?

R: “Num estou disposta a fazer... num queria ficar sem casa. Se lá... Ir trabalhar. Não queria mais nada sem ser isso. Ter trabalho... mas não há trabalho. De 15 em 15 dias vou trabalhar, vou à Dra. Irene, vou limpar uma capelinha, dá-me 10€.

Voltar à escola não. Não tenho paciência para estar ali parada. Se houvesse eu ia. Como já disse á Dra. Ivone também, se houvesse um curso que eu tivesse benefícios... agora assim... não há nada. Elas sabem disso, eu se tivesse alguma coisa...

Queria trabalhar. Para ver se resolvia a minha vida. O que eu queria era ser independente e não depender de ninguém.

Neste momento sabe o que eu queria? Se não fosse a miúda? Era matar-me... fazer como fazem muitos e prontos... mais nada.

TRANSCRIÇÃO DA ENTREVISTA

Nº8

Sexo feminino, com 54 anos, solteira. Frequentou o 3º ano do 1º ciclo do Ensino Básico (3ºano de escolaridade). Encontra-se desempregada sem subsídio de desemprego. Não está a receber Rendimento Social de Inserção – RSI, terminou em Agosto do presente ano. Tem ajuda no Gabinete de Apoio Integrado. Vive numa casa arrendada. Viveu com uma irmã, mas o cunhado era violento e obrigou-a a sair de casa deles. Como na altura trabalhava, numa fábrica onde se produzia molas de madeira, decidiu arrendar uma casa – T0. Ficou desempregada, esteve a receber subsídio de desemprego e Rendimento Social de Inserção. Neste momento, já não recebe nenhum subsídio. Está a usufruir de apoio do Programa DÁ –Direto Apoio.

1. POBREZA

Como se sente em relação à situação de maior dificuldade económica que atravessa neste momento? Quer descrever em que consistem as maiores provações por que passa atualmente? *(Identificar o tipo de pobreza predominante que caracteriza o entrevistado).*

R: *“Detesto. Sinto-me triste. Vestuário não tenho, roupa para eu vestir não tenho. Vestuário é a roupa que eu tinha, roupa que tinha e tenho, tenho as calças de ganga todas rotas. Com a alimentação é a Câmara que me dá dinheiro, o cheque para fazer compras, mais nada, não tenho mais nada. Pago 200€ de renda. É um apartamento. Nem tem quarto nem nada.”*

2. EXCLUSÃO SOCIAL

Consegue enumerar, qual foi/é ou quais foram/são os fatores que mais contribuíram/em para a sua situação de precariedade, hoje? *(Levantar, na perceção dos entrevistados, os fatores de maior impacto que poderão contribuir para uma tendência de exclusão).*

R: *“Eu desde sempre trabalhei, estava a viver com uma irmã. Vivi com a minha irmã 20 anos. Depois o meu cunhado zangava-se com ela, e então vingava-se em mim e nas filhas e disse, chegou a uma altura, uma altura, várias vezes, só que eu não tinha para onde ir, tinha que me sujeitar, não era?! Um dia disse-me que tinha de me ir embora. Botou-me o braço, que até me pisou o braço, e disse para me ir embora, que não me queria lá. Que tinha de arranjar para onde ir. Arranjei uma casita, nessa altura trabalhava, arranjei um barraquito.*

A fábrica fechou, fui para o fundo de desemprego, acabou o fundo de desemprego fui pró Rendimento Mínimo, agora acabou, agora já não tenho nada.”

3. LUGARES E NÃO LUGARES

Como caracteriza a sua relação com as pessoas ou instituições que integram a sua comunidade mais próxima, a sua rua ou bairro? (*Perceber se viviam desagarrados; Perceber se se identificam ou não com o lugar onde vivem ou viviam; Identificar as causas que os levam a não se sentirem integrados no lugar onde se encontram, ou encontravam, inseridos*).

R: “A minha cabeça está muito fraca. Muito. Já passei muito. Passei muito. Andar a saltitar... Eu merecia, se houvesse, uma pessoa... Que eu sou muito boa pessoa, sou muito mole. Eu precisava de uma pessoa, para conbibo, para conbiber. Eu num conbibo com ninguém. Não conbibo.”

4. POLÍTICAS ASSISTENCIALISTAS

De que tipo de apoio social goza neste momento para que possa suportar esta situação de falta de meios? Como se sente em relação a esta assistência: é merecida porque tem direito a ela; é necessária porque é apenas uma fase na sua vida; é um apoio normal numa sociedade como a nossa... o que sente? (*Saber que tipos de beneficiários são; Identificar a tipologia de Intervenção; Conhecer as experiências vividas (ou seja, o tipo de fragilidade, de assistência e de marginalidade)*).

R: “O apoio é só esse da Câmara. Já pedi dinheiro emprestado para pagar a renda, já devo dinheiro a uma moça que me emprestou para pagar a renda. Quem pagou a luz foram as conferências. Recebi até 1 de Agosto Rendimento mínimo e daí já não recebi mais nada, porque acabou o prazo. Acabou o tempo que tinham para dar, acabou, não me deram mais nada.”

5. ESTIGMA

Nesta situação de maior carência, sente-se um cidadão em pleno? É reconhecido como alguém valioso na sua comunidade? Se sim, como ou em quê se traduz esse reconhecimento? Se não, como se manifesta isso? (*Saber se se sente estigmatizado e se sim, em que condição: desacreditado ou desacreditável*).

R: “Sim, acho que sim. Sim. Eu nem conto da minha vida a ninguém porque tenho vergonha. contei uma vez, que cheguei a casa e tinha a porta aberta. Cheguei a casa tinha a porta aberta. Roubaram-me um bocadinho de ouro que tinha. E não levaram mais nada porque... eu tenho vergonha... as pessoas podiam não entender e começar a falar de mim.”

6. LAÇO SOCIAL

O que faz com que se mantenha ligado a uma comunidade de pertença, rua ou bairro? Acha que estes laços estão mais fortes ou mais fracos nesta situação que vive agora? Porquê? (*Saber*

se se sente integrado na sociedade onde vive; Identificar que tipos de laços mantêm com a comunidade onde estão inseridos).

R: “*Eu sinto-me triste. Eu entro e saio num... num... não falo com ninguém. A única coisa que tenho é essa amiga, essa minha amiga tem-me emprestado dinheiro para pagar a renda, já há dois meses, e para pagar a água e mais nada. Não falo com ninguém.*”

7. PROPOSTAS

Se pudesse sugerir uma medida para que volte mais rapidamente a ser autónomo e não precisar de ninguém, o que sugere? Em que medida está disponível para sair desta situação? O que está disposto a fazer?

R: “*Era preciso dinheiro. Se eu arranjasse trabalho, eu sempre trabalhei. Qualquer tipo... eu já me inscrevi no emprego numa empresa e tudo, até foi a minha amiga que me inscreveu pela internet, teve a pesquisar na internet e ligou-me e tudo.*

Eu já arranjei uma horas, uma senhora mandou-me limpar a cozinha... oh menina a cozinha patinava-se de gordura. Eu disse: - Oh minha senhora podia ter dito que eu vinha para aqui, eu trazia uma coisa velha para me meter aqui em cima. Limpei-lhe a cozinha e depois ela disse-me que já não precisava mais de mim. Pois apanhou-se com a cozinha limpa, já não precisa mais de mim. Pagou-me e disse que já não precisava mais de mim!

Eu cabeça para estudar, não tenho cabeça. Queria arranjar emprego. Para ser independente de toda a gente. Mas, sou nova para a reforma e sou velha para trabalhar.”

TRANSCRIÇÃO DA ENTREVISTA

Nº9

Sexo masculino, com 74 anos, casado. Tem duas filhas, uma de 50 anos e outra de 40, mas já não vivem com ele. Tem o 4º ano de escolaridade. Está reformado por velhice, assim como a sua esposa. As reformas são baixas. Emigrou para a Alemanha mas só lá esteve um ano, regressou porque não conseguia estar longe das filhas e da esposa. Por motivos de doença teve que comprar um carro com caixa automática especial, mas devido à subida da taxa de juros, grande parte da sua reforma é para o empréstimo do carro, ficando com muitas dificuldades económicas, para fazer face às despesas do dia-a-dia. Não paga renda, mas mesmo assim as dificuldades são muitas. Trabalhou desde os 10 anos e nunca pensou que viesse a passar dificuldades.

1. POBREZA

Como se sente em relação à situação de maior dificuldade económica que atravessa neste momento? Quer descrever em que consistem as maiores provações por que passa atualmente? (Identificar o tipo de pobreza predominante que caracteriza o entrevistado).

R: *“Sinto-me muito triste, porque não tenho dinheiro pró meu estado, não tenho dinheiro para os medicamentos, que não os tomo todos, o dinheiro que recebo da reforma é para entregar ao carro, eu tenho 513 € de reforma, 465 vão para o carro. Pagando o gasóleo e eu faço reabilitação física diária, faço ginástica de manhã e à tarde fisioterapia porque tenho atrofiamento muscular no membro inferior esquerdo e não posso parar. Dos 100 € que sobram é para pagar o gasóleo e seguro, por isso a minha mulher governa-se com 246 € por mês. Não chega. Comemos sopinha ao meio dia, comemos sopinha à noite, comemos sopinha ao meio dia, comemos sopinha à noite e ficámos por aí. Roupa não se compra, calçado não se compra, o meu ouro, o meu relógio, a minha pulseirinha, a minha aliança, tudo o que era meu, no dela não mexi, porque ela diz que não tem nada a ver com isso, o meu foi tudo. Por conseguinte eu tenho passado momentos que não contava. Pronto, não estou a dizer que até não haja pessoas piores, que isto está muito mau, está muito mau, para alguns está muito mau. É a alimentação, o vestuário... o que eu tenho ainda comprei em bom tempo, a medicação, a manutenção da casa, tudo bem essenciais.”*

2. EXCLUSÃO SOCIAL

Consegue enumerar, qual foi/é ou quais foram/são os fatores que mais contribuíram/em para a sua situação de precariedade, hoje? (Levantar, na percepção dos entrevistados, os fatores de maior impacto que poderão contribuir para uma tendência de exclusão).

R: *“O que me levou a esta situação foi ficar desempregado. Eu trabalhava e vivia bem. Eu tinha a minha reforma de 500 €, trazia mais 600 do meu emprego, distribuía azeite Vila Flor. Trabalhava muito mas esses 600 € que eu tinha por mês ajudavam bastante, levava uma vida faustosa mas era uma vida, ...levava a vida bem. E eu comprei carro, porque eu tinha carro só que quando fui à junta médica eles tiraram-me a carta, tiraram-me a carta e só podia conduzir carros de transmissão automática. E em vez de me dar o papel para comprar o carro com o desconto que agora tenho, mas já não adianta nada. Fui obrigado a mudar de carro normal para ter um carro automático porque a perna esquerda não mexe. Por isso é que eu fiz crédito.*

Eu fiquei desempregado em Janeiro de 2009. E daí pr'aqui fui operado à coluna, tinha 3 vértebras esmagadas trambolhão que dei, estava sujeito a não poder fazer as minhas necessidades, fui operado à coluna e depois de ser operado à coluna foi atrofiamento muscular da perna esquerda. Tenho a perna de um bebé, fininha, não tem músculo.”

3. LUGARES E NÃO LUGARES

Como caracteriza a sua relação com as pessoas ou instituições que integram a sua comunidade mais próxima, a sua rua ou bairro? *(Perceber se viviam desagarrados; Perceber se se identificam ou não com o lugar onde vivem ou viviam; Identificar as causas que os levam a não se sentirem integrados no lugar onde se encontram, ou encontravam, inseridos).*

R: *“Eu disse à Senhora Doutora que vou escrever ao 1º Ministro e ao Presidente da República, eu escrevo bem. Eu escrevi ao Presidente da República e passado uns tempos a ação Social deu-me 150€/mês mas disse que era eventual, que a qualquer momento... era apoio por causa do carro. Depois passado dias passou para 75 € e eu escrevi outra vez ao Senhor Primeiro Ministro, ao Doutor Passos Coelho, escrevi-lhe, mandei-lhe o meu ordenado, o que eu ganhava, o que pagava de carro e o que é que ficava para comer e então aquele Ministro da lambreta escreveu-me e disse: Verificámos a sua situação e compreendemos bem a sua maneira...até hoje.*

Uma relação boa. Não tenho más relações com ninguém. Graças a Deus. Eu fui bem educado. Nasci no Porto, cresci no Porto e sou do FCP. Dou-me bem graças a Deus. Não tenho problemas com ninguém. Olhe Senhora Doutora, eu acho que não, não me imagino a sair daqui. Eu tenho uma casa muito bonita, sou eu que limpo a casa. Não pago renda. Estou lá há 28 anos. Mas não posso dizer a ninguém que moro lá ou que a casa é minha porque eu não tenho papel nenhum a dizer isso.”

4. POLÍTICAS ASSISTENCIALISTAS

De que tipo de apoio social goza neste momento para que possa suportar esta situação de falta de meios? Como se sente em relação a esta assistência: é merecida porque tem direito a ela; é necessária porque é apenas uma fase na sua vida; é um apoio normal numa sociedade como a

nossa... o que sente? (Saber que tipos de beneficiários são; Identificar a tipologia de Intervenção; Conhecer as experiências vividas (ou seja, o tipo de fragilidade, de assistência e de marginalidade).

R: “Tenho 75€ da ação Social, mas que a qualquer momento fico sem eles. Não tenho mais nada. E a minha reforma do ordenado. Tenho 513 € de reforma, 246 € da minha mulher. Eu não me quero meter com as minhas filhas. Eu tenho uma filha que está mais ou menos, mas tenho outra que está muito à rasca, muito à rasca. As minhas filhas não me podem ajudar.

Eu comecei a trabalhar aos 10 anos, trabalhei até aos 69, tenho uma vida de trabalho, eles ajudam mais os que não trabalham do que aqueles que trabalharam. Não tenho direito ao rendimento mínimo porque sou reformado. Nós não somos tratados como seres humanos.”

5. ESTIGMA

Nesta situação de maior carência, sente-se um cidadão em pleno? É reconhecido como alguém valioso na sua comunidade? Se sim, como ou em quê se traduz esse reconhecimento? Se não, como se manifesta isso? (Saber se se sente estigmatizado e se sim, em que condição: desacreditado ou desacreditável).

R: “Não. Sou uma pessoa que anda à deriva. Não me sinto pleno de nada.

Sim. Eu fui louvado na tropa, fui louvado no 1º de Janeiro, fui louvado quando o Papa veio cá em 82, fui eu que fiz o serviço do Papa em Lisboa. Sinto-me revoltado.

Eu sei que as pessoas me reconhecem porque eu fui um trabalhador nato, que trabalhei muito e que agora olhe...estou à rasca. Sabem, sabem. Eu penso que as pessoas é que não ligam nenhuma. Eu tenho um grande problema é o ter carro “ mas tem carro, oh...mas tem carro, mas tem carro”. É o que as pessoas dizem. O carro é essencial. Preciso dele. Penso que não vai acabar o mundo, não vai de certeza, se eu tiver que ficar sem casa e não ir a tratamentos, não vou, que é que eu hei-de fazer?”

6. LAÇO SOCIAL

O que faz com que se mantenha ligado a uma comunidade de pertença, rua ou bairro? Acha que estes laços estão mais fortes ou mais fracos nesta situação que vive agora? Porquê? (Saber se se sente integrado na sociedade onde vive; Identificar que tipos de laços mantém com a comunidade onde estão inseridos).

R: “ O que é que eu posso dizer. Eu mantenho relação com muitas pessoas mas de qualquer maneira, o meu trabalho dedica-se à vidinha de casa, porque quem faz o trabalho de casa sou eu. Eu é que sou a mulher de casa.

Não tenho problema nenhum. Toda a gente se dá bem comigo. Não tenho problemas com ninguém. Não participo em nada porque eu tenho o meu tempo todo tomado todo o dia em casa. Eu levanto-me em casa e de manhã dou o pequeno-almoço à Maria, tomo o meu pequeno-almoço, a cozinha arrumo-a logo e depois, às vezes deito-me um bocadinho para descansar, depois levanto-me, dou uma ajeitadinha à casa, depois trato da roupa...É bom dia e boa tarde e pouco mais.”

7. PROPOSTAS

Se pudesse sugerir uma medida para que volte mais rapidamente a ser autónomo e não precisar de ninguém, o que sugere? Em que medida está disponível para sair desta situação? O que está disposto a fazer?

R:” Se eles me baixassem a prestação para 200€, eu aí já conseguia aguentar. Já não pedia mais nada.”

TRANSCRIÇÃO DA ENTREVISTA

Nº10

Sexo feminino, com 50 anos, divorciada. Frequentou o ensino superior – concluiu o Bacharelato em TIC (Tecnologias da Informação e Comunicação). É trabalhadora por conta de outrem - TCO. Tem um filho de 27 anos, que completou o ensino secundário, vive com ela e tem um trabalho em Par-time, como gestor de loja. Vive também com ela e com o filho, um companheiro, tem o mestrado em Sociologia e também é TCO – (trabalhador por conta de outrem). Tem empréstimo da casa, do carro e outros empréstimos que adquiriu quando descobriu que tinha cancro nos ovários. Nessa altura o marido não lhe deu o apoio que ela precisava, conheceu outra pessoa e pediu o divórcio. A entrevistada, neste momento, está com dificuldades em pagar todos os empréstimos, devido á subida da taxa de juro, mesmo tendo ajuda do companheiro e do filho.

1. POBREZA

Como se sente em relação à situação de maior dificuldade económica que atravessa neste momento? Quer descrever em que consistem as maiores provações por que passa atualmente? (Identificar o tipo de pobreza predominante que caracteriza o entrevistado).

R: “As maiores provações neste momento são reduzir as despesas de alimentação o máximo possível, neste momento evito almoçar fora constantemente, em termos também de medicação evito... que eu tomava medicamentos para manter o aspeto físico e evito a compra desses medicamentos, evitei as idas ao ginásio... uma série de coisas que tive de cortar. Não saio tanto aos fins de semana, privamo-nos disso, pronto, foi uma mudança radical. Abdicamos de muita coisa. Idas para o estrangeiro, idas ao cinema, visitas de estudo... Pronto, deixamos de fazer.”

2. EXCLUSÃO SOCIAL

Consegue enumerar, qual foi/é ou quais foram/são os fatores que mais contribuíram/em para a sua situação de precariedade, hoje? (Levantar, na perceção dos entrevistados, os fatores de maior impacto que poderão contribuir para uma tendência de exclusão).

R: “Uma das causas que contribuiu mais foi que eu tive um cancro e precisei de obter um empréstimo para fazer a operação rapidamente, uma vez que no público ainda estava em lista de espera e não sabia quando é que... é que ainda estava no início, não sabia quando é que eventualmente poderia ser operada. Entretanto recorri ao Arrábida, recorri a um empréstimo precisamente para pagar essa operação. A partir daí precisei também de fazer tratamentos de quimio, etc... e também adquirir mais empréstimos. Entretanto houve conflitos entre o casal, da parte dele não havia o apoio para, e também não estava muito motivado, para acompanhar a situação da

evolução da doença, etc... entretanto teve uma companheira, mudou, e deixei de ter o apoio dele quer a nível pessoal quer a nível financeiro e pronto... um acréscimo de situações muito complicadas. E o divórcio piorou.

3. LUGARES E NÃO LUGARES

Como caracteriza a sua relação com as pessoas ou instituições que integram a sua comunidade mais próxima, a sua rua ou bairro? *(Perceber se viviam desagarrados; Perceber se se identificam ou não com o lugar onde vivem ou viviam; Identificar as causas que os levam a não se sentirem integrados no lugar onde se encontram, ou encontravam, inseridos).*

R: *“Não estou totalmente integrada, porque há muita coisa que eu gostaria de fazer. As pessoas às vezes questionam porque é que não aparecemos, mas eu não digo porquê.”*

4. POLÍTICAS ASSISTENCIALISTAS

De que tipo de apoio social goza neste momento para que possa suportar esta situação de falta de meios? Como se sente em relação a esta assistência: é merecida porque tem direito a ela; é necessária porque é apenas uma fase na sua vida; é um apoio normal numa sociedade como a nossa... o que sente? *(Saber que tipos de beneficiários são; Identificar a tipologia de Intervenção; Conhecer as experiências vividas (ou seja, o tipo de fragilidade, de assistência e de marginalidade)).*

R: *“Nada. Nós conseguimos com os nossos rendimentos sobreviver. Não temos apoio de ninguém. O meu companheiro atual participa também nas despesas. O meu filho também dá. Só que ele ganha muito pouquinho. Mas é uma ajuda. Eu acho que sim, que será uma situação pontual e que vou conseguir sair dela.”*

5. ESTIGMA

Nesta situação de maior carência, sente-se um cidadão em pleno? É reconhecido como alguém valioso na sua comunidade? Se sim, como ou em quê se traduz esse reconhecimento? Se não, como se manifesta isso? *(Saber se se sente estigmatizado e se sim, em que condição: desacreditado ou desacreditável).*

R: *“Não. Acho que não porque estou muito limitada, em muita coisa. As pessoas não sabem da minha situação, que eu não conto. Se calhar olhavam de forma diferente, se calhar com pena, ou... não sei. É uma coisa que eu evito falar, Até esta situação estar regularizada.*

Sim, por alguns colegas no emprego. E por alguns colegas da Universidade, sou muitas vezes sou contactada para ajudar em determinados projetos, e isso é bom. E mesmo ao nível internacional, tenho colegas meus que estão na Alemanha e também de vez em quando ligam a pedir ajuda.”

6. LAÇO SOCIAL

O que faz com que se mantenha ligado a uma comunidade de pertença, rua ou bairro? Acha que estes laços estão mais fortes ou mais fracos nesta situação que vive agora? Porquê? (Saber se se sente integrado na sociedade onde vive; Identificar que tipos de laços mantém com a comunidade onde estão inseridos).

R: *“É a atividade profissional que faz com que me mantenha ligada. São os laços profissionais. A nossa vida privada eu não conto.”*

7. PROPOSTAS

Se pudesse sugerir uma medida para que volte mais rapidamente a ser autónomo e não precisar de ninguém, o que sugere? Em que medida está disponível para sair desta situação? O que está disposto a fazer?

R: *“Olhe, uma coisa que eu já mais voltaria a fazer era contrair empréstimos. Foi um erro grande. Acho que eu até tinha pessoas amigas, tinha familiares com posses e, pronto, escusava de ter recorrido a essas instituições financeiras para estar a pagar agora juros... jamais faria isso. Isso não.”*

Há muita gente nesta situação, eu acho que vão ter de mudar esta situação. Os bancos vão ter que alterar isto, porque correm o risco de haver uma redução completa, porque as pessoas deixam de ter, ainda por cima agora com a troika, vão deixar de ter poder de compra. A economia vai estagnar. Na minha opinião, uma das medidas passa pela reestruturação das taxas de juros, do alargamento dos prazos... de certeza absoluta que eles vão ter de repensar, porque há muita gente que vai deixar de pagar e eu já estou asfíxiada também. Porque os juros estão elevadíssimos. Tenho ainda empréstimo da casa e do carro. E ainda os da Cofidis. Por cada mês que eu atrase pago quase o dobro em juros. É muito complicado.

TRANSCRIÇÃO DA ENTREVISTA

Nº11

Sexo feminino, com 49 anos, casada. Completou 2º ciclo do Ensino Básico (6º ano de escolaridade), e diz que gostava de completar o 3º ciclo (9º ano de escolaridade). Tem 3 filhas, de 30 anos que já não faz parte do agregado familiar, de 24 e de 15 anos. A de 24 anos é trabalhadora estudante, frequenta o ensino Superior, a de 15 anos frequenta o 10ºano. Vive numa casa alugada, já teve casa própria e carro mas teve de “entregar” porque não conseguiu pagar. Deixou de trabalhar devido a problemas de saúde. Neste momento encontra-se desempregada sem subsídio.

1. POBREZA

Como se sente em relação à situação de maior dificuldade económica que atravessa neste momento? Quer descrever em que consistem as maiores provações por que passa atualmente? *(Identificar o tipo de pobreza predominante que caracteriza o entrevistado).*

R: *“O que sinto mais falta é dinheiro suficiente para sustentar a casa. Ora por tanto, para comer, que às vezes não chega, preciso pedir ajuda à minha filha e às vezes à minha mãe e à sogra porque o meu marido o que ganha, pronto, é pouco. Praticamente é só alimentação, mais de resto a gente não tem vaidades nenhuma. Por exemplo tenho uma conta para pagar atrasada de água. Pago 300€ de renda. E para ajuda para vestir as minhas filhas, dar às minhas filhas aquilo que não têm. Tenho uma filha com 15 anos, boa aluna, excelente aluna e não posso dar aquilo que ela quer. Medicação eu tenho grátis, não pago medicação.*

2. EXCLUSÃO SOCIAL

Consegue enumerar, qual foi/é ou quais foram/são os fatores que mais contribuíram/em para a sua situação de precariedade, hoje? *(Levantar, na perceção dos entrevistados, os fatores de maior impacto que poderão contribuir para uma tendência de exclusão).*

R: *“Foi ficar sem trabalhar e o meu marido ganhar pouco e saúde. Foi isso. Até 2000 eu trabalhava. Trabalhei sempre, mais o meu marido, até compramos casa. Trabalhava, compramos casa depois tive que entregar a casa ao banco porque eu fiquei doente. Fiquei com um tumor no cérebro. Fui operada já duas vezes. Depois deram-me a reforma, depois da reforma cortaram-me a reforma e tive que entregar a casa ao banco e tive que alugar. Aí já foi descer... estávamos mais ou menos, até comprei caro e entreguei caro, entreguei tudo.”*

3. LUGARES E NÃO LUGARES

Como caracteriza a sua relação com as pessoas ou instituições que integram a sua comunidade mais próxima, a sua rua ou bairro? *(Perceber se viviam desagarrados; Perceber se se identificam*

ou não com o lugar onde vivem ou viviam; Identificar as causas que os levam a não se sentirem integrados no lugar onde se encontram, ou encontravam, inseridos).

R: *“É bom dia e Boa tarde. Eu dou-me bem. Só moro ali há dois anos. É Bom dia e Boa tarde e sempre a andar. Não dá para muitas confianças. Não sinto que o bairro ode moro se identifique comigo. De forma alguma. Já tive bom relacionamento com os vizinhos na outra casa, nesta não. Nesta estou distante.”*

4. POLÍTICAS ASSISTENCIALISTAS

De que tipo de apoio social goza neste momento para que possa suportar esta situação de falta de meios? Como se sente em relação a esta assistência: é merecida porque tem direito a ela; é necessária porque é apenas uma fase na sua vida; é um apoio normal numa sociedade como a nossa... o que sente? *(Saber que tipos de beneficiários são; Identificar a tipologia de Intervenção; Conhecer as experiências vividas (ou seja, o tipo de fragilidade, de assistência e de marginalidade)).*

R: *“Nenhum. Abono tenho da miúda. Não tenho mais nada. Cortaram-me tudo. E não recebo nada. Eu acho que devia ter direito ao rendimento mínimo, já tentei e não me dão por causa do ordenado do meu marido e ordenado do meu marido não dá para nada. Mas como são acima de 600€, são 650€, já não tive direito. Já tentei várias vezes. Também já fui á AMI e também não tive direito. E eu vejo pessoas, às vezes revolta-me, porque vejo pessoas que trabalham os dois, trabalham os filhos e têm direito e eu não consigo. Já tentei e não consigo. Também entreguei os papéis na batalha, mas até hoje nunca fui chamada. Como é que os outros têm direito e eu não, só porque o homem trabalha, eu não entendo. Eu tenho vizinhas minhas, que a gente vê, recebem rendimentos mínimos, e ainda trabalham os dois, e têm dois carros, cada qual tem o seu carro e vão buscar compras, vêm cabazes de mercearia... eu não entendo. Na escola a minha filha, nem tem direito a nada, nem isso. Depois fui fazer um curso, o 6º ano, tirei o curso de bordados. Ainda tentei trabalhar bordados pra fora, mas isso é uma coisa que não dá nada. A melhorar não estou a ver. Está difícil. Cada vez vai piorar. Eu acho. Eu já tentei suicídio duas vezes.”*

5. ESTIGMA

Nesta situação de maior carência, sente-se um cidadão em pleno? É reconhecido como alguém valioso na sua comunidade? Se sim, como ou em quê se traduz esse reconhecimento? Se não, como se manifesta isso? *(Saber se se sente estigmatizado e se sim, em que condição: desacreditado ou desacreditável).*

R: *“Não... Falta muita coisa. Ninguém sabe da nossa situação. A parte da família família, que não é família, sabem, os vizinhos não sabe de nada. Eu acho que iam olhar para nós de forma diferente...acho que sim. Eu, é Bom dia e boa tarde, nem olho as pessoas muitas vezes. Não quero confusões. Estou bem sozinha em casa.”*

6. LAÇO SOCIAL

O que faz com que se mantenha ligado a uma comunidade de pertença, rua ou bairro? Acha que estes laços estão mais fortes ou mais fracos nesta situação que vive agora? Porquê? (Saber se se sente integrado na sociedade onde vive; Identificar que tipos de laços mantém com a comunidade onde estão inseridos).

R: *“Família não tenho muita. Sabe que eu não fui criada com a minha mãe, nem com o meu pai. Não tenho mãe, não tenho pai... Não tenho... eu tenho, tenho o nome dela mas não tenho o nome do pai, é incógnito. Mas não conheço nem mãe nem pai. Fui criada por um casal. Esse casal depois teve filhos e começou-me a arrumar. Eu trabalhava fora, trabalhava, trabalhava em casa para eles, trabalhava fora e entregava o meu ordenado, que nem era eu que o recebia, que era ela que o ia receber. Depois encontrei o meu marido e olhe, até casei para sair de lá. Também me casei porque também gostava, mas queria sair dali. Acelarei o processo para casar mais cedo, senão, não tinha casado tão cedo. Mas sim, tenho os meus sobrinhos da parte deles, que sempre se deram bem comigo. Eles para mim estão a fugir todos. Afastaram-se. A relação ficou mais fraca. E abandonaram mais.”*

7. PROPOSTAS

Se pudesse sugerir uma medida para que volte mais rapidamente a ser autónomo e não precisar de ninguém, o que sugere? Em que medida está disponível para sair desta situação? O que está disposto a fazer?

R: *“Era trabalhar. Porque eu andei na escola e ganhava bem. Que eram aquelas formações da União Europeia. Andava a estudar. Aprendi. Fui das melhores alunas. Adorei. Nunca me deixaram estudar. Queria fazer o 9º ano, só que diz que não há cursos, agora. Já me inscrevi para geriatria já me inscrevi para acção educativa. Geriatria eu gosto. E mesmo de estudar. Eu aprendi muita coisa. Toda a gente dizia que eu não era capaz, o meu marido chamava-me burra. Até as minhas filhas diziam que eu não era capaz. Tirei a 4ª classe e mal, mas elas não compreendem que era porque também não me deixavam. Eu chegava a casa e não podia fazer os deveres, tinha de limpar a casa. Agora quando fui, trouxe a nota máxima. Fui a melhor da turma, ficaram admirados. Porque eu fiz de propósito, a estudar, a estudar para não me chamarem de burra. E gostei. Adorei. E queria fazer 9º ano, só tenho pena é de não haver. Acho que com mais estudos, emprego consiga. Eu gosto de trabalhar, só que para qualquer coisa que eu faça muito forçada desmaio e dá-me ataques. Trabalhei sempre em cafés. Trabalhava sábados, domingos...trabalhei no aeroporto, a fazer limpezas. Queria uma formação em geriatria e um emprego num lar. É uma coisa que eu gosto é de olhar por pessoas da 3ª idade. Mesmo que pagassem mal, eu ia. Por 200€ eu já ia para um lar. Eu queria era trabalhar num lar.”*

TRANSCRIÇÃO DA ENTREVISTA

Nº12

Sexo Feminino, com 54 anos de idade, casada, frequentou o 3º ano do 3º ciclo do ensino básico (9º ano de escolaridade). Tem duas filhas, uma de 30 anos com o curso superior de português/inglês e outra de 28 anos de idade com o curso técnico de secretariado. O marido tem, 62 anos de idade e é reformado por invalidez. Encontra-se desempregada embora preste serviço doméstico (trabalha as horas) em casas particulares. Afirma que pertenciam à classe média alta. Era empresária em nome individual, ela e o marido exploravam uma ourivesaria no Porto. Com a crise, deixaram de pagar às finanças e tiveram de entregar o estabelecimento comercial e a casa.

1. POBREZA

Como se sente em relação à situação de maior dificuldade económica que atravessa neste momento? Quer descrever em que consistem as maiores provações por que passa atualmente? (Identificar o tipo de pobreza predominante que caracteriza o entrevistado).

R: “Foi um choque brutal! Uma dor que ainda hoje perdura, não se esquece, é impossível! Já passei fome. Já me vi sem dinheiro para ir a uma simples consulta ao posto médico, para pagar a taxa moderadora que são mais ou menos 3€... A minha filha mais velha arranhou um part-time num pronto-a-vestir e a mais nova, teve de arranjar um emprego e abandonou os estudos. O meu marido é reformado por invalidez tem uma reforma pequena, não ultrapassa os 300 € mensais. O dinheiro que temos é para a renda da casa, para os transportes e o pouco que sobra para a alimentação dos 4. Tenho tido momentos muito complicados. Momentos desesperantes....

2. EXCLUSÃO SOCIAL

Consegue enumerar, qual foi/é ou quais foram/são os fatores que mais contribuíram/em para a sua situação de precariedade, hoje? (Levantar, na perceção dos entrevistados, os fatores de maior impacto que poderão contribuir para uma tendência de exclusão).

R: “Ora bem, nós pertencíamos à classe média alta. As minhas filhas sempre frequentaram colégios particulares, tinham aulas de ballet, piano, violino... Gozávamos férias no estrangeiro, vestíamos bem era roupas de marca, joias... andávamos sempre em festas sociais... Eu era empresária em nome individual, juntamente com o meu marido tínhamos uma ourivesaria no Porto. O negócio do ouro, em especial as ourivesarias começaram a entrar em crise, e a minha não foi exceção. Os clientes não pagaram e eu não tinha como pagar aos fornecedores, era um ciclo vicioso. Até que tudo se desmoronou com um processo executivo das finanças. Ficamos sem o estabelecimento comercial e sem a nossa casa, onde morávamos com a nossa filha mais nova. Tivemos de ir viver

com a minha filha mais velha, que estava a terminar o ensino superior e que vivia sozinha, num apartamento T0 no Porto, desde finais de 1998. Como se não bastasse alguns fornecedores, começaram também a reagir judicialmente e intentaram ações executivas contra mim, como eu estava já viver com a minha filha mais velha, as penhoras caíram em todos os bens que a ela tinha... no apartamento T0, presumiram que os bens eram de quem lá vivia. Nesse caso dos nossos. Como não existem faturas da compra dos mesmos, pois muita coisa foi dada na altura por nós e amigos, não conseguiu provar que os bens eram dela, e ficamos sem nada, apenas colchões, frigorífico e fogão. De resto faltava tudo.”

3. LUGARES E NÃO LUGARES

Como caracteriza a sua relação com as pessoas ou instituições que integram a sua comunidade mais próxima, a sua rua ou bairro? (*Perceber se viviam desagarrados; Perceber se se identificam ou não com o lugar onde vivem ou viviam; Identificar as causas que os levam a não se sentirem integrados no lugar onde se encontram, ou encontravam, inseridos).*

R: *“De repente ficamos sem nada, sem amigos, sem apoio de ninguém... temos os nossos trabalhos e mais nada.”*

4. POLÍTICAS ASSISTENCIALISTAS

De que tipo de apoio social goza neste momento para que possa suportar esta situação de falta de meios? Como se sente em relação a esta assistência: é merecida porque tem direito a ela; é necessária porque é apenas uma fase na sua vida; é um apoio normal numa sociedade como a nossa... o que sente? (*Saber que tipos de beneficiários são; Identificar a tipologia de Intervenção; Conhecer as experiências vividas (ou seja, o tipo de fragilidade, de assistência e de marginalidade).*

R: *“Não temos nenhuma ajuda social. Vivemos num T2 arrendado em nome das minhas filhas. Em média recebemos, os 4, cerca de 1500€ por mês e desse rendimento, temos de pagar renda e todas as despesas da casa e ainda estamos a pagar as dívidas antigas de finanças e fornecedores, para tentarmos reaver os bens móveis da nossa filha que foram penhorados. Pagamos, em prestações mensais. Não sobra dinheiro nenhum... Mas já vemos uma luz ao fundo do túnel.”*

5. ESTIGMA

Nesta situação de maior carência, sente-se um cidadão em pleno? É reconhecido como alguém valioso na sua comunidade? Se sim, como ou em quê se traduz esse reconhecimento? Se não, como se manifesta isso? (*Saber se se sente estigmatizado e se sim, em que condição: desacreditado ou desacreditável).*

R: “Não. Não me sinto uma cidadã plena. Não era esta a vida que queria para a minha família. E não gosto de estar nesta situação. As pessoas que se diziam amigas desapareceram...já não nos vêm como amigos.”

6. LAÇO SOCIAL

O que faz com que se mantenha ligado a uma comunidade de pertença, rua ou bairro? Acha que estes laços estão mais fortes ou mais fracos nesta situação que vive agora? Porquê? (Saber se se sente integrado na sociedade onde vive; Identificar que tipos de laços mantêm com a comunidade onde estão inseridos).

R: “Os amigos deixaram de o ser... foram-se como que por magia... desapareceram! Mas a vida vai-se refazendo, aos poucos, e o mais importante é que a família se mantenha unida!”

7. PROPOSTAS

Se pudesse sugerir uma medida para que volte mais rapidamente a ser autónomo e não precisar de ninguém, o que sugere? Em que medida está disponível para sair desta situação? O que está disposto a fazer?

R: “Baixarem os juros das dívidas, para conseguir pagar mais rapidamente.

Eu gostava que a minha filha mais velha conseguisse colocação numa escola, de conseguir reaver os bens móveis que foram penhorados, de arranjar um emprego melhor, porque eu faço limpezas para conseguir algum rendimento.”

Anexo 3. Programa DÁ – Directo



Atendendo a que a actual situação económica do país exige que se tomem medidas mais efectivas no combate à exclusão social, na prevenção da marginalidade e no reforço dos laços de solidariedade, consolidando a identidade e vitalidade do tecido social local, em 2007 foi implementado o Programa DÁ – Directo Apoio, que tem como principais objectivos a satisfação das necessidades básicas das famílias, em situação de grave carência económica (nomeadamente a nível alimentar), a promoção de medidas de inclusão social destas famílias, através da articulação dos recursos locais, de forma a agilizar e qualificar novas respostas sociais, e o acompanhamento das famílias, promovendo a avaliação semestral de todos os agregados familiares beneficiários do programa.

Após a avaliação criteriosa da situação socioeconómica, familiar e habitacional, por parte da equipa multidisciplinar que intervém neste gabinete, verifica-se, atendendo ao Regulamento, se as famílias se enquadram no âmbito do programa e atribuem-se, mensalmente, vales para a aquisição de alimentos em mercearias aderentes.

Para a dinamização deste programa, os Serviços de Acção Social dispõem de uma equipa multidisciplinar que, após proceder à abertura do processo social e à avaliação dos agregados familiares com rendimento per capita diário igual ou inferior a €3,00, propõe à Comissão de Análise a atribuição do apoio. Tal, traduz-se na entrega de vales à família (no valor de €20,00 por família, acrescidos de €5,00 por cada elemento do agregado familiar), que servirão para a aquisição exclusiva de bens alimentares nas mercearias aderentes. A equipa é responsável pelo acompanhamento do agregado familiar durante a sua inserção no programa, promovendo todas as medidas necessárias no sentido da reestruturação das situações específicas que conduzem à carência da família.

Se está interessado em obter mais informações, contacto o Gabinete Programa DÁ, sito na Câmara Municipal de Gondomar: Rua 5 de Outubro, 218, 1.º, 4420-086 Gondomar | Telefone: 224 663 980 | Dias úteis das 9h00 às 12h30/ das 14h00 às 17h30

Regulamento: Para a implementação do programa, foi criado um regulamento que veicula a apresentação de candidaturas, assim como todas as ações necessárias à dinamização do mesmo. Consultado no site: www.cm-gondomar.pt/PageGen.aspx?WMCM_PaginaId=34624

Anexo 4. Boletim estatístico do GAS da DECO



GAS - GABINETE DE APOIO AO SOBREENDIVIDADO

BOLETIM ESTATÍSTICO
Outubro DE 2011

I. Processos de Sobreendividamento

1) Processos de Sobreendividamento entre 2000 e 2011

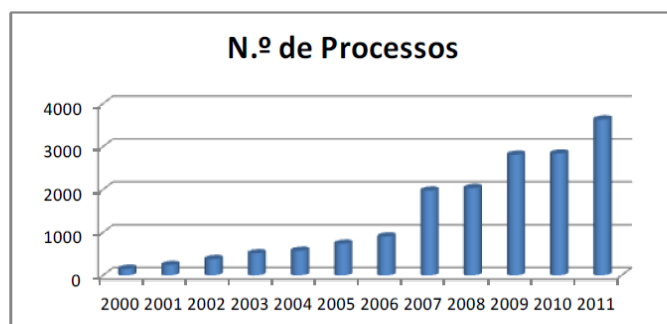
Quadro 1 – Processos de Sobreendividamento entre 2000 e 2011

Ano	N.º de Processos
2000	152
2001	241
2002	379
2003	515
2004	573
2005	737
2006	905
2007	1976
2008	2034
2009	2812
2010	2837
2011	3631*

*Até 31 de Outubro

Nota: Estes processos dizem respeito a pessoas singulares (consumidores), que estão de boa-fé e com manifesta impossibilidade de fazer face ao conjunto das suas dívidas não profissionais. As dívidas não podem ter sido contraídas no exercício da sua actividade profissional, têm que estar em causa dívidas de natureza não profissional/comercial. As dívidas não profissionais dizem respeito aos compromissos assumidos pelo consumidor, junto das instituições de crédito (Bancos, SFAC, Leasing.) ou de outro credor (Empresa de fornecimento de electricidade, gás, água...), para satisfazer as suas necessidades e as do seu agregado familiar. Ficam, também, excluídas as dívidas de natureza fiscal (ex. IRS, IRC, IVA, Segurança Social... E as dívidas que tenham originado processos judiciais.

Gráfico 1 – Processos de Sobreendividamento entre 2000 e 2011*



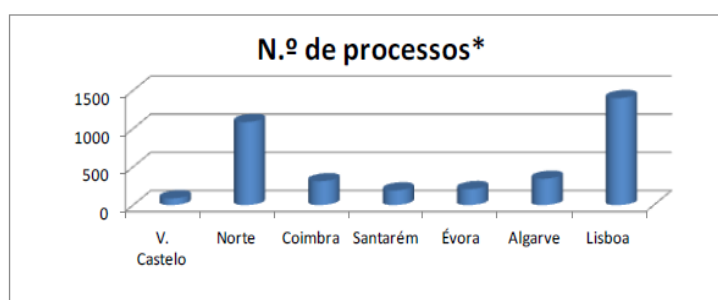
* Até 31 de Outubro

2) Processos de Sobreendividamento entre Janeiro e Outubro 2011

Quadro 2 – Processos de Sobreendividamento por Delegação Regional, entre Janeiro e Outubro 2011

Delegação	N.º de processos
V. Castelo	88
Norte	1087
Coimbra	312
Santarém	192
Évora	208
Algarve	344
Lisboa	1.400
Total	3.631

Gráfico 2 – Processos de Sobreendividamento por Delegação Regional, entre Janeiro e Outubro de 2011

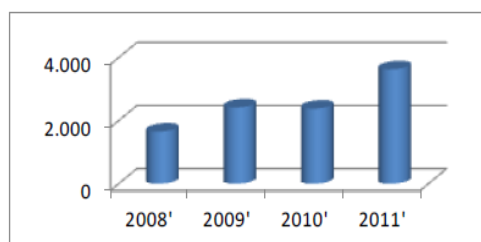


3) Processos de Sobreendividamento entre Janeiro e Outubro de 2008, 2009, 2010 e 2011

Quadro 3 – Processos de Sobreendividamento entre Janeiro e Outubro de 2008, 2009, 2010 e 2011

Mês	Nº de Processos			
	2008	2009	2010	2011
Janeiro	129	239	227	251
Fevereiro	136	254	275	361
Março	131	321	330	403
Abril	149	230	212	446
Maio	156	207	214	403
Junho	78	171	203	248
Julho	177	245	226	376
Agosto	161	200	217	379
Setembro	206	276	243	371
Outubro	331	276	235	393
Total	1654	2419	2382	3631

Gráfico 3 – Processos de Sobreendividamento entre Janeiro e Outubro de 2008, 2009, 2010 e 2011

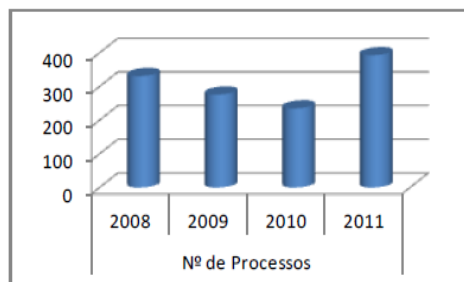


4) Processos de Sobreendividamento em Outubro, comparativo entre 2008 e 2011

Quadro 4 – Processos de Sobreendividamento em Outubro, comparativo entre 2008 e 2011

Mês	Nº de Processos			
	2008	2009	2010	2011
Outubro	331	276	235	393

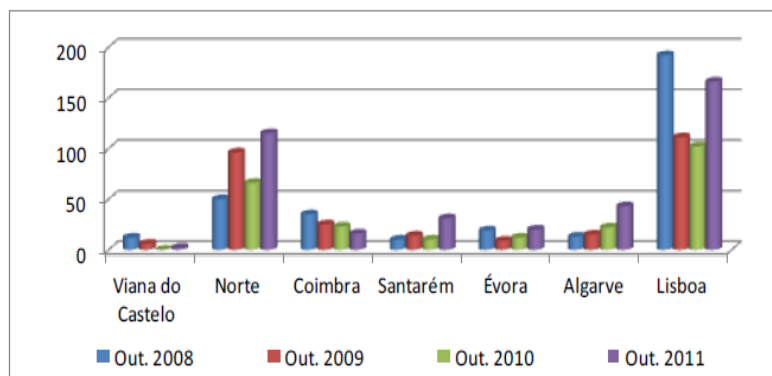
Gráfico 4 – Processos de Sobreendividamento em Outubro, comparativo entre 2008 e 2011



Quadro 5 – Processos de Sobreendividamento em Outubro, comparativo entre 2008 e 2011, por Delegação

Delegação	Out. 2008	Out. 2009	Out. 2010	Out. 2011
Viana do Castelo	12	6	0	2
Norte	50	96	66	115
Coimbra	35	25	23	16
Santarém	10	14	10	31
Évora	19	9	12	20
Algarve	13	15	22	43
Lisboa	192	111	102	166
Total	331	276	235	393

Gráfico 5 – Processos de Sobreendividamento em Outubro, comparativo entre 2008 e 2011, por Delegação

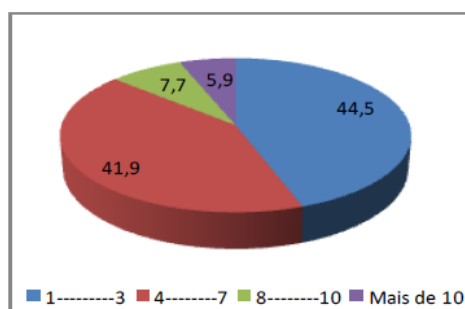


5) Número de créditos por Processo de Sobreendividamento (%), em Outubro de 2011

Quadro 6 - Número de créditos por Processo de Sobreendividamento (%), em Outubro de 2011

N.º de Créd.	%
1-----3	44,5
4-----7	41,9
8-----10	7,7
Mais de 10	5,9
<hr/>	
Média do n.º de créditos	5,2

Gráfico 6 – Número de créditos por Processo de Sobreendividamento (%), em Outubro de 2011

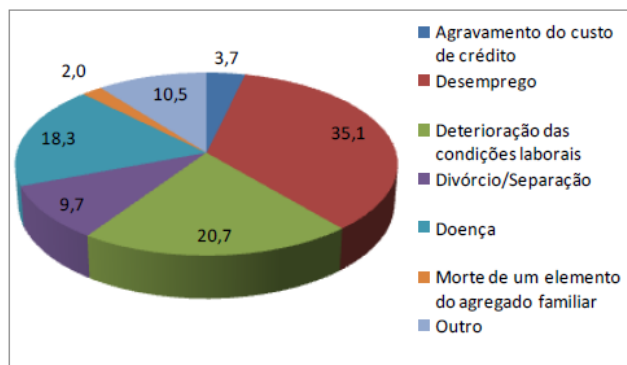


6) Causas para Processo de Sobreendividamento (%), em Outubro de 2011

Quadro 7 – Causas para Processo de Sobreendividamento (%), em Outubro de 2011

Causa	%
Agravamento do custo de crédito	3,7
Desemprego	35,1
Deterioração das condições laborais	20,7
Divórcio/Separação	9,7
Doença	18,3
Morte de um elemento do agregado familiar	2,0
Outro	10,5

Gráfico 7 – Causas para Processo de Sobreendividamento (%), em Outubro de 2011



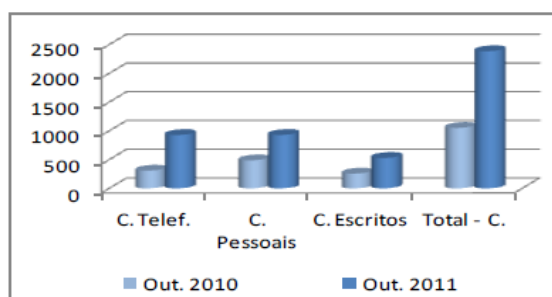
II. Contactos

1) Contactos em Outubro, comparativo entre 2010 e 2011

Quadro 8 – Contactos por origem em Outubro, comparativo entre 2010 e 2011

	Out. 2010	Out. 2011
C. Telef.	308	927
C.Pessoais	487	929
C.Escritos	257	529
Total - C.	1.052	2.385

Gráfico 8 – Contactos por origem em Outubro, comparativo entre 2010 e 2011



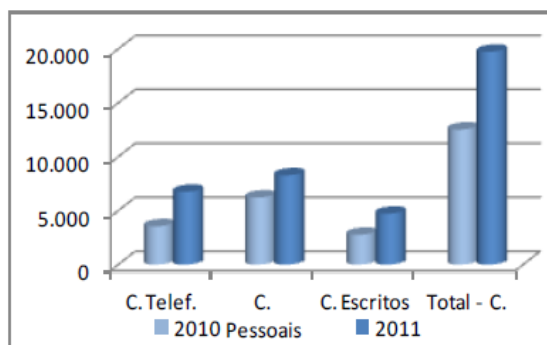
2) Contactos em 2010 e 2011

Quadro 9 – Contactos por origem, em 2010 e 2011*

	2010	2011
C. Telef.	3.548	6.745
C.Pessoais	6.213	8.272
C. Escritos	2.759	4.715
Total - C.	12.520	19.732

* Até 31 de Outubro

Gráfico 9 – Contactos por origem, em 2010* e 2011*



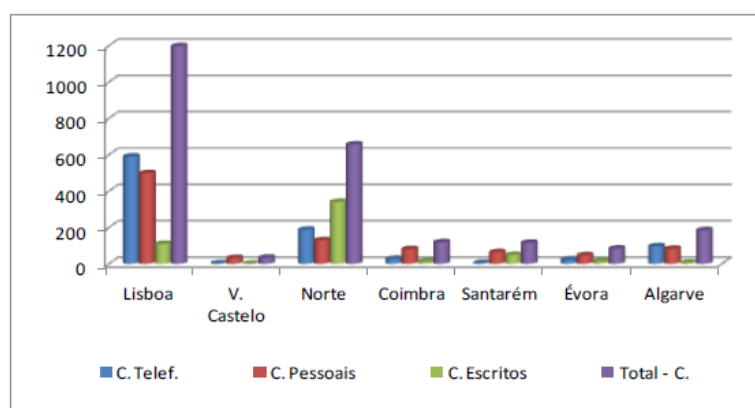
* Até 31 de Outubro

3) Contactos por origem em Outubro de 2011, por Delegação

Quadro 10 – Contactos por origem em Outubro de 2011, por Delegação

Delegação	Lisboa	V. Castelo	Norte	Coimbra	Santarém	Évora	Algarve
C. Telef.	589	2	187	26	4	23	96
C. Pessoais	498	31	129	80	63	46	82
C. Escritos	109	0	340	12	48	14	6
Total - C.	1196	33	656	118	115	83	184

Gráfico 10 – Contactos por Origem em Outubro de 2011, por Delegação

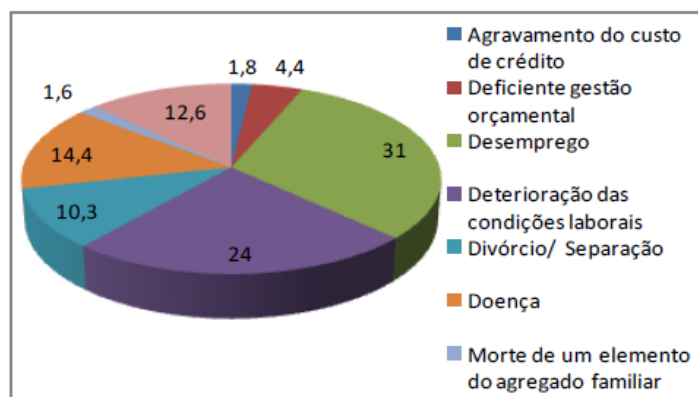


4) Contactos por causa de dificuldade (%), em Outubro de 2011

Quadro 11 – Contactos por causa de dificuldade (%), em Outubro de 2011

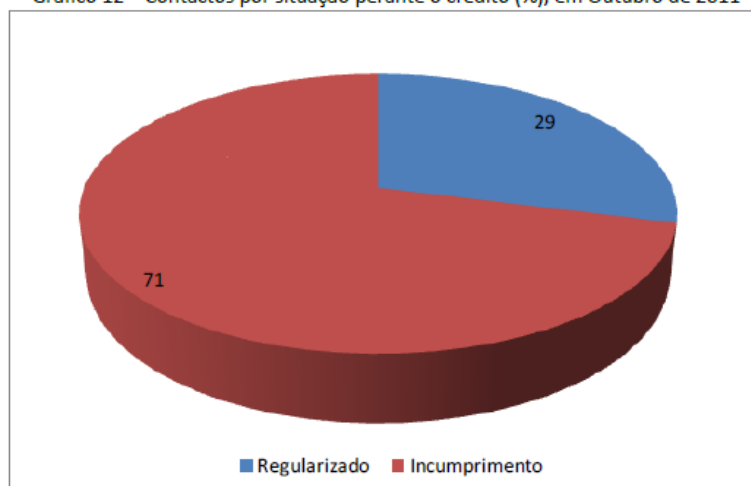
Causa	%
Agravamento do custo de crédito	1,8
Deficiente gestão orçamental	4,4
Desemprego	31
Deterioração das condições laborais	24
Divórcio/ Separação	10,3
Doença	14,4
Morte de um elemento do agregado familiar	1,6
Outro	12,6

Gráfico 11 – Contactos por causa de dificuldade (%), em Outubro de 2011



5) Contactos por situação perante o crédito (%), em Outubro de 2011

Gráfico 12 – Contactos por situação perante o crédito (%), em Outubro de 2011

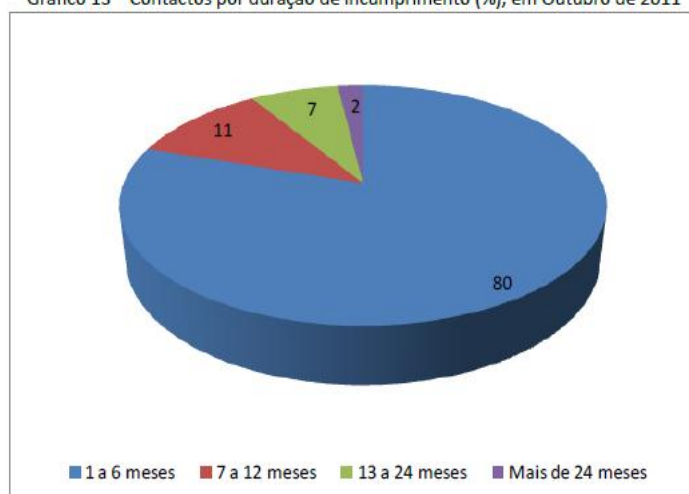


6) Contactos por duração de incumprimento (%), em Outubro de 2011

Quadro 13 – Contactos por duração de incumprimento (%), em Outubro de 2011

Meses de incumprimento	% de Consumidores
1 a 6 meses	80
7 a 12 meses	11
13 a 24 meses	7
Mais de 24 meses	2

Gráfico 13 – Contactos por duração de incumprimento (%), em Outubro de 2011



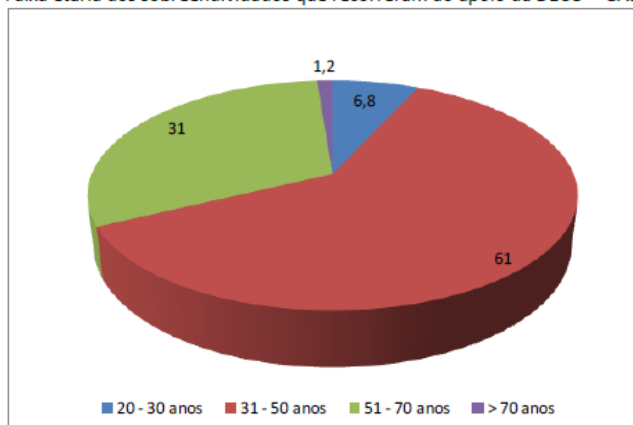
III. Caracterização dos sobreendividados que recorreram ao apoio da DECO – GAS, em 2011

1) Faixa etária dos sobreendividados que recorreram ao apoio da DECO – GAS (%), em 2011

Quadro 14– Faixa etária dos sobreendividados que recorreram ao apoio da DECO – GAS (%), em 2011

Faixa Etária	% de Consumidores
20 – 30 anos	6,8
31 – 50 anos	61
51 – 70 anos	31
> 70 anos	1,2

Gráfico 14 – Faixa etária dos sobreendividados que recorreram ao apoio da DECO – GAS (%), em 2011

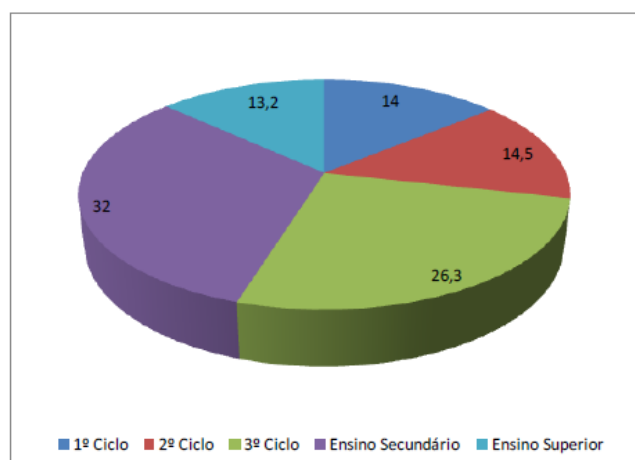


2) Formação académica dos sobreendividados que recorreram ao apoio da DECO – GAS (%), em 2011

Quadro 15 – Formação Académica dos sobreendividados que recorreram ao apoio da DECO – GAS (%), em 2011

Formação Académica	% de Consumidores
1º Ciclo	14
2º Ciclo	14,5
3º Ciclo	26,3
Ensino Secundário	32
Ensino Superior	13,2

Gráfico 15 – Formação Académica dos sobreendividados que recorreram ao apoio da DECO – GAS (%), em 2011



3) Elaboração de orçamento familiar pelos sobreendividados que recorreram ao apoio da DECO – GAS (%), em 2011

Quadro 16– Elaboração de orçamento familiar pelos sobreendividados que recorreram ao apoio da DECO – GAS (%), de 2011

Elaboração do Orçamento	% Consumidores
Todos os meses	44
Às vezes	33,5
Nunca	22,5

Gráfico 16 – Elaboração de orçamento familiar pelos sobreendividados que recorreram ao apoio da DECO – GAS (%), em de 20

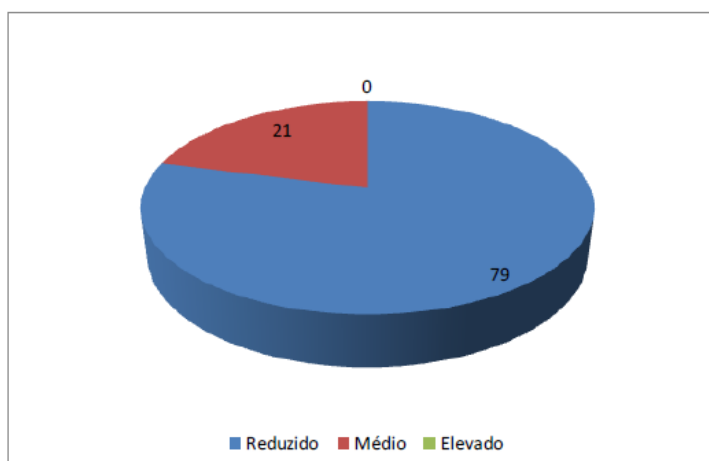


4) Hábitos de poupança dos sobreendividados que recorreram ao apoio da DECO – GAS (%), em 2011

Quadro 17 – Hábitos de poupança dos sobreendividados que recorreram ao apoio da DECO – GAS (%), em 2011

Hábitos de Poupança	% Consumidores
Reduzido	79
Médio	21
Elevado	0

Gráfico 17 – Hábitos de poupança dos sobreendividados que recorreram ao apoio da DECO – GAS (%), em 2011

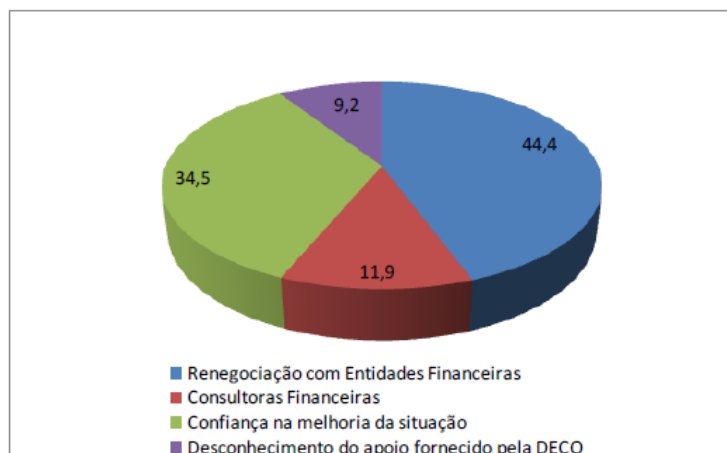


5) Motivos para os sobreendividados não terem solicitado apoio em fase anterior (%), em 2011

Quadro 18 – Motivos para os sobreendividados não terem solicitado apoio em fase anterior (%), em 2011

Causas	% Consumidores
Renegociação com Entidades Financeiras	44,4
Consultoras Financeiras	11,9
Confiança na melhoria da situação	34,5
Desconhecimento do apoio fornecido pela DECO	9,2

Gráfico 18 – Motivos para os sobreendividados não terem solicitado apoio em fase anterior (%), em 2011

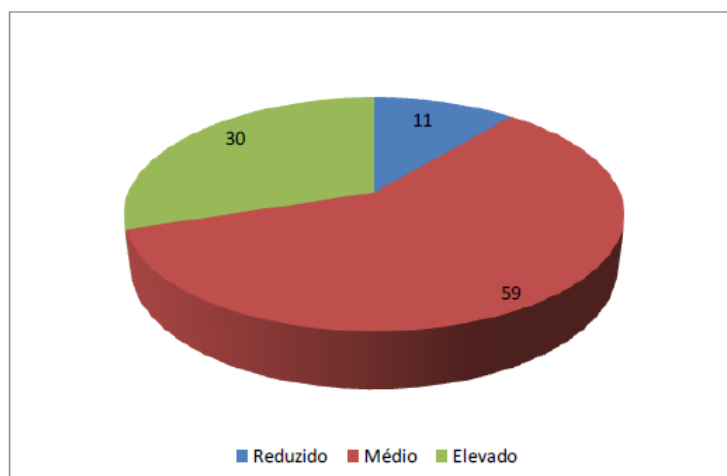


6) Nível de identificação do sobreendividado com a situação de sobreendividamento (%), em 2011

Quadro 19 – Nível de identificação do sobreendividado com a situação de sobreendividamento (%), em 2011

Nível de identificação com situação de sobreendividamento	% Consumidores
Reduzido	11
Médio	59
Elevado	30

Gráfico 19 – Nível de identificação do sobreendividado com a situação de sobreendividamento (%), em 2011

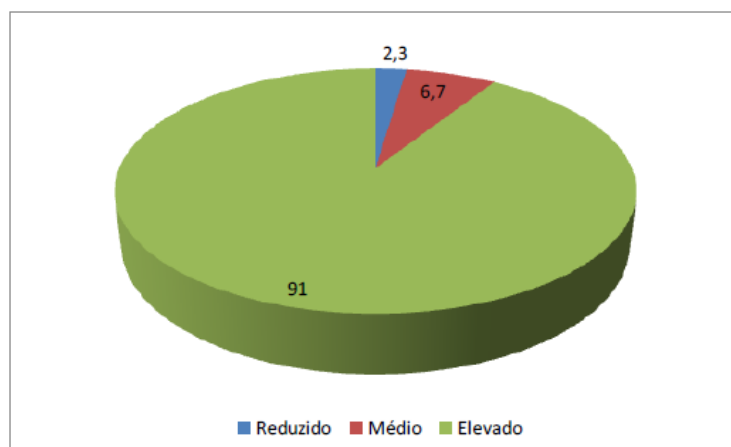


7) Grau de preocupação do sobreendividado com a situação de sobreendividamento (%), em 2011

Quadro 20 – Grau de preocupação do sobreendividado com a situação de sobreendividamento (%), em 2011

Grau de Preocupação	% Consumidores
Reduzido	2,3
Médio	6,7
Elevado	91

Gráfico 20 – Grau de preocupação do sobreendividado com a situação de sobreendividamento (%), em 2011

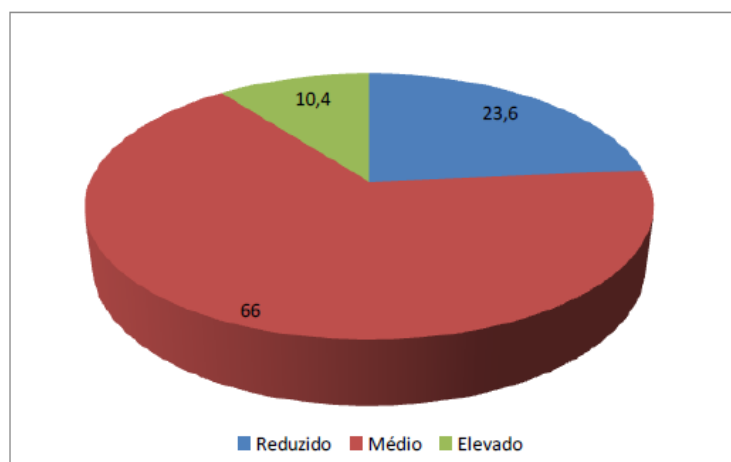


8) Nível de confiança do sobreendividado relativamente às suas capacidades de resolverem a situação de sobreendividamento (%), em 2011

Quadro 21 – Nível de confiança do sobreendividado relativamente às suas capacidades de resolverem a situação de sobreendividamento (%), em 2011

Nível de Auto-Eficácia	% Consumidores
Reduzido	23,6
Médio	66
Elevado	10,4

Gráfico 21 – Nível de confiança do sobreendividado relativamente às suas capacidades de resolverem a situação de sobreendividamento (%), em 2011



Anexo 5. Quadro de análise de conteúdo das famílias entrevistadas

Categoria Teórica	Dimensões	Indicadores	Unidades de Análise (extratos)	E/Q Unidades de Análise Inferidas
Trajatórias (como)	Pobreza	Absoluta: ausência de necessidades básicas (alimentos, habitação, vestuário, medicamentos, etc.);	<p><i>“Sinto tudo. Na alimentação, em pagar a água, a luz, o condomínio estou atrasada praí há um ano já. (...) Falta dinheiro para pagar água, luz e bens essenciais.”</i></p> <p><i>“Sinto algumas dificuldades alimentares, agora sinto um bocado (...) Vestuários... (...).”</i></p> <p><i>“As minhas condições sociais é isto que eu estou a viver, da ajuda da senhora Doutora Ivone, e também da ajuda, pela outra parte que me estão a dar os medicamentos. Se não fosse isso não sei o que seria de mim. (...) Vestuário não tenho. Nem calçado nem nada. (...). Não tenho tostão para nada, não tenho... (...) Há dias que compro pão, outros dias acabou o dinheiro.”</i></p> <p><i>“Neste momento sinto-me um bocadinho mal. (...) Sem ter comida para dar às nossas filhas, sem vida profissional nenhuma (...) fiquei sem roupa nenhuma também, até a roupa que eu hoje trago até me deram (...)”</i></p> <p><i>“Às vezes a miúda pede-me pão e eu não tenho para lhe dar, também não vou roubar para lhe dar. (...) Nem tenho água (...).”</i></p> <p><i>“Detesto. Sinto-me triste. Vestuário não tenho, (...) tenho as calças de ganga todas rotas. Com a alimentação é a Câmara que me dá dinheiro, o cheque para fazer compras, mais nada, não tenho mais nada.”</i></p> <p><i>“Sinto-me muito triste, porque não tenho dinheiro pró meu estado, não tenho dinheiro para os medicamentos, que não os tomo todos, o dinheiro que recebo da reforma é para entregar ao carro, (...) comemos sopinha à noite, comemos sopinha ao meio dia, (...). Roupa não se compra, calçado não se compra (...) É a alimentação, o vestuário... (...) a medicação, a manutenção da casa, tudo bem essenciais.”</i></p>	<p>E1/Q1</p> <p>E3/Q1</p> <p>E5/Q1</p> <p>E6/Q1</p> <p>E7/Q1</p> <p>E8/Q1</p> <p>E9/Q1</p>

Categoria Teórica	Dimensões	Indicadores	Unidades de Análise (extratos)	E/Q Unidades de Análise Inferidas
Trajetórias (como)	Exclusão Social	Fatores de natureza social: Privação de relacionamento (caso de idosos, dos doentes crónicos, entre outros);		
		Fatores de natureza cultural: ruturas simultâneas com outros sistemas: o económico (pobreza), o territorial (guetização e degradação habitacional), o emprego (insegurança laboral) e o simbólico (referências identitárias em conflito);	<p><i>“Ora bem, os fatores, foi eu ter recaído na minha doença. Eu tive crises. Muitas crises seguidas e depois a questão financeira que era ele, o companheiro que estava comigo, é que me apoiava, não é Eu vivia do apoio dele. (...)?”</i></p> <p><i>“Foi a partir do divórcio. (...)”</i></p> <p><i>“Uma das causas que contribuiu mais foi que eu tive um cancro e precisei de obter um empréstimo para fazer a operação rapidamente (...) A partir daí precisei também de fazer tratamentos de quimio, etc... e também adquiri mais empréstimos (...) E o divórcio piorou.”</i></p>	<p>E5/Q2</p> <p>E7/Q2</p> <p>E10/Q2</p>
		Nestas situações, a exclusão social é está visível num conjunto de fenómenos que se traduzem em ruturas com outros sistemas. Os entrevistados apontam motivos de saúde, endividamento e também divórcio.		
		Fatores económicos: más condições de vida devido aos baixos níveis de instrução e qualificação profissional e ao emprego precário instável e mal remunerado.	<p><i>“Não trabalhar. (...) Devido à minha saúde e num ter estudos (...)”</i></p> <p><i>“É assim, eu trabalhei e cheguei a fazer descontos e tudo, só que ao depois ... é assim, eu como não tinha estudos, nem qualquer pessoa emprega (...) Para os sítios que eu ia trabalhar eu, não me metiam a fazer descontos (...)”</i></p> <p><i>“Ai, falta de estudos mesmo. Para ficar assim nesta situação foi mesmo falta de estudos. Os trabalhos nunca foram lá muito bons, (...) Nunca tive trabalhos de muita duração, nunca tive um salário muito grande, (...)”</i></p>	<p>E1/Q2</p> <p>E2/Q2</p> <p>E3/Q2</p>

			<p><i>“Depois também, o eu ficar sem rendimentos também piorou bastante (...)”</i></p> <p><i>“Eu desde sempre trabalhei (...) A fábrica fechou, fui para o fundo de desemprego, acabou o fundo de desemprego fui pró Rendimento Mínimo, agora acabou, agora já não tenho nada.”</i></p> <p><i>“O que me levou a esta situação foi ficar desempregado. Eu trabalhava e vivia bem. (...) Fui obrigado a mudar de carro normal para ter um carro automático porque a perna esquerda não mexe. Por isso é que eu fiz crédito.”</i></p> <p><i>“Foi ficar sem trabalhar e o meu marido ganhar pouco e saúde. (...) Trabalhava, compramos casa depois tive que entregar a casa ao banco porque eu fiquei doente. (...) entreguei tudo.”</i></p> <p><i>“ (...) Os clientes não pagaram e eu não tinha como pagar aos fornecedores, era um ciclo vicioso. Até que tudo se desmoronou com um processo executivo das finanças. Ficamos sem o estabelecimento comercial e sem a nossa casa (...)”</i></p>	<p>E6/Q2</p> <p>E8/Q2</p> <p>E9/Q2</p> <p>E11/Q2</p> <p>E12/Q2</p>
		Com as respostas obtidas conseguimos verificar que os entrevistados estão sujeitos a muitos fatores de vulnerabilidade. Dos doze entrevistados, oito deles referem o desemprego como fator determinante da sua exclusão económica, juntando-se o baixo nível de instrução, uma vez que grande parte dos inquiridos confessa ter fracos níveis de educação e formação profissional, o que limita o (re) ingresso no mercado de trabalho. O emprego precário, problemas de saúde, endividamento ou recurso ao crédito são também evidenciados como causas que geram exclusão económica.		
		Fatores patológicos: de natureza psicológica e mental (por exemplo: doenças psiquiátricas);	<p><i>“Nós vimos de um país muito diferente, em que tivemos todo o conforto, apesar de estarmos noutro país, nunca nos faltou nada mesmo. (...) foi só porque a minha esposa teve um trauma pós parto, quando nasceu a minha filha mais nova.”</i></p>	E6/Q2
		Nas respostas da entrevista nº6, podemos verificar que se está perante uma situação de exclusão com origem em fatores patológicos, há uma rutura familiar originada por problemas psiquiátricos, como é o caso da depressão pós parto.		
		Comportamentos autodestrutivos: grupo de indivíduos que, por alguma razão, se colocaram numa	<p><i>“Eu já descontei, sempre descontei. (...) Trabalhei toda a minha vida para manter o vício da droga (...)”</i></p>	E4/Q2

		situação prejudicial para si próprios (por exemplo: toxicodependentes, alcoólicos, etc.);		
		Dos entrevistados, apenas um deles revela ter comportamentos autodestrutivos. Em 12 inquiridos, surgiu um caso de autoexclusão. Podemos observar que comportamentos autodestrutivos, não são de todo, os fatores que mais conduzem à exclusão social.		

Categoria Teórica	Dimensões	Indicadores	Unidades de Análise (extratos)	E/Q Unidades de Análise Inferidas
Trajetórias (como)	Não Lugares (Não Enraizamento)	Não identitários (o homem perde a sua identidade);	<i>“Aqui em Rio-Tinto, adoro mesmo. As pessoas aqui são ótimas. Olhe eu morei no Porto, morei em São Mamede e aqui em Rio-Tinto as pessoas são espetaculares. Eu nunca tive um sítio tão bom como aqui. São pessoas que são mais humanas (...)”</i>	E6/Q3
		Apesar de o entrevistado afirmar gostar da localidade atual, podemos verificar que o entrevistado já teve vários “espaços de transição”, o que faz com que se afaste da sua identidade e a mesma não fique exposta.		

		<p>Não Relacional (leva à solidão)</p>	<p>“Não tenho apoio de ninguém. Nada (...)”</p> <p>“ (...)Nem vêm a minha casa, para conversar comigo ou para falar, para estar com alguém. (...) uma solidão que me vai matar. Essa solidão vai dar cabo de mim. (...) Não tenho ninguém que vá me bater à porta, nem que seja... e que esteja comigo todo o dia...”</p> <p>“(…)Eu merecia, se houvesse, uma pessoa... (..). Eu precisava de uma pessoa, para conbibo, para conbiber. Eu num conbibo com ninguém. Não conbibo.”</p> <p>“(…) Só moro ali há dois anos. É Bom dia e Boa tarde e sempre a andar. Não dá para muitas confianças. Não sinto que o bairro onde moro se identifique comigo. De forma alguma. Já tive bom relacionamento com os vizinhos na outra casa, nesta não. Nesta estou distante.”</p> <p>“De repente ficamos sem nada, sem amigos, sem apoio de ninguém... temos os nossos trabalhos e mais nada.”</p>	<p>E1/Q3</p> <p>E5/Q3</p> <p>E8/Q3</p> <p>E11/Q3</p> <p>E12/Q3</p>
		<p>Está claro que certos inquiridos se sentem sós. Não se relacionam com outros indivíduos, com os seus vizinhos nem com a sua comunidade. Não há relação mas sim solidão.</p>		
		<p>Não Histórico (o indivíduo não vive a história, não reconhece pontos de referência no lugar, etc.)</p>	<p>“É assim, eu não tenho nada a dizer. Sempre me trataram bem. Sempre falei para pessoas.”</p> <p>“Boa. Eu entendo-me com toda a gente. Falo com toda a gente, toda a gente fala comigo. Respeito toda a gente.”</p> <p>“Boa. As pessoas tratam-me todas muito bem. Prontos... até agora tem sido assim. (...) toda a gente gosta de mim, prontos. (...)”</p> <p>“Conheço, conheço. Eu sempre morei aqui. Há 15 anos que moro</p>	<p>E2/Q3</p> <p>E3/Q3</p> <p>E4/Q3</p> <p>E7/Q3</p>

		<p><i>aqui. (...) mas prontos não conto a minha vida às pessoas, não é?! Não, não sabem da minha vida, (...)”</i></p> <p><i>“Uma relação boa. Não tenho más relações com ninguém (...) Nasci no Porto, cresci no Porto e sou do FCP. Dou-me bem graças a Deus. Não tenho problemas com ninguém. (...) não me imagino a sair daqui. Eu tenho uma casa muito bonita (...)”</i></p>	E9/Q3
		<p>Parte dos entrevistados revelam ter boas relações com a sua comunidade mas não conseguem identificar as causas que os levam a se sentirem integrados.</p>	

Categoria Teórica	Dimensões	Indicadores	Unidades de Análise (extratos)	E/Q Unidades de Análise Inferidas
Precarização (razões)	Políticas Assistencialistas	<p>Os frágeis - pessoas que se caracterizam pela precariedade económica, frequentam estágios, têm trabalho a tempo parcial e que veem e sentem o desemprego como uma experiência humilhante. Beneficiam de uma intervenção social pontual, regra geral de âmbito financeiro, uma vez que alternam a incerteza e inconstância dos seus rendimentos com eventuais períodos de trabalho (pode ser uma <i>Fragilidade interiorizada</i> ou uma <i>Fragilidade negociada</i>);</p>	<p><i>“Tenho abono e estou com o rendimento mínimo há dois anos, mas eu já trabalhei. (...) Eu espero é que seja só uma fase da minha vida mesmo. E que passe depressa. Mas pronto, acho bem que ajudem, casos como eu, (...) O rendimento há para ajudar as famílias. Mas que não seja para sempre, também.”</i></p> <p><i>“A nível de alimentação, tenho apoio, mas muito sinceramente a mulher não come. Temos o abono delas e a minha esposa recebe o rendimento mínimo. Para renda, água e luz... (...) É uma situação pontual. Tem de ser mesmo, porque eu não consigo viver assim, percebe?! Eu não consigo... (...) Perante esta situação que Portugal atravessa neste momento, eu acho que a ajuda que temos a ter é ótima, pronto é boa. (...)”</i></p> <p><i>“Assim aos pouquinhos estamos a recuperar um bocado a dignidade. É bom sentir isso novamente, (...)”</i></p>	<p>E3/Q4</p> <p>E6/Q4</p> <p>E6/Q1</p>
		<p>Dois dos entrevistados encontram-se na categoria dos frágeis. Desempregados, sem subsídio de desemprego e a receber o Rendimento Social de Inserção. Podemos dizer que se trata de uma fragilidade negociada, concordam com a assistência recebida, aceitam-na, não sentem vergonha mas desejam que seja pontual, temporária, e ambicionam arranjar emprego rapidamente.</p>		
		<p>Os assistidos - resulta da persistência na situação de desemprego que se vai arrastando no tempo sem perspetivas de solução. Começam a ter problemas de saúde que muitas vezes</p>	<p><i>“A alimentação e ajuda para me pagarem água e a luz. O que tenho é o rendimento mínimo (...). A coisa mais triste na vida é uma pessoa ter que andar sempre dependente dos outros”.</i></p> <p><i>“O abono estou a receber. (...) O pai dele... (...) tão depressa dá como tão depressa deixa de dar. (...) Eu acho que sim, que o RSI é merecido. Eu tento haver se arranjo</i></p>	<p>E1/Q4</p> <p>E2/Q4</p>

		os impede de trabalhar e que os levam a solicitar a ajuda dos serviços sociais dos quais passam a depender de uma forma muito acentuada. Estamos perante uma intervenção regular . Os indivíduos interiorizam a assistência como um direito; a culpa pela situação que atravessam não é deles e começam a justificar e racionalizar a ajuda de que são alvo (podem ter uma assistência diferida; uma assistência instalada ou ainda uma assistência reivindicada);	<p><i>trabalho mas não consigo.”</i></p> <p><i>“É o rendimento...É 180€ é pouco. Às vezes Tenho ajuda de outras pessoas que me dão dinheiro para a medicação, (...) É merecido para pessoas que merecem e descontaram e têm dificuldades como eu tenho”.</i></p> <p><i>“(...) é o vale de 25€ que é para buscar despesa para eu comer e é os medicamentos da farmácia, que é a Dra. Ivone que está a autorizar a ir buscar os medicamentos. E a minha reforma. Não tenho nada. Não sei até quanto tempo eu vou precisar deste apoio (...)”</i></p> <p><i>”Os apoios que eu tenho é só mesmo a Dra. Irene das conferências. Dá-me algum, salsichas e às vezes um pacotinho de arroz. Não, não tenho direito nenhum. Abono tenho 20€ só.(...) Ela tem o escalão B, (...) Tenho o programa DÁ, da gente receber aqueles cheques, que vêm todos os meses. Não tenho mais nada. O que tenho é de boa vontade das pessoas (...) O rendimento mínimo recebi 2 anos. (...) E eles pimba, o ano passado já me cortaram.”</i></p> <p><i>“O apoio é só esse da Câmara. (...). Quem pagou a luz foram as conferências. Recebi até 1 de Agosto Rendimento mínimo e daí já não recebi mais nada, porque acabou o prazo. Acabou o tempo que tinham para dar, acabou, não me deram mais nada.”</i></p>	E4/Q4
				E5/Q4
				E7/Q4
				E8/Q4
		Desempregados de longa duração e que dependem da assistência para sobreviver. Destes seis inquiridos, três estão a receber o RSI e veem a assistência como um direito, apesar de julgarem que o apoio é insuficiente. Os outros 3 inquiridos, encontram-se numa situação mais grave, a assistência é dada da parte dos técnicos e do Programa DÁ – Directo Apoio que se traduz numa ajuda monetária, reduzida, para ajuda na alimentação (Ver anexo III). Não conseguem soluções para sair da grave situação económica. Estamos perante uma “assistência instalada”, onde os inquiridos já se conformaram com a sua situação. A faixa etária dos desempregados inquiridos é desde os 42 aos 54 anos, o que poderá dificultar a sua reinserção no mercado de trabalho.		
Precarização (razões)	Políticas Assistencialistas	Os marginais –são aqueles que têm uma Infra-intervenção - não têm qualquer fonte de rendimento quer do trabalho quer da assistência social. Sobrevivem à custa de		

		ajudas financeiras pouco significativas e de apoio alimentar.		
--	--	---	--	--

Categoria Teórica	Dimensões	Indicadores	Unidades de Análise (extratos)	E/Q Unidades de Análise Inferidas
Precarização (razões)	Estigma	Condição do desacreditado: inclui as “deformidades físicas”, “as culpas de carácter individual” (distúrbio mental, prisão, alcoolismo, homossexualismo, desemprego, tentativas de suicídio e comportamento político radical) e os estigmas “tribais de raça, nação e religião”, o estigma é evidente.	<i>“Eu sinto-me uma pessoa normal. Só que não consigo arranjar trabalho. É assim, eles vêm-me com bons olhos. Não tenho razão de queixa de ninguém. Sinto-me integrada na comunidade.”</i>	E2/Q5
		Apenas um entrevistado se enquadra na condição de desacreditado. Considera-se normal, o seu problema é visível e traduz-se na falta de emprego.		
		Condição do desacreditável: o estigma pode não ser visível nem identificado pelos outros;	<i>“Não. As pessoas não sabem que eu não digo. Não. Eu tenho vergonha de contar, eu não conto da minha vida a ninguém. Ninguém precisa saber do mal que eu estou a passar. Porque isto, na verdade, não é nenhuma alegria para mim passar por isto.(...)”</i> <i>“(…) Os vizinhos são bons vizinhos... mas... as pessoas sabem que nós recebemos rendimento mínimo, que estou desempregado, mas não sabem que a situação é tão grave.(...)”</i>	E5/Q5 E6/Q5

			<p><i>“Acredite que eu tenho vergonha de pedir. (...).”</i></p> <p><i>“Nem quero que saibam. Pra quê? A gente fala de nós passado um tempo já estão no serrote a dizer mal das pessoas. E o que tenho guardo para mim. Tenho tudo guardado.”</i></p> <p><i>“Eu nem conto da minha vida a ninguém porque tenho vergonha (...)eu tenho vergonha... as pessoas podiam não entender e começar a falar de mim. ”</i></p> <p><i>“Sou uma pessoa que anda à deriva. Não me sinto pleno de nada.(...) Eu fui louvado na tropa, fui louvado no 1º de Janeiro, fui louvado quando o Papa veio cá em 82(...) as pessoas é que não ligam nenhuma. Eu tenho um grande problema é o ter carro “ mas tem carro, oh...mas tem carro, mas tem carro”. É o que as pessoas dizem. (...)”</i></p> <p><i>“Não. Acho que não porque estou muito limitada, em muita coisa. As pessoas não sabem da minha situação, que eu não conto. Se calhar olhavam de forma diferente, se calhar com pena, ou... não sei. É uma coisa que eu evito falar, Até esta situação estar regularizada.”</i></p> <p><i>“Não... Falta muita coisa. Ninguém sabe da nossa situação. (...) os vizinhos não sabem de nada. Eu acho que iam olhar para nós de forma diferente (...). Não quero confusões. Estou bem sozinha em casa.”</i></p> <p><i>“Não. Não me sinto uma cidadã plena. Não era esta a vida que queria para a minha família. E não gosto de estar nesta situação. As pessoas que se diziam amigas desapareceram...já não nos vêm como amigos.”</i></p>	<p>E7/Q5</p> <p>E 7/Q6</p> <p>E8/Q5</p> <p>E9/Q5</p> <p>E10/Q5</p> <p>E11/Q5</p> <p>E12/Q5</p>
			<p>O sentimento de vergonha e frustração está presente na maioria dos inquiridos, não querem dar a conhecer a sua situação precária. Escondem a gravidade da situação em que se encontram. Temem a diferença, depreciação da sociedade. Torna-se difícil aceitar o estigma da pobreza. Alguns acabam por se isolarem.</p>	

Categoria Teórica	Dimensões	Indicadores	Unidades de Análise (extratos)	E/Q Unidades de análise inferidas
Precarização (Razões)	Laço Social	Laços na esfera do mercado: onde há “a possibilidade e a facilidade de sair da relação social (...) em relação à qual um agente não está satisfeito” (p.35);		
		Laço na esfera do Estado: entendidos como relações secundárias - são vistos “como meio para atingir um fim.” (p.36)		
		Laço na esfera doméstica: entendido como relações primárias - aqui que o laço é querido, na esfera doméstica, uma vez que os intervenientes na relação não são escolhidos e não são “estranho” torna-se mais difícil haver rutura de laços de parentesco.	<p>“Quando eu vi que ia passar mal, eu liguei à minha irmã, eu pedi-lhe ajuda e ela não me deu... Ela está na reforma. Negou-me ajuda. Não tenho hipótese. “</p> <p>“Família não tenho muita. Sabe que eu não fui criada com a minha mãe, nem com o meu pai. (...) Fui criada por um casal. Esse casal depois teve filhos e começou-me a arrumar. (...) Eles para mim estão a fugir todos. Afastaram-se. A relação ficou mais fraca. E abandonaram mais.”</p> <p>“Os amigos deixaram de o ser... foram-se como que por magia... desapareceram! Mas a vida vai-se refazendo, aos poucos, e o mais importante é que a família se mantenha unida!”</p>	<p>E5/Q6</p> <p>E11/Q6</p> <p>E12/Q6</p>
		Os vínculos familiares dos entrevistados foram os únicos que se destacaram, estamos perante muitas famílias desestruturadas. Alguns inquiridos revelam não “possuir” laços familiares, a maior parte deles dizem não terem sido “criados” pelos pais biológicos. Há também quem a valorize, ainda que seja um número reduzido de entrevistados.		

Categoria Teórica	Dimensões	Indicadores	Unidades de Análise (extratos)	E/Q Unidades de Análise Inferidas
Alterações	Políticas Solidariedade/ Subsidiariedade		<i>“Eu arranjar alguma coisa para eu tomar conta de idosos.”</i>	E1/Q7
			<i>“Arranjar emprego. (...) Era apenas um emprego pelo menos eu ganhava algum. E para não estar tão dependente da minha mãe.”</i>	E2/Q7
			<i>“Eu quero é um trabalho. Agora como consegui-lo... não sei. Qualquer coisa. Trabalhar em qualquer coisa (...)”</i>	E3/Q7
			<i>“Tenho agora uma vizinha que me está a ajudar imenso. (...) vejo televisão, tomo banho lá, (...) É raro encontrar agora uma pessoa que nos ajude de verdade mesmo.”</i>	E3/Q6
			<i>“Trabalhar”.</i>	
			<i>“Agora eu... o que é que eu digo para fazerem... meu DEUS... eu sei lá... olhe, sei lá, não sei. Sei lá. Se eu arranjasse um trabalhinho...(...). Ocupar-me. Que eu tenha compromissos. Se eu arranjasse isso, aí tudo bem. Aí se calhar eu animava um bocado mais, (...) ao menos que vá para um sítio onde conviva com pessoas, converse, porque a minha vida num foi fácil.”</i>	E4/Q7
			<i>“É assim, eu quero sair desta situação o mais rápido possível, porque eu num me sinto bem na situação que estou. (...), nem que vá fazer qualquer trabalho.(...) mesmo que não seja a minha área eu quero é trabalhar porque já estou num estado em que desespero mesmo (...)”</i>	E5/Q7
			<i>“Queria trabalhar. Para ver se resolvia a minha vida. O que eu queria era ser independente e não depender de ninguém.”</i>	E6/Q7
			<i>“Queria arranjar emprego. Para ser independente de toda a gente. Mas, sou nova para a reforma e sou velha para trabalhar.”</i>	E7/Q7
			<i>“Se eles me baixassem a prestação para 200€, eu aí já conseguia aguentar. Já não pedia mais nada.”</i>	E8/Q7

			<p><i>“Olhe uma coisa que eu já mais voltaria a fazer era contrair empréstimos. (...)Na minha opinião, uma das medidas passa pela reestruturação das taxas de juros, do alargamento dos prazos...”</i></p> <p><i>“Era trabalhar. (...) emprego num lar. (...) Mesmo que pagassem mal, (...) Eu queria era trabalhar num lar.”</i></p> <p><i>“Baixarem os juros das dívidas, para conseguir pagar mais rapidamente. Eu gostava que a minha filha mais velha conseguisse colocação numa escola, de conseguir reaver os bens móveis que foram penhorados, de arranjar um emprego melhor, porque eu faço limpezas para conseguir algum rendimento.”</i></p>	<p>E9/Q7</p> <p>E10/Q7</p> <p>E11/Q7</p> <p>E12/Q7</p>
			<p>As soluções apontadas por todos os entrevistados, não deixam dúvidas de que todos anseiam sair da sua situação de precariedade atual. Para a maior parte deles a solução passa por arranjar emprego. Argumentam que é difícil, mas que seria a solução ideal. Para os entrevistados endividados a solução pode estar na redução da taxa de juros.</p>	
Alterações	Educabilidade		<p><i>“ (...) Porque eu não tenho cabeça para voltar aos estudos. (...)”</i></p> <p><i>“Estudar acho que já é tarde, já vou a caminho dos 46”</i></p> <p><i>“Estudar, sim, sim sim. Estava disposta a estudar outra vez.”</i></p> <p><i>“Voltar à escola não. Não tenho paciência para estar ali parada. Se houvesse eu ia. Como já disse á Dra. Ivone também, se houvesse um curso que eu tivesse benefícios (...)”</i></p> <p><i>“Eu cabeça para estudar, não tenho cabeça.”</i></p> <p><i>“(...)Já me inscrevi para geriatria (...) Acho que com mais estudos, emprego consiga.”</i></p>	<p>E1/Q7</p> <p>E2/Q7</p> <p>E3/Q7</p> <p>E7/Q7</p> <p>E8/Q7</p> <p>E11/Q7</p>
			<p>Dos doze entrevistados, três rejeitam a aposta na formação e na escolarização, um deles aceita mas tem de ter benefícios. Apenas dois dos entrevistados revelam vontade em investir na sua formação escolar. Os restantes seis entrevistados não se pronunciaram sobre o assunto.</p>	

Anexo 6. Guião de entrevista semiestruturada às técnicas

Guião de Entrevista - Às Técnicas do GAI e do GAS

Apresentação do entrevistador:

Ana Cláudia Rodrigues Camões, mestranda em Ciências da Educação, especialização em Pedagogia Social, na Faculdade de Educação e Psicologia, da Universidade Católica Portuguesa. Tema o Estudo: **“Trajetórias de Vulnerabilidade: Perceção subjetiva e objetiva da condição do «novo pobre»”**.

Apresentação dos objetivos da entrevista:

As entrevistas serão usadas com o único propósito de concretizar o estudo que se intitula **“Trajetórias de Vulnerabilidade: Perceção subjetiva e objetiva da condição do «novo pobre»”** e que tem como principal objetivo ampliar a reflexão sobre a problemática da “nova pobreza” e a perceção subjetiva e objetiva de pessoas que se encontram em situação de mudança social negativa. Pretendemos também indagar os problemas e vulnerabilidades, as aptidões e capacidades que levam as pessoas a caírem em situações de precaridade, sem meios próprios para satisfação das suas necessidades básicas de sobrevivência.

A sua colaboração nesta investigação é fundamental e solicitamos, desde já, a honestidade das suas respostas, assegurando-lhe a sua **CONFIDENCIALIDADE**.

Declaração de consentimento

Compreendi a explicação que me foi fornecida acerca do estudo **“Trajetórias de Vulnerabilidade: Perceção subjetiva e objetiva da condição do «novo pobre»”** e aceito participar nesta investigação.

O Entrevistado:

(Nome legível)

Entrevista N° _____

Data: ____ / ____ / ____

IDENTIFICAÇÃO DO ENTREVISTADO

- f) **Género:** Masculino _____ Feminino _____
- g) **Idade:** _____
- h) **Habilitações Literárias:** _____
- i) **Tempo de serviço no Gabinete:** _____

QUESTÕES

1. Na qualidade de técnica do GAI/GAS, como analisa o impacto que a precariedade/pobreza tem na vida:
 - a) De pessoas com antecedentes de níveis de vida económica razoável, o que dizem agora de si próprias?
 - b) De pessoas que antes desta situação já eram socialmente apoiadas, como se percebem agora a si mesmas?
(Compreender se existe uma correlação entre a trajetória objetiva e a trajetória subjetiva dos sujeitos que agora se encontram em situação precária.)
2. No seu entender, quais foram os fatores que mais contribuíram para a situação de risco em que muitas pessoas se encontram atualmente? Na sua análise, como é que essas pessoas têm sentido-interiorizado-lidado com a experiência da precariedade/pobreza? *(Partindo da análise de um conjunto de perigos em determinado contexto geográfico e social, procurar o elo que une a produção social do perigo num determinado contexto geográfico com a vulnerabilidade sentida).*
3. Que manifestações e sinais identifica nas pessoas que agora estão em situação de precariedade, que mostrem a sua disponibilidade para efetuar uma mudança nas suas vidas, que as retire da situação atual? *(Avaliar se os técnicos percecionam nas pessoas sinais de motivação para a saída da situação*

atual e de esperança num projeto pessoal onde assumem o destino nas suas próprias mãos).

- 4. Na sua opinião, e tendo em conta o quadro atual de políticas de apoio social disponíveis, quais as medidas que devem ser privilegiadas para combater a pobreza e exclusão social? Porquê? Com que objetivos? As políticas atuais levam em conta as vulnerabilidades *versus* competências e autonomia da pessoa?** *(Contextualizar os recursos disponíveis para responder a riscos crescentes e compreender quais os meios de que a sociedade dispõe para fazer face a perigos emergentes e à sua adequação para consertarem eventuais danos sofridos pelos mais vulneráveis. Identificar as políticas sociais mais solidárias e eficazes e aquelas que permitem que a pessoa tenha/deva ter uma participação ativa no destino do seu próprio projeto de vida).*
- 5. Em que medida a situação atual das pessoas dependentes de apoio social ou socialmente excluídas por via de trajetórias de vida repletas de vulnerabilidade, compromete a suas aspirações a serem cidadãos de plenos direitos? Quais os maiores impedimentos para que tal aconteça num prazo razoável?** *(Compreender os obstáculos que impedem o desenvolvimento de uma capacitação subjetiva no atual contexto existencial das pessoas em situação de precariedade).*

Obrigada pela sua COLABORAÇÃO.

Anexo 7. Transcrição das entrevistas às técnicas

TRANSCRIÇÃO DA ENTREVISTA À TÉCNICA

Nº13

Sexo feminino, com 56 anos. Licenciada em Economia e experiência profissional no gabinete de 3 anos.

1. Na qualidade de técnica do GAI/GAS, como analisa o impacto que a precariedade/pobreza tem na vida:

- c) De pessoas com antecedentes de níveis de vida económica razoável, o que dizem agora de si próprias?**
- d) De pessoas que antes desta situação já eram socialmente apoiadas, como se percebem agora a si mesmas?**

(Compreender se existe uma correlação entre a trajetória objetiva e a trajetória subjetiva dos sujeitos que agora se encontram em situação precária.)

R: *“Nós temos no GAS da DECO cada vez mais pessoas em situação de dificuldade. Muitas delas não percecionam logo a situação difícil em que estão e infelizmente, porque fazem uma deficiente gestão do orçamento familiar, ou porque fazem um bocadinho como a avestruz, às vezes não percebem porque não querem perceber e acham que as coisas se resolvem por elas próprias, e como eu digo, as finanças pessoais implicam escolhas, assumir um crédito ou gastar ou consumir implica escolhas e muitas pessoas, porque vivemos numa sociedade que apelava imenso ao consumo, que havia muito consumo por impulso, em que há nem pouco tempo para fazer as aquisições para comprar casa própria ou para comprar carro, havia sempre um crédito disponível e as pessoas não faziam contas. E porque também a perspetiva era de que as pessoas, no percurso de vida tiravam um curso ou tinham um percurso a nível de formação determinado, depois iam trabalhar e em princípio o rendimento futuro era maior do que o rendimento que hoje tinham. A perspetiva era essa, de que os rendimentos iam aumentando e portanto as pessoas não precisavam fazer muitas contas e a vida ia rolando mais ou menos.*

Desde a crise de 2008 que essa situação se inverteu e muita gente entrou no desemprego, os últimos dados apontam para 14% de taxa de desemprego em que 35% corresponde aos jovens que tiram um curso e depois não conseguem arranjar emprego e portanto a situação está complicada. Raras são as famílias que não têm alguém na situação de desemprego. E essa é a causa próxima desta situação de precariedade e também os salários em atraso, mas principalmente o desemprego. Os rendimentos baixaram bastante. De facto as pessoas têm de viver com menos e muitas não se tinham apercebido.

Temos casos de famílias da dita classe média, que são confrontadas com baixas de rendimento drásticas assim como casais que estão ambos desempregados e os rendimentos que eram de 5000€ ou 6000€ mensais passaram para 400€ ou 300€ e ainda temos o caso dos empresários em nome individual que nem

sequer têm acesso ao subsídio de desemprego. Em alguns casos o rendimento é tão baixo que mal dá para sobreviver.

Também curiosamente quando pedimos algumas informações para análise de situações no gabinete, pedimos para preencherem um conjunto de mapas e há pessoas que até ficam surpreendidas com o número de créditos que têm, ao preencherem os mapas. Eles próprios não avaliavam a situação em que estavam. Só quando o rendimento baixa, é que começam a aperceber-se da situação em que estão. E nós temos casos absolutamente dramáticos de insuficiência económica, mesmo de quase nem dar para comer. As pessoas já cortam na alimentação.

Em 2011, acabou de fechar o ano com uma média de 4 créditos, mas temos casos de famílias com 30 créditos. Normalmente a prestação da casa é a última a deixar de ser paga. E não obstante, 76% das famílias portuguesas são proprietárias de uma casa e muitas delas com prestações elevadas de crédito e quando há um desemprego é muito complicado gerir a situação. Por força da nova situação que a família está a viver há um aumento de depressões e aí começa a faltar a capacidade para poderem dar a volta à situação. Isso acontece muito. Por isso também dizemos que este gabinete é um gabinete de afetos, porque também ouvimos as pessoas e damos-lhes um ombro amigo.

Estamos a entrar numa situação complicada e isso é evidente quer nas classes de mais baixo rendimento quer nas classes de rendimentos mais elevados, e também muitos funcionários públicos e professores.

Normalmente a primeira reação é de recusa. Quando já não é possível através da mediação que fazemos, junto das entidades financeiras baixar as prestações suficientemente para que com aquele rendimento a família consiga resolver os seus compromissos, a saída é a insolvência singular. Pela primeira vez, desde Novembro de 2011, as insolvências das famílias ultrapassaram as insolvências das empresas. 14 famílias por dia, em Portugal, pedem insolvência. A situação é muito preocupante.

A perceção das famílias sobre o sobre-endividamento muitas vezes não é muito grande, às vezes só quando vão preencher os tais mapas é que caem na realidade, mas têm fé que as coisas se resolvam, não por eles próprios, mas com recurso a alguém que os ajude.”

- 2. No seu entender, quais foram os fatores que mais contribuíram para a situação de risco em que muitas pessoas se encontram atualmente? Na sua análise, como é que essas pessoas têm sentido-interiorizado-lidado com a experiência da precariedade/pobreza? (Partindo da análise de um conjunto de perigos em determinado contexto geográfico e social, procurar o elo que une a produção social do perigo num determinado contexto geográfico com a vulnerabilidade sentida).**

R: *“Os fatores são desemprego, os salários em atraso, a alteração nas condições laborais de uma forma genérica, mas principalmente a causa próxima é o desemprego e os salários em atraso, que são 60% dos pedidos de ajuda que nos chegam ao gabinete. Na maioria das famílias, se não os dois, pelo menos um,*

estão desempregados ou já estiveram numa situação de desemprego e isso é uma causa próxima desta situação, porque o rendimento decresce substancialmente.

Nas classes de rendimentos maiores, normalmente não pedem tão facilmente ajuda, embora ultimamente, porque de facto isto avança pela sociedade nas várias faixas etárias e nas várias classes de rendimentos, as pessoas estão um bocadinho a ganhar consciência de que têm de pedir ajuda. Tem de se arranjar uma solução a nível político, para quando a casa da família está em causa.”

- 3. Que manifestações e sinais identifica nas pessoas que agora estão em situação de precariedade, que mostrem a sua disponibilidade para efetuar uma mudança nas suas vidas, que as retire da situação atual? (Avaliar se os técnicos percecionam nas pessoas sinais de motivação para a saída da situação atual e de esperança num projeto pessoal onde assumem o destino nas suas próprias mãos).**

R: *“Quase todas estão em situação de depressão. Às vezes baixam os braços. Nós queremos dar-lhes ânimo, nós explicamos e coresponsabilizamos no gabinete, as famílias, porque como fazemos mediação entre elas e as entidades credoras, propomos uma solução para cada caso concreto, é importante que as famílias percebam como é que conseguem chegar lá, que eles façam parte da solução que a DECO preconiza para cada caso e portanto torna-se indispensável que eles reaprendam a viver com menos e a adaptar a situação atual às necessidades. Obviamente que tem de haver uma abertura da parte dos credores, mas a família também tem de reaprender a viver com menos.*

Muitas vezes vêm desanimados e acham que já não há saída. Estão muito revoltados contra a sociedade, contra as entidades credoras pela situação que eles não avaliaram. Nós sabemos que faziam-se créditos habitação sem as pessoas lerem os contratos, muitas vezes assumiam créditos ao consumo pelo telefone aqui há uma grande revolta pela falta de transparência destas coisas todas. Nós tentamos mostrar que é possível ultrapassar a situação e as pessoas até são bastante recetivas e isso dá-lhes algum ânimo também para elas próprias lutarem para ultrapassar a situação.”

- 4. Na sua opinião, e tendo em conta o quadro atual de políticas de apoio social disponíveis, quais as medidas que devem ser privilegiadas para combater a pobreza e exclusão social? Porquê? Com que objetivos? As políticas atuais levam em conta as vulnerabilidades versus competências e autonomia da pessoa? (Contextualizar os recursos disponíveis para responder a riscos crescentes e compreender quais os meios de que a sociedade dispõe para fazer face a perigos emergentes e à sua adequação para consertarem eventuais danos sofridos pelos mais vulneráveis. Identificar as políticas sociais mais solidárias e eficazes e aquelas que permitem que a pessoa tenha/deva ter uma participação ativa no destino do seu próprio projeto de vida).**

R: “Eu acho que no combate à pobreza e exclusão social, e a falta de literacia financeira também é uma forma de exclusão social, o não acesso ao crédito também é uma forma de exclusão social, a DECO aqui tem tido uma intervenção de prevenção, de formação e de informação às pessoas. Dá-lhes algumas ferramentas úteis de literacia financeira, de saber como gerir o orçamento, dá-lhes conhecimentos para que não caiam no crédito fácil.

Estamos cientes de que é importante a «Educação Financeira» das pessoas e das famílias e de acordo, por exemplo, com o Baco de Portugal, num inquérito à literacia financeira, há 11% da população Portuguesa que não tem conta bancária, grande parte da população Portuguesa, com crédito habitação, não sabe o que é um spread, não olham para os extratos bancários, não sabem as comissões que estão a pagar... estamos a falar de coisas básicas e graves. Portanto, o 1º passo é a Educação / Formação das pessoas e começa por pequeno. Temos de incutir nas nossas crianças que o dinheiro é um bem escasso. Elas têm que perceber, desde pequeninas, que têm de gerir as suas finanças pessoais, seja semanada, seja depois o orçamento familiar. É muito importante fazer esse controle e planeamento, É uma aprendizagem a todos os níveis, e se começar desde pequenino ainda melhor.

Julgo que há necessidade que todos os organismos de apoio social funcionem em rede e em parceria. Às vezes, se calhar, duplica-se a intervenção numa determinada área e numa outra área falha. Há que apoiar quem realmente precisa de um apoio. Há que repensar o RSI. É importante apoiar quem realmente precisa. Há famílias que caíam numa situação de precariedade económica e não têm apoios, porque não estão visíveis para os apoios que existem, e isto é muito complicado. E são os tais «Novos Pobres», que agora estão a surgir.

Agora também está a haver alguma solidariedade entre vizinhos, que havia no tempo os nossos avós, dos nossos pais, que está a voltar e a tentar minimizar a situação já de si difícil. Mas entretanto acho que a nível das instituições que deveriam apoiar, temos de olhar para estas coisas de forma a tentar resolver positivamente, porque estamos a excluir da sociedade muita gente.”

- 5. Em que medida a situação atual das pessoas dependentes de apoio social ou socialmente excluídas por via de trajetórias de vida repletas de vulnerabilidade, compromete a suas aspirações a serem cidadãos de plenos direitos? Quais os maiores impedimentos para que tal aconteça num prazo razoável? (Compreender os obstáculos que impedem o desenvolvimento de uma capacitação subjetiva no atual contexto existencial das pessoas em situação de precariedade).**

R: “Temos algumas pessoas vulneráveis e que são excluídas socialmente que estão muito tempo com apoios sociais e que quase desistem de tudo. Vejo algum pessimismo nessas pessoas. Elas tendem a não acreditar nelas próprias, não acreditam na sociedade porque já estão há muitos anos nesta situação. Principalmente a faixa etária dos 45-50 anos, que entram no desemprego e que não encontram saída, não vêem uma luz ao fundo do túnel, e estamos a falar de algumas pessoas qualificadas, com curso

superior. Estas estão a ficar pessimistas. Nós tentamos que isto não aconteça, mas isto é uma questão social e política, temos que dar esperança a estas pessoas. Todos temos de contribuir para uma sociedade melhor, mas a nível político tem que se fazer alguma coisa, porque estas pessoas estão a ficar desesperadas e estão sem esperança, já não sabem mais o que fazer. Acabam por se autoexcluir, desistem de lutar. Temos que dar esperança, tem que se encontrar aqui uma solução. Já são excluídos financeiramente, já não têm rendimentos e portanto isso implica a exclusão social também. Temos que repensar na nossa sociedade, porque não são tão poucos como isso, aqueles que se encontram nestas situações.”

TRANSCRIÇÃO DA ENTREVISTA À TÉCNICA

Nº14

Sexo feminino, com 44 anos. Licenciada em Serviço Social e experiência profissional de 20 anos.

1. Na qualidade de técnica do GAI/GAS, como analisa o impacto que a precariedade/pobreza tem na vida:

- e) De pessoas com antecedentes de níveis de vida económica razoável, o que dizem agora de si próprias?**
- f) De pessoas que antes desta situação já eram socialmente apoiadas, como se percebem agora a si mesmas?**

(Compreender se existe uma correlação entre a trajetória objetiva e a trajetória subjetiva dos sujeitos que agora se encontram em situação precária.)

R: *“Na questão destas famílias que não tinham antecedentes de precariedade económica, o que acontece agora, neste momento, é que as pessoas... Isto tem um impacto muito forte a nível psicológico para as famílias. As famílias não estavam preparadas em lidar com este tipo de situações, a gestão que faziam era uma gestão fácil, porque os rendimentos eram suficientes para cobrir as despesas. Neste momento essas famílias não conseguem lidar muito bem com esta questão de não terem rendimentos suficientes para pagar as despesas fixas mensais, e têm muita dificuldade em vir até aqui pedir algum tipo de ajuda. Para além disso há a questão da vergonha, têm muita vergonha em se deslocar aos serviços e fazer os pedidos e nós temos alguma dificuldade em lidar com este tipo de pessoas apesar de ser um tipo de pessoas com mais escolaridade do que as outras famílias que anteriormente já tinham dificuldades. As outras famílias lidam com alguma naturalidade com estas questões, um bocadinho mais preocupadas é o que eu noto, há cerca de um ano para cá, as pessoas mais preocupadas, com mais consciência que neste momento não há tantos apoios.*

As famílias que não estavam habituadas ao endividamento quando chegam aqui percebem a realidade, que os apoios neste momento não são muitos. Essas pessoas têm muita dificuldade em lidar com este tipo de ajuda, têm receio. E neste momento, também têm a consciência que vai ser difícil dar o salto e reaverem a sua anterior situação económica. Têm muito essa noção. Por isso é que neste momento o que nós fazemos com essas famílias para além da gestão do dia a dia, de ajudarmos um bocadinho na questão económica e familiar, fazemos também o acompanhamento social e psicológico. Temos aqui muitas pessoas que depois passam daqui do acompanhamento social passam para a área da psicologia. Depois nós fazemos o ponto de situação entre as duas áreas, porque é muito difícil... as pessoas vão-se muito abaixo, muita gente com depressão, com esgotamentos porque não sabem e não estão habituadas a lidar com este tipo de situações e neste momento foi um impacto muito grande de não terem dinheiro para pagar a casa, para pagar a luz, para pôr gasolina no carro... Querem ir ao médico e se calhar não

têm dinheiro para a medicação... e a família já está um bocadinho desgastada, porque já teve ajuda durante uns tempos e quando chegam aqui já é na reta final.

Os outros não! Já estavam habituados a solicitar, já conhecem os caminhos, já têm muita noção do que podem ter e do que não podem. Lidam com isto com mais naturalidade e com menos ansiedade.”

- 2. No seu entender, quais foram os fatores que mais contribuíram para a situação de risco em que muitas pessoas se encontram atualmente? Na sua análise, como é que essas pessoas têm sentido-interiorizado-lidado com a experiência da precariedade/pobreza? (Partindo da análise de um conjunto de perigos em determinado contexto geográfico e social, procurar o elo que une a produção social do perigo num determinado contexto geográfico com a vulnerabilidade sentida).**

R: *“Olhe, a maior parte das famílias que neste omento têm dificuldades económicas e nunca tiveram, neste momento estão nesta situação, porque foi tudo muito facilitado em termos de créditos bancários. Compraram casa, compraram carro, o recheio da habitação, férias e portanto era tudo a crédito. Havia muito facilitismo e as pessoas acabaram por perder a noção do real e do que era equilibrado e neste momento estão a perder tudo, estão a ficar sem nada. Ficam sem a casa e ficam na mesma com a dívida no banco, depois ficam com a impossibilidade de movimentar contas bancárias, de ter um cartão de crédito, de passar um cheque... não há hipótese. Têm muitas dificuldades em arrendar uma casa porque depois não têm um fiador. Mas tudo isto, porque eu acho que houve muito facilitismo em termos de políticas económicas.*

Lidam muito mal com esta situação, muito revoltadas, são pessoas muito revoltadas porque não percebem porque é que tinham tudo e agora não conseguem ter as coisas. E depois o fato de terem de começar a vender alguns bens que para elas eram muito importantes e criaram alguns laços. É muito difícil descer de patamares, em termos económicos e sociais.”

- 3. Que manifestações e sinais identifica nas pessoas que agora estão em situação de precariedade, que mostrem a sua disponibilidade para efetuar uma mudança nas suas vidas, que as retire da situação atual? (Avaliar se os técnicos percecionam nas pessoas sinais de motivação para a saída da situação atual e de esperança num projeto pessoal onde assumem o destino nas suas próprias mãos).**

R: *“As pessoas estão um bocadinho cansadas. Dizem que não vão fazer formação e depois a formação não dá para nada, porque em termos de empregabilidade não há respostas para elas. Em termos do Instituto de Emprego, antes havia mais respostas, neste momento as respostas são mais diminutas. Começam a perder a credibilidade na formação porque as pessoas querem é o imediato, porque são pessoas que não têm dinheiro para comer, porque neste momento o que se coloca é muito esta situação, é a alimentação, é a subsistência das pessoas. E portanto, quando não há para comer, as pessoas quando*

lhe falam em formação questionam-se em quê que isso vai resolver as suas vidas? Resolve alguma coisa? Se calhar, a longo prazo resolve. É isto que nós trabalhamos com as pessoas, que se aumentarem a escolaridade têm muito mais facilidade em aceder a outro tipo de emprego, o salário também será melhor, terá outras condições... Mas o fato é que hoje em dia as pessoas precisam é de ter dinheiro imediatamente para saírem desta situação. Eu acho que as pessoas cada vez mais se fecham muito sobre si mesmas.

- 4. Na sua opinião, e tendo em conta o quadro atual de políticas de apoio social disponíveis, quais as medidas que devem ser privilegiadas para combater a pobreza e exclusão social? Porquê? Com que objetivos? As políticas atuais levam em conta as vulnerabilidades versus competências e autonomia da pessoa?** *(Contextualizar os recursos disponíveis para responder a riscos crescentes e compreender quais os meios de que a sociedade dispõe para fazer face a perigos emergentes e à sua adequação para consertarem eventuais danos sofridos pelos mais vulneráveis. Identificar as políticas sociais mais solidárias e eficazes e aquelas que permitem que a pessoa tenha/deva ter uma participação ativa no destino do seu próprio projeto de vida).*

R: *“Olhe, é assim, eu acho que o Rendimento Social de Inserção se deve manter, mais do que nunca. Com estas medidas de fiscalização que agora estão... que se vêm em atuação. Neste momento acho que se deve apostar nisso, porque realmente temos muitas pessoas que o rendimento é baixíssimo, portanto essas precisam muito, muito de ser apoiadas. Depois, e em termos de ação social, estes apoios pontuais também acho que se devem manter, apesar de baixarem muito, baixaram, pelo menos aqui em Gondomar, a indicação que nos deram foi cerca de 40% que diminuíram os apoios pontuais, em termos económicos, para além do Rendimento Social de Inserção, e de todas as medidas que existem.*

Nós temos aqui situações em SOS... O que acontece é que paralelamente a este serviço de ação social existem instituições particulares de solidariedade social, em que trabalhamos em rede. Todas as instituições pertencem à comissão social da freguesia e nós temos articulação com todas as instituições e portanto, com facilidade encaminhamos as famílias para o apoio alimentar, que neste momento o que funciona mais aqui é o da Câmara Municipal de Gondomar com o Programa – DÁ e depois temos as conferências São Vicente Paulo e as Vicentinas, que estão colocadas em vários pontos da freguesia que dão apoio em géneros alimentares, medicação e portanto aquelas situações em SOS mas que têm de ter resposta amanhã, nós apelamos um bocado a estas instituições. Aquelas que podem aguardar uns 20 ou 30 dias, nós tentamos através da ação social, se realmente tiver perfil para o apoio SOS nós conseguimos através do GAI. Passa muito, muito pela questão de solidariedade. Por isso é que a junta de freguesia ultimamente tem feito recolhas de bens alimentares, tem apelado à população, mais ou menos duas recolhas anuais e temos famílias que usufruem, mas é pontual.

Neste momento nós temos dificuldades económicas a nível nacional e portanto, em termos de verbas foi tudo muito reduzido. As respostas neste momento são diminutas e o problema está a crescer.

As pessoas da comunidade são muito recetivas, sempre que apelamos obtemos respostas. Aqui em Rio-Tinto, o que acontece é que nós temos muitas instituições, muitos grupos de pessoas, em termos de voluntariado, que é o caso, por exemplo, das conferências Vicentinas, que estão muito recetivas e muito sensíveis a estas questões e portanto estão sempre de portas abertas para ajudar. E o fato de trabalharmos em rede com a comissão social da freguesia e delinear-mos em conjunto quais são as problemáticas de ano a ano que são necessárias trabalhar e que tipo de ações é que temos de realizar. As ações que a junta realiza são no âmbito da comissão social da freguesia, portanto não são nossas, são da comunidade. Há sempre um envolvimento muito grande da comunidade.”

- 5. Em que medida a situação atual das pessoas dependentes de apoio social ou socialmente excluídas por via de trajetórias de vida repletas de vulnerabilidade, compromete a suas aspirações a serem cidadãos de plenos direitos? Quais os maiores impedimentos para que tal aconteça num prazo razoável? (Compreender os obstáculos que impedem o desenvolvimento de uma capacitação subjetiva no atual contexto existencial das pessoas em situação de precariedade).**

R: *“Neste momento, por exemplo, até para irem tirar um documento as pessoas não têm dinheiro para o transporte, portanto é muito difícil acederem aos seus direitos quando o mais básico não existe.*

Nós temos pessoas que são de uma zona mais distante, que estão no limite de Rio-Tinto, e têm de apanhar um transporte e telefonam a dizer que não podem vir porque não têm dinheiro para o transporte. Por exemplo, temos aqui uma cantina social a funcionar, que é de uma das instituições que também dá refeições em situações extremas, está a dar gratuitamente o almoço, e há pessoas que dizem que até vinham mas não têm dinheiro para transportes, para chegar aqui.

Neste momento há uma grande dificuldade em aceder à cidadania. Tem a ver com a questão económica a nível nacional, a nível mundial. Esta população mais tradicionalmente que recorria a estes apoios sociais são pessoas com défices em termos de escolaridade, têm uma escolaridade muito baixa.”

Anexo 8. Quadro de análise de conteúdo das entrevistas às técnicas

Categoria Teórica	Dimensões	Unidades de Análise (extratos)	E/Q Unidades de Análise Inferidas
Trajetória	<p>“Trajetória objetiva” compreende a análise da mobilidade social dos sujeitos por categorias de modo a distinguir «trajetórias ascendentes», «descendentes» e «estagnantes».</p> <p>“Trajetória subjetiva” apadrinha os “processos identitários individuais, no sentido em que seu ponto de partida está no relato do próprio «percurso» por um indivíduo (...) e dos motivos pelos quais o sujeito está numa situação em que ele mesmo se” define.</p>	<p>“Muitas delas não percebem logo a situação difícil em que estão e infelizmente, porque fazem uma deficiente gestão do orçamento familiar (...) e acham que as coisas se resolvem por elas próprias, (...) as finanças pessoais implicam escolhas, assumir um crédito ou gastar ou consumir implica escolhas e muitas pessoas, (...) não faziam contas. (...) E porque também a perspectiva era (...) de que os rendimentos iam aumentando e portanto as pessoas não precisavam fazer muitas contas e a vida ia rolando mais ou menos. (...) ”</p> <p>“Na questão destas famílias que não tinham antecedentes de precariedade económica, o que acontece agora, neste momento, é que (...) a gestão que faziam era uma gestão fácil, porque os rendimentos eram suficientes para cobrir as despesas. (...) Neste momento essas famílias não conseguem lidar muito bem com esta questão de não terem rendimentos suficientes para pagar as despesas fixas mensais, e têm muita dificuldade em vir até aqui pedir algum tipo de ajuda. Para além disso há a questão da vergonha, (...) apesar de ser um tipo de pessoas com mais escolaridade do que as outras famílias que anteriormente já tinham dificuldades. As outras famílias lidam com alguma naturalidade (...) neste momento, também têm a consciência que vai ser difícil dar o salto e reaverem a sua anterior situação económica. (...) Os outros não! Já estavam habituados a solicitar, já conhecem os caminhos, já têm muita noção do que podem ter e do que não podem. Lidam com isto com mais naturalidade e com menos ansiedade.”</p>	<p>E1/Q1</p> <p>E2/Q1</p>
	<p>Com as respostas obtidas, conseguimos observar que tanto as trajetórias objetivas como as subjetivas estão presentes nas vidas das pessoas. Sendo que, segundo as técnicas, as mais visíveis são as trajetórias objetivas descendentes, onde temos os casos, por exemplo, dos sobreendividados, e as trajetórias objetivas estagnantes, onde se evidenciam, as pessoas que já se encontram em situação de precariedade há algum tempo. Talvez até mesmo, aquelas pessoas que sempre viveram em situação de pobreza. Contudo, em todas as situações é visível a vergonha e a “recusa” das pessoas perante a situação de precariedade. Por outro lado, existe um sentimento de alguma impotência face às possibilidades de saída desta situação, uma certa incapacidade de vislumbrar saída a partir das suas próprias forças...</p>		

Categoria Teórica	Dimensões	Unidades de Análise (extratos)	E/Q Unidades de Análise Inferidas
Vulnerabilidade	A cultura social e existencial de um indivíduo é importante para se perceber porque são “aceites” determinados riscos e outros não.	<i>“Os fatores são desemprego, os salários em atraso, a alteração nas condições laborais de uma forma genérica, mas principalmente a causa próxima é o desemprego e os salários em atraso, que são 60% dos pedidos de ajuda que nos chegam ao gabinete. (...) porque o rendimento decresce substancialmente”.</i>	E1/Q2
	A “vulnerabilidade é percebida como interna, constituinte do eu e do lugar”, ao contrário do risco (ao que se está exposto) e do perigo (o que pode causar dano) que são externos ao indivíduo.	<i>“Olhe, a maior parte das famílias que neste omento têm dificuldades económicas e nunca tiveram, neste momento estão nesta situação, porque foi tudo muito facilitado em termos de créditos bancários. (...) Havia muito facilitismo e as pessoas acabaram por perder a noção do real e do que era equilibrado e neste momento estão a perder tudo, estão a ficar sem nada. (...)”</i>	E2/Q2
	Através das respostas das técnicas, conseguimos perceber qual o elo que une a produção social do perigo num contexto geográfico. Podemos até afirmar que as causas são, de um modo geral, fatores que não dependem direta e exclusivamente das pessoas, mas sim de alterações ocorridas na sociedade que têm impacto direto e alteram também a vida das pessoas, como podemos verificar.		

Categoria Teórica	Dimensões	Unidades de Análise (extratos)	E/Q Unidades de Análise Inferidas
Educabilidade	<p>Enquanto possibilidade de transformação ao mesmo tempo adaptativa e projetiva;</p> <p>Contém as características da maleabilidade e da plasticidade da pessoa e dos processos;</p> <p>Todo o processo que conduz à construção de uma identidade pessoal pela realização de um projeto onde assume o seu destino.</p>	<p><i>“Quase todas estão em situação de depressão. Às vezes baixam os braços. (...) é importante que as famílias (...) façam parte da solução (...) que eles reaprendam a viver com menos e a adaptar a situação atual às necessidades. (...) tentamos mostrar que é possível ultrapassar a situação e as pessoas até são bastante recetivas e isso dá-lhes algum ânimo também para elas próprias lutarem para ultrapassar a situação.”</i></p> <p><i>“(...) as pessoas vão-se muito abaixo, muita gente com depressão, com esgotamentos porque não sabem e não estão habituadas a lidar com este tipo de situações e neste momento foi um impacto muito grande de não terem dinheiro para pagar a casa, para pagar a luz, para pôr gasolina no carro... Querem ir ao médico e se calhar não têm dinheiro para a medicação... e a família já está um bocadinho desgastada (...) ”</i></p> <p><i>“ (...) o fato é que hoje em dia as pessoas precisam é de ter dinheiro imediatamente para saírem desta situação. (...) ”</i></p> <p><i>“Dizem que não vão fazer formação e depois a formação não dá para nada, porque em termos de empregabilidade não há respostas para elas. (...) Começam a perder a credibilidade na formação porque as pessoas querem é o imediato, porque são pessoas que não têm dinheiro para comer (...) Eu acho que as pessoas cada vez mais se fecham muito sobre si mesmas. (...) ”</i></p>	<p><i>E1/Q3</i></p> <p><i>E2/Q3</i></p> <p><i>E2/Q1</i></p> <p><i>E2/Q1</i></p>
	<p>A sobrevivência no imediato é a grande preocupação. As pessoas assistidas não conseguem ter capacidade mental para pensar em outra coisa que não seja numa solução rápida para o problema da sua carência/impotência material. Desvalorizam a educação e formação. Perdem a esperança de conseguirem sair da situação em que se encontram, sentem-se tristes e revoltadas com o sistema. As pessoas tornam-se descrentes no sistema e em si mesmas.</p>		

Categoria Teórica	Dimensões	Unidades de Análise (extratos)	E/Q Unidades de Análise Inferidas
Políticas de Solidariedade e Subsidiariedade	<p>Princípio da solidariedade: Artigo 8.º Princípio da solidariedade da lei de Bases da Segurança Social (cf. http://static.publico.clix.pt/docs/economia/Leibasessegurancasocial.pdf)</p> <p>Princípio da subsidiariedade: baseado na autonomia do sujeito, permitir que o cidadão exerça pessoalmente ou em grupos organizados as suas competências (princípio da subjetividade da sociedade).</p>	<p><i>“Dá-lhes algumas ferramentas úteis de literacia financeira, de saber como gerir o orçamento, dá-lhes conhecimentos para que não caiam no crédito fácil. (...) é importante a «Educação Financeira» das pessoas e das famílias (...)Portanto, o 1º passo é a Educação / Formação das pessoas e começa por pequeno. Temos de incutir nas nossas crianças que o dinheiro é um bem escasso. (...) há necessidade que todos os organismos de apoio social funcionem em rede e em parceria.(...) É importante apoiar quem realmente precisa. Há famílias que caíram numa situação de precaridade económica e não têm apoios, porque não estão visíveis para os apoios que existem, (...) E são os tais «Novos Pobres», que agora estão a surgir. Agora também está a haver alguma solidariedade entre vizinhos, que havia no tempo os nossos avós, dos nossos pais, que está a voltar e a tentar minimizar a situação já de si difícil. Mas entretanto acho que a nível das instituições que deveriam apoiar, temos de olhar para estas coisas de forma a tentar resolver positivamente, porque estamos a excluir da sociedade muita gente.”</i></p> <p><i>“eu acho que o Rendimento Social de Inserção se deve manter, mais do que nunca. Com estas medidas de fiscalização que agora estão (...) porque realmente temos muitas pessoas que o rendimento é baixíssimo, portanto essas precisam muito, muito de ser apoiadas. (...) em termos de ação social, estes apoios pontuais também acho que se devem manter, apesar de baixarem muito, baixaram (...) Passa muito, muito pela questão de solidariedade.(...) As pessoas da comunidade são muito recetivas, sempre que apelamos obtemos respostas. (...) Há sempre um envolvimento muito grande da comunidade.”</i></p>	<p>E1/Q4</p> <p>E2/Q4</p>
	<p>Ambas as técnicas defendem que é necessário manter apoios sociais políticos – no fundo, afirmar uma “cultura da urgência”, do imediato. Os gestos de solidariedade já se começam a notar na relação de vizinhança e é visível em pequenos gestos de ajuda. Realçam que há muitas pessoas em situação precária, com rendimentos muito baixos e que têm mesmo de ser ajudadas.</p>		

Categoria Teórica	Dimensões	Unidades de Análise (extratos)	E/Q Unidades de Análise Inferidas
Cidadania Social (Capacitação subjetiva)	<p>«Questão social»: conjunto de problemas que afetam o processo de desenvolvimento humano em determinada época histórica, tanto no plano individual como coletivo;</p> <p>Ter recursos pessoais e acesso a meios públicos que permita cada pessoa usufruir plenamente dos direitos humanos na contemporaneidade</p>	<p><i>“Temos algumas pessoas vulneráveis e que são excluídas socialmente que estão muito tempo com apoios sociais e que quase desistem de tudo. (...) Elas tendem a não acreditar nelas próprias, não acreditam na sociedade (...) Principalmente a faixa etária dos 45-50 anos, que entram no desemprego e que não encontram saída, (...) e estamos a falar de algumas pessoas qualificadas, com curso superior. Estas estão a ficar pessimistas. (...) isto é uma questão social e política,(...) Todos temos de contribuir para uma sociedade melhor, mas a nível político tem que se fazer alguma coisa, porque estas pessoas estão a ficar desesperadas (...)Acabam por se autoexcluir, desistem de lutar.(...) Temos que repensar na nossa sociedade, porque não são tão poucos como isso, aqueles que se encontram nestas situações.”</i></p> <p><i>“Neste momento (...) é muito difícil acederem aos seus direitos quando o mais básico não existe. (...) há uma grande dificuldade em aceder à cidadania. Tem a ver com a questão económica a nível nacional, a nível mundial. Esta população mais tradicionalmente que recorria a estes apoios sociais são pessoas com défices em termos de escolaridade, (...).”</i></p>	<p>E1/Q5</p> <p>E2/Q5</p>
	<p>Na ótica das técnicas, o desânimo, vontade de desistir, pessimismo, falta de esperança, vergonha e o não acesso a uma vida digna, são os sentimentos que as pessoas mais revelam. O processo social em curso pode configurar um retrocesso civilizacional quanto à confiança para viver em sociedade e para conseguir, a partir das suas capacidades, autossustentar-se. Nesta situação, em que a maioria dos entrevistados se encontra, não conseguem usufruir daquilo que o presente lhes disponibiliza. Ambas defendem que se trata de uma questão política a nível nacional e até mesmo mundial. Trata-se de uma “Questão social” que começa a afetar todas as pessoas, todos os cidadãos do mundo.</p>		